

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Arquitetura

Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Nicole Bueno Leal de Almeida

Territorialização e lutas pelo espaço em áreas de reestruturação urbana:

o caso do IV Distrito de Porto Alegre/ RS

Porto Alegre

2021

Nicole Bueno Leal de Almeida

Territorialização e lutas pelo espaço em áreas de reestruturação urbana:

o caso do IV Distrito de Porto Alegre/ RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de mestra, sob orientação da Profa. Dra. Heleniza Ávila Campos.

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida, Nicole Bueno Leal de
Territorialização e lutas pelo espaço em áreas de
reestruturação urbana: o caso do IV distrito de Porto
Alegre/RS / Nicole Bueno Leal de Almeida. -- 2021.
191 f.
Orientadora: Heleniza Ávila Campos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Território. 2. Territorialização. 3. Práticas
espaciais . 4. Agentes Sociais . I. Campos, Heleniza
Ávila, orient. II. Título.

Nicole Bueno Leal de Almeida

Territorialização e lutas pelo espaço em áreas de reestruturação urbana:
o caso do IV Distrito de Porto Alegre/ RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de mestra, sob orientação da Profa. Dra. Heleniza Ávila Campos.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Vanessa Marx
(Examinadora externa – PPGS | UFGRS)

Prof.^o Dr. ^o Bruno Cesar Euphrasio de Mello
(Examinador externo – FAU | UFGRS)

Prof.^a Dr.^a Clarice Misoczky de Oliveira
(Examinadora interna – PRPOPUR | UFGRS)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, enquanto instituição pública, gratuita e de qualidade do ensino superior brasileiro. À Faculdade de Arquitetura e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, na figura de seus professores e funcionários. A todos os professores que passaram pela minha vida, pelos quais tenho profunda admiração e respeito.

À Heleniza, minha orientadora de mestrado, por ter trilhado esse caminho ao meu lado, sempre presente, sensível e comprometida, apesar dos tempos difíceis. Sua orientação atenta, séria e sempre carinhosa foi imprescindível para viabilizar a construção desta pesquisa. Aos colegas que o PROPUR trouxe para minha vida, vocês foram fonte de inspiração e acolhimento durante esse processo. Em especial agradeço à Carolina e Manoela, que trouxeram leveza às tensas discussões e respiros em forma de passeios de barco e conversas com café.

Aos meus amigos, sobretudo à Fernanda e ao Mateus, obrigada por estarem sempre ao meu lado, vocês são minha zona de conforto e segurança. Obrigada por vibrarem com as minhas conquistas, incentivarem meus sonhos, serem a minha escuta mais atenta e afetuosa e trazerem momentos de alegria ao meu coração.

Ao Juliano, por compreender carinhosamente a minha necessidade de dedicação intensa e quase exclusiva a essa jornada. Obrigada por todo carinho, paciência e por ser meu maior e melhor parceiro nas empreitadas da vida.

Aos meus familiares, por confiarem, acreditarem e criarem as condições necessárias para que a experiência de pesquisar e escrever esta dissertação se desse da melhor forma possível. Vocês me deram a segurança necessária para que eu percorresse esse caminho mais confiante. À minha mãe, Débora, minha maior inspiração de coragem, comprometimento e sensibilidade diante da vida.

“A civilização consiste em dar a qualquer coisa um nome que lhe não compete, e depois sonhar sobre o resultado. E realmente o nome falso e o sonho verdadeiro criam uma nova realidade. O objeto torna-se realmente outro, porque tornámos outro. Manufacturamos realidades.”

Fernando Pessoa

RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objeto de investigação a territorialização de setores urbanos em processo de reestruturação, bem como as relações estabelecidas entre os agentes sociais participantes do processo histórico e cotidiano de transformação de tais áreas. Como estudo de caso, utiliza-se o IV Distrito de Porto Alegre/RS, o primeiro distrito industrial da cidade, que passou por períodos de ascensão e obsolescência, e, atualmente, é palco de um processo de reestruturação que procura restabelecer o território através de práticas de reconversão econômica, reestruturação socioeconômica e reformulação de atividades econômicas locais. A existência de uma diversa e contrastante quantidade de agentes sociais envolvidos com o IV Distrito coloca em questão como esses agentes definem e organizam seus territórios no setor através de suas práticas espaciais. Considerando a influência tanto de ações públicas como privadas, é possível pressupor a reprodução de uma tendência de apropriação do território voltada às práticas dominantes e de mercantilização do espaço. Desta forma, a pesquisa objetiva analisar as territorialidades presentes no IV Distrito, através das práticas espaciais desses agentes entre 2010-2020, visando compreender como se relacionam e se espacializam. Para tanto, é utilizada a metodologia qualitativa de caráter exploratório e descritivo; buscando criar familiaridade com a problemática apresentada e descrevendo fatos e fenômenos com base em dados coletados através de trabalho de campo, além de pesquisa documental e bibliográfica. Conclui-se que a diversidade de agentes e suas formas de territorializar o espaço, através de escalas e arranjos distintos, constitui inúmeras possibilidades de territorialidade.

Palavras-chave: Território; Territorialização; Práticas espaciais; Agentes sociais.

ABSTRACT

The present research has as its main object of investigation the territorialization of urban sectors undergoing restructuring, as well as the relationships established between social agents participating in the historical and everyday process of transformation of such areas. The IV District of Porto Alegre/RS is used as a case study, the first industrial district of the city, which has gone through a period of ascension and obsolescence and, currently, is the stage of a restructuring process that seeks to reestablish the territory via practices of economic conversion, socio-economic restructuring, and reformulation of local economic activities. The existence of a diverse and contrasting amount of social agents involved with the IV District calls into question how these agents define and organize their territories in the sector through their spatial practices. Considering the influence of both public and private actions, it is possible to assume the reproduction of a tendency of territory appropriation aimed at dominant and commodification practices of the space. Thus, the research aims to analyze the territoriality present in the 4th District, through the spatial practices of these agents, between 2010-2020, in order to understand how these agents relate and spatialize. Therefore, the research follows an exploratory and descriptive qualitative methodology, seeking to build familiarity with the presented issue and describing facts and phenomena based on data collected through fieldwork, and documentary and bibliographical research. We conclude the diversity of agents and their distinct ways of territorializing the space, via different scales and arrangements, constitutes numerous possibilities of territoriality.

Keywords: Territory; Territorialization; Spatial practices; Social agents.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização.....	52
Figura 2 - Rua Voluntários Da Pátria - Caminho Novo, 4º quartel do século XIX. Década de 1880/1890.....	53
Figura 3 - Planta da Cidade de Porto Alegre por João Cândido (1888).....	54
Figura 4 - Construção de aterro adjacente à Rua Voluntários da Pátria (1955).....	59
Figura 5 - Enchente de 1941, Av. Farrapos (1941).....	60
Figura 6 - Linha do tempo estudos, planos e projetos para Porto Alegre - (1914 - 2010).....	63
Figura 07 - Zoneamento do Plano Diretor de 1959 para a região do IV Distrito.....	65
Figura 08 - Zoneamento do Plano Diretor de 1979 para a região do IV Distrito.....	66
Figura 09 - Zoneamento do Plano Diretor de 1979 para a região do IV Distrito.....	68
Figura 10 - Mapa de Macrozonas proposto pelo PDDUA (2010).....	70
Figura 11 - Estratégias de Promoção Econômica: Ações Prioritárias.....	70
Figura 12- Estratégia de Produção da Cidade: Programa de Projetos Especiais	71
Figura 13 - Estratégia de Produção da Cidade: Programa de habitação de Interesse Social.....	71
Figura 14 - Diagrama de ações e iniciativas tomadas pelo poder público em 2015..	77
Figura 15 - Diagrama de ações e iniciativas tomadas pelo poder público em 2015..	78
Figura 16 - Empreendimentos identificados no IV Distrito.....	90
Figura 17 - Abrangência das Regiões de Planejamento no IV DISTRITO.....	94
Figura 18 - Pontos de Referência e Conflito apontados na Oficina do Presente....	96
Figura 19 - Mapa síntese das pontuações realizadas na Oficina do Passado.....	97
Figura 20 - Mapa síntese das propostas apresentadas na Oficina do Futuro.....	98
Figura 21 - Incêndio Vila Liberdade em 2013.....	111
Figura 22 - Moradores em domicílios particulares permanentes próprios e em aquisição.....	114
Figura 23 - Rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento)	115

Figura 24 - Relação entre unidades habitacionais e comerciais em oferta por bairros - 2007/2016.....	118
Figura 25 - Imóveis comerciais e residências disponíveis para venda e aluguel em junho 2021.....	129
Figura 26 - Comunidades mapeadas e visitadas conforme relatório elaborado pelo Conselho de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul.....	133
Figura 27 - Casa de Passagem (Carandiru) e ao fundo as obras da Nova Ponte do Guaíba1.....	136
Figura 28 - Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju.....	137
Figura 29 - Ocupação Cobal e ao fundo a alça de acesso da nova Ponte do Guaíba.....	140
Figura 30 - Comunidades mapeadas e visitadas conforme relatório elaborado pelo Conselho de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul.....	144
Figura 31 - Cooperativa de Trabalho e Habitação Vinte de Novembro.....	152
Figura 32 - Ksa Rosa Centro Cultural de Catadores.....	158
Figura 33 - Espacialização das redes insurgentes.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da metodologia da pesquisa.....	47
Quadro 2 - Documentos de primeira e segunda mão analisados.....	48
Quadro 3 - Quadro comparativo entre as práticas espaciais de loteadoras no início do século XX e os conceitos elaborados por Corrêa (1992, 1995).....	56
Quadro 4 - Divisão e definição das áreas do IV Distrito com seus respectivos objetivos.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de demandas habitacionais encaminhadas e atendidas através do Orçamento Participativo.....	147
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico referente às demandas em aberto.....	148
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

100RC	100 Resilient Cities
AEIS	Área Especial de Interesse Social
AEHN	Associação das Empresas dos Bairros Humaitá e Navegantes
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAO	Centro de Apoio Operacional de Defesa da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias
CAU	Conselho de Arquitetos e Urbanistas
CEAR	Cooperativa De Educação Ambiental E Reciclagem Sepé Tiaraju
CDES	Centro de Direitos Econômicos e Sociais
CEDH -RS	Conselho Estadual de Direitos Humanos – Rio Grande do Sul
CEPACs	Certificados de Potencial Adicional de Construção
CITE	Cidadãos, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEM HAB	Departamento Municipal de Habitação
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
DPE	Defensoria Pública do Estado
DPU	Defensoria Pública da União
EHIS	Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social
FEENG	Fundação Empresa Escola De Engenharia
FEHOSUL	Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul
FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
GPUs	Grandes Projetos Urbanos
HIS	Habitação de Interesse Social
IA	Índice de Aproveitamento
IAB-RS	Instituto de Arquitetos do Brasil –Departamento do Rio Grande do Sul
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
NTU	Núcleo de Tecnologia Urbana
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

PER	Plano Estratégico de Resiliência
PIEC	Programa de Entrada da Cidade
PIU	Projetos de Intervenções Urbanas
PPAR	Plano Popular de Ação Regional
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PPP	Parceria Público Privada
PROCEMPA	Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre
PROPUR	Programa de Pós Graduação do Rio Grande do Sul
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAIS	Relatório Anual de Informações
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RP1	Região de Planejamento 1
RP2	Região de Planejamento 2
RS	Rio Grande do Sul
SDU	Supervisão de Desenvolvimento Urbano
SINDIHOSPA	Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre
SMF	Secretaria Municipal da Fazenda
SMRI	Secretaria Municipal de Relações Institucionais
SPM	Secretaria de Planejamento Municipal de Porto Alegre
TO	Taxa de Ocupação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 TERRITORIALIDADE E PRÁTICAS ESPACIAIS	21
1.1 Território, Territorialização e Desterritorialização	21
1.2 Domínio e Apropriação do Espaço através de Práticas Espaciais	29
1.3 Bem comum e o Direito à Cidade	38
1.4 Bem comum, a construção do bem comum urbano e o Direito à Cidade	41
2 MÉTODO: ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS	46
3 TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO IV DISTRITO	51
3.1 Antecedentes históricos (1890- 1970)	51
3.2 Estudos, planos e projetos para o território	62
3.2.1 Estudos, planos e projetos antecedentes (1914- 2010)	62
3.2.2 Estudos, planos e projetos recentes (2011- 2021)	73
4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	104
4.1 Dinâmica imobiliária de apropriação e dominação do espaço urbano	104
4.2 Práticas insurgentes e dinâmica popular de resistência e construção dos comuns básicos	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICES	183

INTRODUÇÃO

A territorialização de setores urbanos em processo de reestruturação e ressignificação está comumente ligada às disputas pelo espaço urbano e isto se dá pela recorrente transformação dos territórios. Entende-se que reestruturação urbana se trata da contínua transformação do espaço urbano (LEFEBVRE, 2009 [1979]¹ apud BRENNER, 2013). Em concordância com Brenner (2013, p. 199), o espaço “nunca é uma realidade fixa, estática ou pré-estabelecida”. Para o autor, as transformações da estrutura do espaço são sinalizadas pela mudança de tendências que rompem com a ordem até então vigente, prenunciando uma nova configuração do desenvolvimento territorial, que segue regras específicas a cada processo, determinadas pela escala e pelos agentes envolvidos.

Essas transformações geram um processo cíclico em que agentes sociais se posicionam em relação aos seus territórios, colocando-se ora em lados opostos, ora em colaboração, de acordo com seus interesses, história de vida ou necessidades. Tais mudanças estão ainda ligadas a múltiplos fatores históricos, contextuais e conjunturais que exercem pressões sobre o espaço urbano. Dadas as particularidades de cada país, região ou cidade e considerando as disparidades entre a América Latina e o centro capitalista, esse processo não é exclusivo de determinada cultura e se repete com alguma similaridade e regularidade.

A luta pelo espaço urbano, que acontece em diferentes lugares do mundo, não é fruto do acaso, mas está relacionada a interesses econômicos integrados em um sistema hierárquico e com a inclusão de determinados espaços em tendências globalizadas de urbanização e mercantilização do espaço público. No século XXI, a materialização desse cenário pode ser representada, em certa medida, pela transformação da habitação em mercadoria e ativo financeiro. Para Rolnik (2015), apoiada em Harvey (2014a) e Aalbers (2015)², a transformação da natureza de

¹ LEFEBVRE, Henri. *State, space, world: Selected Essays*. BRENNER, Neil; ELDEN, S.(org). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

² HARVEY, D. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press. 2014a. p.241.

AALBERS, M. *Corporate Financializations*. (In) NOEL, C. et al (orgs.). *The International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology*. Oxford Wiley. 2015.

habitação em elemento estruturador do capitalismo contemporâneo pode ser identificada como “financeirização”. Esse processo, que é resultado do domínio de agentes sociais hegemônicos sobre o setor da habitação, permitiu a transformação de uso e de troca do solo urbano em escala e velocidade muito mais amplas que em ciclos anteriores.

Como veremos no Capítulo 1 desta dissertação, o acesso a determinados espaços da cidade é regulado por agentes sociais em colaboração ou disputa. Essa relação é mediada por poder e interesses distintos e está no cerne da inclusão e da exclusão da população — não exclusivamente, mas principalmente da população pobre — em determinados territórios. Os processos de reestruturação, revitalização, ressignificação urbana e outros que têm, *à priori*, o objetivo de promover uma nova roupagem ao espaço, estão frequentemente relacionados à reconversão econômica. Esses processos são antecipados pela construção de um discurso que coloca tais espaços em um lugar de obsolescência e degradação. Entretanto, conceitos como obsolescência e degradação dependem da avaliação e da decisão humana e estão mergulhados em interpretações determinadas por objetivos.

A obsolescência, dado o sistema econômico capitalista em que estamos inseridos, está relacionada à utilidade de determinado objeto ou espaço, que pode deixar de ser atrativo pela construção de uma nova tendência de uso e modernidade, que persegue as demandas do processo de globalização da economia. Enquanto a degradação, que deve ser avaliada a partir de interpretações técnicas relacionadas ao desgaste e eficiência, não compreende a complexidade das transformações do território para além das edificações e infraestruturas, deixando uma lacuna no que se refere às relações sociais, disputas e colaborações construídas no decorrer dos anos (REIS, 2015).

Esses dois conceitos, obsolescência e degradação, para Souza (2018), utilizados de forma cooperativa, são elementos discursivos que objetivam facilitar o processo de desterritorialização. Concordamos com a argumentação do autor e consideramos importante o fato de esses objetivos estarem engendrados em interesses passíveis de questionamento, entretanto, cabe destacar que no caso do recorte espacial analisado verifica-se o evidente processo de deterioração, o que nos coloca em alerta para observar as disputas, as colaborações e práticas espaciais de

agentes sociais que estão envolvidos na (re)territorialização de espaços em processo de reestruturação.

É nesse contexto que entendemos estar inserido o IV Distrito de Porto Alegre/RS, objeto empírico do estudo desenvolvido nesta pesquisa. O território em questão, que já foi o lócus da expansão industrial e urbana da capital gaúcha, passou por diversos processos espaciais provenientes de práticas espaciais distintas. Atualmente, o IV Distrito se conforma em um território sobre o qual se volta o discurso de reestruturação, principalmente pelo poder público e pelo mercado imobiliário, considerando sua localização, infraestrutura e potencial de ocupação ainda pouco explorados. O IV Distrito passa por um período de transformação do uso e ocupação do solo sob diversas iniciativas públicas e privadas, de grande e pequena escala, que vêm se intensificando na área. Na década de 1990, houve uma articulação por parte do poder público municipal, que buscava a resignificação territorial, após o período que culminou no desinteresse pelo desenvolvimento da área. Nos últimos vinte anos parcerias público-privadas entraram em destaque na reestruturação do território e, mais recentemente, além dos já conhecidos agentes públicos (poder municipal, estadual e federal) e privados (bancos, setor imobiliário, proprietários), Universidades, instituições financeiras de fomento e sociedade civil completam o quadro de agentes que interferem diretamente nos processos de transformação do território.

Entretanto, estes não são os únicos agentes que se movimentam no território: existem grupos e indivíduos contra-hegemônicos que também participam das transformações territoriais. Entende-se por agentes contra-hegemônicos aqueles que se movimentam em sentido contrário às práticas de dominação, não fazendo parte do que se apresenta como estabelecido. Esses agentes podem construir territórios dissidentes, como ocupações de prédios e terrenos abandonados, mas suas práticas cotidianas, sociais e espaciais não são, em geral, legitimadas por agentes hegemônicos.

A diversidade dos agentes sociais no território se traduz em práticas espaciais distintas e tais distinções podem ser reconhecidas pela presença de agentes sociais hegemônicos, representantes do poder dominante. Os agentes sociais contra-hegemônicos buscam reconhecimento e legitimação de suas ações de resistência e autonomia através de suas manifestações territoriais. Tal classificação polarizada,

entre agentes hegemônicos e contra-hegemônicos, não implica em ignorar a participação de outros agentes na permanente reprodução do espaço urbano, mas constitui-se importante recorte de pesquisa, pelos contrastes territoriais mais evidentes: os agentes promotores do mercado imobiliário (hegemônicos) e a população moradora dos assentamentos precários (contra-hegemônica). Os contrastes nas suas relações com o espaço urbano colocam em evidência a divergência entre os objetivos dos agentes sociais que buscam a ressignificação do espaço para cumprir com os requisitos de inserção do território na esteira do urbanismo global e agentes que encaram o território como abrigo, conformando, assim, um cenário de luta pelo espaço urbano. Considera-se que os conflitos de interesse entre os agentes são transferidos ao território, sendo projeção das relações sociais em disputa que culminam em lutas pelo espaço social. Essas disputas vão além da luta por direitos fundamentais, mas se firmam na medida em que, de um lado, alguns grupos detêm o controle ao acesso e à construção do espaço e, do outro, outros grupos buscam alternativas para a permanência no território.

Deste modo, algumas questões se colocam como desafios para a compreensão das ações dos agentes sociais e suas contribuições e influências na reestruturação do território. **Como a ocupação do solo do IV Distrito, enquanto resultado das práticas espaciais, tanto de agentes do mercado imobiliário, como das comunidades de baixa renda, revelam as formas de territorialização do espaço?**

Pressupõe-se que as práticas espaciais distintas acabam por promover conflitos que não são solucionados por estarem envoltos em modelos territoriais distintos: o primeiro – o mercado imobiliário – associado à permanente transformação do espaço da cidade e à produção de novos empreendimentos; o segundo, vinculado à resistência frente ao apagamento cotidiano, deslegitimação e destruição de práticas e cidadanias insurgentes. É fato que as lutas pelo espaço urbano podem implicar na reprodução e até mesmo na ampliação de distâncias sociais³. Práticas espaciais de agentes sociais vulneráveis se destacam pela luta contra a heteronomia, e com frequência não são legitimadas pelo poder hegemônico. O apagamento de práticas

³ Distâncias sociais para Bourdieu (1996) equivalem a distâncias espaciais, pois imprimem no espaço social distâncias e proximidade entre agentes, considerando suas similaridades e diferenças.

espaciais que buscam a autonomia revela a intenção de ressignificar o espaço urbano a partir de práticas heterônomas.

Desta forma, a pesquisa objetiva analisar os processos de territorialização do IV Distrito, especialmente entre 2010-2020, pelo mercado imobiliário e pelas comunidades de baixa renda, através de suas práticas, visando compreender como as articulações resultantes dessas relações reverberam na criação de estratégias para a reestruturação do território.

Para orientar o alcance do objetivo geral da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- i. Identificar os principais marcos históricos na territorialização do IV Distrito (2010-2020);
- ii. Caracterizar as territorialidades de agentes sociais que atuam no IV Distrito, visando destacar territórios específicos no contexto da área de estudo;
- iii. Analisar as territorialidades específicas geradas por práticas espaciais no IV Distrito, visando entender as ações de colaboração e conflito que ali se manifestam.

Espera-se, com esse estudo, compreender o ponto de partida das divergências entre os agentes e seus desdobramentos no território. Contribuindo, mesmo que indiretamente, para o desenvolvimento de novos instrumentos e estratégias que minimizem as distâncias entre os agentes sociais.

A pesquisa se justifica na medida em que se identifica uma escassez de análises da territorialização dos agentes sociais, especialmente agentes sociais contra-hegemônicos — através das práticas espaciais —, no grande e diverso território aqui denominado IV Distrito. Alia-se a isso o atual interesse de agentes hegemônicos que estão em processo de reestruturação, que implica, na maioria das vezes, na construção de um discurso em que as noções de pobreza e perigo estão intrínsecas à mesma realidade. Desta forma, a ausência de análises acaba por promover a remoção de pessoas, habitações e edificações que não estejam em paridade com a nova identidade construída ou almejada.

Sendo assim, a pesquisa aqui desenvolvida utiliza o método qualitativo de caráter descritivo, através de estudo de caso realizado entre março de 2020 e agosto de 2021. A pesquisa envolveu a construção de um referencial teórico, que possibilitou

o desenvolvimento dos conceitos que compõem o tema, bem como revisão histórica fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental que permitiu a construção de um panorama geral acerca dos principais acontecimentos que marcam as fases de transformação na atualidade. Na continuidade, foi realizado o Trabalho de Campo 1, observação não participante e mapeamento, e Trabalho de Campo 2, onde foram realizadas entrevistas pautadas com agentes sociais distintos.

A dissertação está organizada em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. O Capítulo 1 – “TERRITORIALIDADE E PRÁTICAS ESPACIAIS” – objetiva a construção de um quadro teórico que possibilite a análise do território pela perspectiva pretendida, ou seja, pela ação de estratégias territorializadas, que se desdobram em processos espaciais e marcam as camadas no espaço. Em seguida, no Capítulo 2 – “MÉTODO: ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS”, é apresentada de forma detalhada a metodologia utilizada para coleta e análise da pesquisa. O Capítulo 3 – “TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO IV DISTRITO”, apresenta um panorama geral acerca dos principais acontecimentos que marcaram as fases de transformação do território no período que antecede o recorte temporal de análise (2010-2021); seguido da apresentação das principais transformações imobiliárias e planos e projetos elaborados para o território, entre 2011 e 2021. O Capítulo 4 – “PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO”, está dividido em duas partes: na primeira é apresentada a análise espacial do território a partir da dinâmica imobiliária desenvolvida e suas reverberações no território; na segunda são discutidas as ações insurgentes e as práticas desenvolvidas por esses agentes a partir dos dados coletados em trabalhos de campo e em pesquisa documental.

1 TERRITORIALIDADE E PRÁTICAS ESPACIAIS

Este capítulo objetiva apresentar a base teórica acerca dos conceitos fundamentais utilizados em função das questões de pesquisa previamente estabelecidas, para tanto o capítulo foi dividido em três itens. O primeiro item apresenta os conceitos de território, territorialização e desterritorialização a partir das teorias estabelecidas pelos autores Claude Raffestin (1993), David Harvey (2017), Marcelo Lopes de Souza (2018), Robert David Sack (1986) e Rogério Haesbaert (2004; 2007). Desta forma, pretende-se estabelecer o ponto de partida para a compreensão dos processos territorializantes – territorialidade e práticas espaciais. O segundo item apresenta como se organizam as relações entre os conceitos expostos (território, territorialização e (des)territorialização) e a dominação e apropriação do espaço através de práticas espaciais. Para isto, a pesquisa recorre aos autores David Harvey (1973), Marcelo Lopes de Souza (2018), Michel De Certeau (1998), Roberto Lobato Corrêa (1992; 1995). Por fim, o terceiro item busca situar a relação dos conceitos de bem comum e direito à cidade com os processos de territorialização atualmente estabelecidos e dominantes com base nos autores David Harvey (2014b), Judith Butler (2018), Peter Marcuse (2010), Pierre Dardot e Christian Laval (2017) e Silvia Federici (2019). Assim, os itens que compõem o capítulo visam a construção de um arcabouço teórico que apresenta o lugar de onde se fala sobre território, seus processos territorializantes, bem como a problematização desenvolvida nesta pesquisa, a partir da compreensão de determinadas práticas na construção socioespacial.

1.1 Território, Territorialização e Desterritorialização

Para discutirmos teoricamente os processos de transformação do território aqui considerados – territorialização, desterritorialização e reterritorialização – faz-se necessário passar pela interpretação de alguns autores. Entretanto, no primeiro momento é importante estabelecermos a diferença entre território e espaço, visto que esses termos, embora não equivalentes, são comumente utilizados como sinônimos. Souza (2018) aponta que estudos e debates que ocorrem a partir dos anos 1970

contribuíram para a construção de uma conceituação do espaço que o abordasse para além da dimensão geográfica, tal refinamento pretendia dar conta do espaço social e das interações humanas que estão imbricadas na sua construção.

Souza (2018) destaca Henri Lefebvre⁴ como precursor do conceito de espaço social que considera que “espaço (social) é um produto (social).”⁵ (LEFEBVRE, 1991, p. 26). Assim, para Souza (2018), a partir deste ponto estabelece-se o consenso de que a mudança social concreta só pode ser possível se concebida pressupondo simultaneamente as relações sociais e a organização espacial.

No que tange à diferenciação de espaço e território Raffestin (1993, p.143) diz que “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território.”. Em consonância com a afirmação de Raffestin (1993), Souza (2018) traz à tona uma colocação que é tomada como mote da questão central que a pesquisa pretende responder: deve-se tomar cuidado com a superestimação do espaço que têm como efeito a negligência do quadro que se estabelece entre as relações sociais e o espaço, para o autor é preciso valorizar os agentes sociais e as relações que eles mantêm entre si.

Para Raffestin (1993) o território é um espaço onde se projetou um trabalho; ao se apropriar de um espaço o agente realiza uma ação, desenvolvendo a territorialização do espaço, que resulta no território. Desta forma, o espaço é considerado matéria prima, pois é preexistente a qualquer ação e/ou comportamento, podendo se traduzir em territorialidades. Bourdieu (1996) contribui para o entendimento da construção do espaço social apontando que a forma como cada grupo ou indivíduo se distribui no espaço é reflexo da diferenciação entre os elementos, e conclui dizendo que as distâncias espaciais equivalem às distâncias sociais:

Dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo. (BOURDIEU, 1996, p. 26).

⁴ Souza (2018) cita LEFEBVRE, Henri (1981 [1974]): La production de l'espace. Paris: Anthropos.

⁵ Tradução nossa. No original: (Social) space is a (social) product.

Apesar de Bourdieu (1996) concentrar seus estudos em países que distinguem do Brasil, concordamos com as colocações do autor na medida em que espaços de segregação e autosegregação são recorrentes nas cidades brasileiras. Assim, as movimentações dos agentes sociais, dotadas de intenção espacial e social, repetidas ao longo do tempo podem construir uma territorialidade. A territorialidade, considerando os apontamentos de Sack (1986), supõe uma espécie de controle sobre o espaço por parte de um determinado agente e pode ser entendida como uma estratégia para atingir, afetar, influenciar o comportamento de pessoas ou controlar recursos.

Nesse sentido, Harvey (2017), corroborando com as afirmações de Sack (1986), sugere que o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes; a capacidade de influenciar a produção do espaço é um importante meio de aumento do poder social. Em termos materiais, isso significa que “quem pode afetar a distribuição espacial de investimentos em transportes e comunicações e em infraestruturas físicas e sociais, ou distribuição territorial de forças administrativas, políticas e econômicas, pode muitas vezes obter recompensas materiais” (HARVEY, 2017, p. 213). Harvey (2017, p. 213) observa que recompensas podem variar de acordo com as condições do agente e sua capacidade de investir e podem ir desde melhorias locais à “pressões sistemáticas feitas por incorporadoras de terras e propriedades, no sentido de instalar canalizações de água e esgoto que aumentem o valor das terras que detêm.”.

As afirmações de Sack (1986) e Harvey (2017), com as quais concordamos, pressupõem que a territorialidade se estabelece sobre uma base de poder onde determinado grupo exerce controle sobre o território e pode ser ativada ou desativada de acordo com os interesses do grupo dominante. Sack (1986) considera a territorialidade intimamente relacionada à forma como se usa, organiza e o sentido que se dá ao espaço, o que torna a territorialidade uma construção social que depende “de quem controla quem e porque.”. Deste modo, retomando a perspectiva de Raffestin (1993), que diz que espaço é preexistente a uma ação, podemos considerar que o território é construído através de um jogo de poderes entre diversos agentes.

As diversas relações que podem se estabelecer para que se efetive a territorialização de um espaço, para Haesbaert (2004), abrem campo para que o

território seja concebido a partir de inúmeras perspectivas; a territorialização depende intrinsecamente dos arranjos entre os agentes sociais que definem o território (que podem estar em disputa ou em colaboração), bem como seus objetivos. São as relações entre agentes e seu território que motivam diversas ações: apropriação e uso da natureza, investimentos, transformações físicas do espaço apropriado, ocupação de espaços públicos ou privados. Essas ações estão pautadas nos interesses, necessidades e oportunidades disponíveis aos agentes envolvidos. Destacam-se aqui o mercado imobiliário, as indústrias e empresas, seja de caráter local, nacional ou multinacional, que atuam como representações do Capital e se caracterizam como agentes hegemônicos.

A tradição jurídico-política do território está ligada ao domínio de um grupo humano que detém controles políticos do espaço. Nesse sentido, evidencia-se a participação do Estado na definição de políticas públicas e de normas e leis que regulam o acesso, o uso e a ocupação do território. (HAESBAERT, 2004). Entende-se que o Estado não é neutro e pode assumir um papel facilitador da participação da maior quantidade de agentes no debate sobre o território, ou pode privilegiar alguns agentes em detrimento de outros. Vale lembrar que outros agentes podem se pronunciar a partir de suas resistências e permanência no território, quase sempre em resposta às estratégias e ações políticas que podem fragilizá-los, que é o caso das *práticas insurgentes* de minorias.

Para Haesbaert (2004) o território também possui uma concepção de base cultural, de caráter mais simbólico, que diz respeito às ocupações, manifestações de grupos que se apoiam em suas tradições, seja por relações com origem étnica, crenças, visões de mundo ou outra motivação que os estimule a permanecer no território. O território pode ainda ser visto a partir de uma perspectiva integrada entre as diferentes dimensões sociais: política, econômica e cultural, admitindo vários territórios que coexistem ou que se conectam (HAESBAERT, 2004). Entende-se aqui que dentro de um grande território, como o IV Distrito, há várias práticas espaciais que se chocam, sobrepõem e se impõem frente às outras, assumindo uma condição permanente de disputa. Nesse sentido, o que se coloca é a fragmentação do território através de territorialidades diferentes, os limites criados pelas identidades distintas podem ser respeitados por períodos de tempo indeterminados. No entanto, é evidente

a fragilidade da apropriação do território por parte de agentes sociais contra-hegemônicos que estão à mercê do interesse de agente sociais dominantes, com mais instrumentos e recursos que condicionem suas estratégias de territorialização.

Apesar de todas as possíveis imbricações que determinam a territorialidade, Haesbaert (2004) ressalta que o território se define, antes de tudo, em referência às relações sociais e ao contexto histórico em que está inserido. Sendo possível uma “experiência integradora” apenas através de múltiplas escalas, que se estende do local para o global: “(...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” (HAESBAERT, 2004, p.79).

Raffestin (1993), no entanto, aborda o território a partir de uma perspectiva relacional do espaço: inserido nas relações sócio-históricas ou relações de poder. Desta forma, práticas espaciais são induzidas por um sistema de ação onde indivíduos ocupam “pontos” e se distribuem no espaço — a distância entre esses grupos se refere à interação entre os diferentes locais. Esta interação pode estar relacionada à oferta e procura, questões econômicas, sociais e políticas; a malha construída pela interação e distância constitui, de alguma forma, o território. (RAFFESTIN, 1993).

Souza (1995), aproximando-se das definições de Raffestin (1993), considera o território “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), os territórios são, portanto, “campos de força” (SOUZA, 1995, p. 97). Contudo, apesar de não negligenciar os aspectos culturais e simbólicos do território, Souza (2018) considera que a chave para a compreensão do território é política, determinada pela identificação de quem domina e influencia quem e como o faz. Para Raffestin (1993) a produção do território apresenta, além da diferenciação funcional expressa pelos diversos usos e ocupações do espaço, a diferenciação comandada pelo princípio hierárquico que contribui para organizar o território e a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às diversas ações. Em níveis distintos todos os agentes são responsáveis por produzir o território e, a partir disto, nos deparamos com um campo de poder:

Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Para Raffestin (1993), falar de território é fazer uma relação à noção de limite. Mesmo não ocorrendo em forma de traçado, apresenta uma relação de poder onde um grupo mantém uma porção do espaço, esta ação gera uma delimitação imediata. Enquanto a territorialidade, para o autor, reflete a multidimensionalidade do espaço vivido pelos membros de uma coletividade ou sociedade, em geral, sendo as pessoas ao mesmo tempo produto e processo territorial através das relações existenciais. Desta forma, a territorialidade é constituída de relações com o lugar, mas também entre outros agentes

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a "face vivida" da "face agida" do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Apesar de algumas disparidades, os autores estão alinhados no que se refere a quais aspectos são determinantes à territorialização do espaço. A compreensão das estratégias e comportamentos espaciais dos agentes é decisiva para a análise do território, considerando que são essas ações e as relações entre os agentes fatores determinantes para a construção do espaço social. Desta forma, serão considerados no decorrer desta pesquisa o conceito de território enquanto campo de poder onde incidem ações que serão encaradas enquanto estratégias e comportamentos espaciais. Entretanto, considerando o aspecto dinâmico das relações sociais que são transferidas ao território, o processo de territorialização está em constante transformação; assim, os processos de territorialização estão concomitantemente ligados à desterritorialização.

Antes de anunciar como o conceito de desterritorialização será abordado nesta pesquisa, as variações no conceito de desterritorialização podem ser convocadas de acordo com a dinâmica do processo que se analisa. Haesbaert (2004) aborda em seu trabalho as variações da desterritorialização. Para o autor, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização, pois precede a construção de um território.

A dinâmica intensa de deslocamento que vivenciamos no cotidiano coloca os territórios em constante *des-re-territorialização* (HAESBAERT, 2004).

Apesar de alinhadas com os aspectos metodológicos da pesquisa, que serão apresentados no capítulo a seguir, as variações do conceito de desterritorialização não serão utilizadas como instrumento de análise; a escolha se deu em função do tempo de pesquisa e, especialmente, pelo contexto sanitário mundial, que não permitiu a regularidade de saídas de campos e a vivência do *socius* (aqui utilizando o termo definido por Haesbaert (2004), especialmente no que se refere às atividades culturais realizadas no recorte empírico, necessário para que a abordagem obtivesse uma amostra representativa da dinâmica territorial. Dito isto, os esforços agora serão concentrados na elucidação do conceito de desterritorialização, no qual a pesquisa está ancorada; para tanto, serão utilizados apontamentos de Souza (2018, p. 102) considerados essenciais ao entendimento da desterritorialização, assim como a territorialização, como “exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço”.

A desterritorialização pode envolver disputa por um território com o qual determinado grupo tem ligações simbólicas culturais ou com recursos essenciais para a sobrevivência, nesses termos não é difícil recorrer a imagens representativas desse processo. No Brasil, grupos indígenas são constantemente desterritorializados, seja mediante genocídio dos povos motivado por disputa de territórios ricos em insumos utilizados pela indústria, sobretudo madeira e metais, ou apagamento da sua cultura original com a mimetização da cultura ocidental eurocêntrica que relega grupos em resistência ao sistema econômico vigente cada vez mais à margem, privando-os do acesso a recursos de subsistência. Souza (2018) destaca que consequências como a privação de acesso a recursos, riquezas e desterritorialização traumática mediada por violência são comuns ao processo de desterritorialização.

Além da desterritorialização envolvendo questões simbólico-culturais, outros tipos de conflitos são comuns, Souza (2018, p. 102) salienta ainda “remoções de favelas, despejo de famílias sem-teto de uma ocupação, expulsão de vendedores ambulantes pelas ‘forças da ordem’, e assim sucessivamente”. O autor ainda avança anunciando o enquadramento da remoção de moradores pobres de territórios em reestruturação, seja mediante processo de “gentrificação” ou “revitalização”, como

situações de desterritorialização. Além dos exemplos já citados, Souza (2018) observa a necessidade de aplicar o conceito em diferentes escalas do cotidiano, como trechos de ruas, prédios ocupados por sem-teto, que são chamados de nanoterritórios, por terem sua escala reduzida: “Essa é a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências quotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente” (SOUZA, 2018, p. 105).

A desterritorialização em escala reduzida exige o acompanhamento regular do cotidiano, muitos desses processos podem ter duração de poucos dias, ou poucas horas e, não havendo registro por meio de notícias, são difíceis de serem capturadas. De todo modo, a desterritorialização de pessoas empobrecidas ou em situação de vulnerabilidade nem sempre é acompanhada de violências explícitas. Violências sutis (no que se refere à sua *performance*, não às suas consequências), tensionamentos através de normativas, falta de assistência básica e negligência são instrumentos comumente utilizados para desterritorializar comunidades, grupos ou indivíduos; é a partir desse viés que a pesquisa se alinha com o conceito de desterritorialização apresentado por Souza (2018).

Berman (2007), apresenta em seus estudos uma sensível análise sobre a intensidade das transformações na modernidade, seus esforços se aproximam dos conceitos de *des-re-territorialização* na medida em que apresentam a "autotransformação e transformação das coisas ao redor”:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano (BERMAN, 2007, p. 25).

O cenário descrito por Berman (2007) apresenta o que Haesbaert (2004) chamou de caráter revolucionário da modernidade, em seu sentido desestruturador/ desestabilizador. A “destruição criativa” no mundo moderno, que se compreende pela construção do mundo novo a partir das cinzas do antigo, tornou-se o moinho da capitalização da urbanização. Em um cenário global, as forças que movimentam a

tríade conceitual T-D-R (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) estão conectadas com a circulação de informação, tecnologia e especulações financeiras; espaços moldados à feição do modelo dominante. Desta forma, torna-se muito difícil assegurar a autonomia de grupos sociais vulneráveis, considerando redes cada dia mais globais onde a desterritorialização se torna característica essencial da sociedade global. Enquanto a reterritorialização dominante dos nossos dias, vinculada apenas a condição funcional do território, enfraquece o caráter enraizado e de coesão do território (HAESBAERT, 1995).

Como visto, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, são movimentos que dependem das forças dominantes e das práticas de apropriação e dominação do espaço, mas de forma geral acontecem de forma cíclica. Territórios estão constantemente em processo de T-D-R, a frequência com que um território é submetido a tríade conceitual, como chamou Haesbaert, está relacionada com a sua capacidade de autonomia. Harvey (2017, p. 207) acredita, apoiado em Henri Lefebvre, que “a ideia de dominação do espaço é uma fonte fundamental de poder social na e sobre a vida cotidiana”. Para o autor, quem domina o espaço (tempo e dinheiro) fixa as regras do jogo social, ainda que a partir de suas próprias regras possa *solapar* a base de seu poder; o autor encoraja ainda a compreensão sobre como práticas e discursos são utilizados como instrumentos da ação social e como práticas espaciais adquirem conteúdos sociais (classe, gênero).

Entende-se nesta pesquisa que as observações de Harvey (2017) são fundamentais para compreender mudanças objetivas no território, assim como a identificação de quais práticas espaciais incidem sobre o território a partir não só das estratégias e ações dos agentes sociais, mas também do conteúdo social embutido nessa grade de práticas. Assim, o próximo item objetiva aproximar os processos territorializantes vistos até aqui da noção de dominação do espaço.

1.2 Domínio e Apropriação do Espaço através de Práticas Espaciais

As práticas espaciais e os processos sociais estão relacionados de forma intrínseca ao domínio e à apropriação do espaço; esses mecanismos conduzem e estruturam a territorialidade dominante no território. Este item se propõe a discutir as

noções de práticas espaciais e como essas práticas imprimem sobre o território camadas que vão além de estratégias e instrumentos normativos – como o Plano Diretor, apesar desse contribuir intensamente com a territorialização em áreas urbanas. As práticas espaciais norteiam a forma como grupos e indivíduos se relacionam e ocupam os espaços da cidade, desta forma, qualquer estudo que se proponha a analisar processos de transformação territorial deve estruturar sua base em noções que abarquem a complexidade das relações que compõem o território. Lefebvre (1992, p. 8) traz uma importante contribuição ao tema da dominação e apropriação do espaço por práticas espaciais e sua relação com as práticas sociais dizendo:

[...] a prática espacial consiste em uma projeção em um campo (espacial) de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social. No processo, eles são separados uns dos outros, embora isso não signifique que o controle geral seja abandonado nem por um momento: a sociedade como um todo continua em sujeição à prática política - isto é, ao poder do Estado.

Apesar de concordarmos com as colocações do autor sobre a sujeição de parte da sociedade ao poder do Estado, dado o contexto atual e a lógica neoliberal⁶ vigente, acreditamos que o Estado pode também agir enquanto facilitador das circunstâncias necessárias para que outros agentes dominantes organizem seus territórios. Não se trata de um Estado não atuante, mas de um Estado que age de forma articulada com alguns agentes específicos da sociedade.

Os arranjos territoriais que se formam na cidade trazem consigo complexidades inerentes à tentativa de compreendê-los; para Harvey (1973) parte da dificuldade está relacionada a conceitos inconsistentes ou utilizados de forma inadequada. O autor aponta a frequente obstrução da compreensão do território, proveniente da má identificação dos processos sociais, na identificação de problemas e na seleção de políticas apropriadas para solucionar as adversidades que se apresentam. Com isso, é necessária a construção de uma consciência espacial que reconheça as relações entre os indivíduos e as organizações políticas e econômicas, refletindo na maneira

⁶ Entendemos a lógica neoliberal a partir da compreensão de Dardot e Laval (2016) de neoliberalismo. Para os autores o neoliberalismo é mais do que um sistema normativo de mercado, pois conduz também a maneira como nos comportamos, impondo uma competição e ordenando as relações sociais segundo um modelo que racionaliza o capitalismo contemporâneo e concebe o indivíduo, e o indivíduo concebe a si mesmo como uma empresa.

como o espaço é repartido e partilhado e nos seus processos espaciais (HARVEY, 1973).

Para compreender as implicações das práticas espaciais e dos processos sociais no espaço e no território, faz-se necessário entender, inicialmente, a diferença entre estes dois conceitos. A principal diferença entre processos e práticas espaciais se concentra no tempo e na repetição de ações sobre o espaço:

Os processos espaciais constituem um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e população sobre o espaço da cidade. Postos em ação pelos diversos agentes sociais da produção do espaço, os processos espaciais constituem um movimento de massa, envolvendo uma sequência sistemática e regular de ações em um período de tempo relativamente longo. Repetitividade e duração longa são traços definidores dos processos espaciais, distinguindo-os das práticas espaciais. Centralização, descentralização e segregação residencial são exemplos de processos espaciais. (CORRÊA, 2007, p. 68).

Para Corrêa (2016) os processos espaciais são criados pela ação humana e desses processos resultam os arranjos funcionais do espaço, que podem, em alguma instância, refletir sobre a forma do território, mas que tal afirmação é difícil de ser confirmada. Neste ponto, Harvey (1973) corrobora com Corrêa (2016), apontando para a importância de formular conceitos que orientem e harmonizem a criação de estratégias que deem conta da complexidade dos espaços e de seus significados simbólicos, mas também do impacto sobre cada grupo ou indivíduo. Para Harvey (1973), o desafio de compreender a complexidade dos processos sociais passa pela necessidade de criar uma metodologia interseccional, que envolva a multidisciplinaridade necessária para que tal compreensão seja efetiva.

Os processos sociais são determinantes para compreendermos o espaço e como se articulam os arranjos que se manifestam através de processos espaciais. A dissociação desses processos conduz a problemas na identificação de abordagem e na tomada de decisões políticas. Harvey (1973) observa que a necessidade de elaborar uma metodologia interseccional está relacionada à capacidade de integrar os processos espaciais e sociais e suas diretrizes:

Talvez seja mais razoável considerar a cidade como um sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação. Se desejarmos entender a trajetória do sistema urbano, devemos entender os relacionamentos funcionais que existem dentro dele, e as feições

independentes no processo social e na forma espacial que podem mudar a linha daquela trajetória. (HARVEY, 1973, p. 34).

Considerando os apontamentos de Harvey (1973) faz-se necessário identificar o lugar social de onde fala o agente, tal entendimento pode agir como um facilitador na compreensão das motivações que regem as estratégias do agente social através de suas práticas espaciais. As práticas espaciais, por sua vez, encontram-se em um campo de ação mais direto entre agente e efeito; é a partir deste lugar que Corrêa (2007) apresenta a sua noção de práticas espaciais e como estas estão relacionadas aos processos sociais:

As práticas espaciais constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos. Constituem ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada. A natureza pontual no espaço e no tempo estabelece a distinção entre prática espacial e processo espacial. Por intermédio dessa noção, é possível estudos de casos, envolvendo a ação de um agente individual sobre uma pequena área. A singularidade da prática espacial transforma-se, pela ação sistemática, regular e de maior escala temporal, envolvendo uma ampla porção do espaço, em processo espacial. As práticas espaciais, no entanto, e à semelhança dos processos espaciais, são meios pelos quais a diferenciação sócio-espacial pode ser alterada, mantida ou ainda, de modo específico às práticas espaciais, podem estar sendo anunciadas alterações. (CORRÊA, 2007, pp. 68-69).

Através das práticas espaciais é concebida a possibilidade de alteração ou estabilização da estrutura sócio espacial; o conjunto das práticas estabelecidas pelos diferentes agentes para controlar e organizar o espaço atua como importante elemento na viabilização da existência e reprodução dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade. Práticas espaciais são estabelecidas através de interações ao longo dos tempos, assim como a ruptura em determinado processo espacial consiste na alteração das práticas espaciais estabelecidas. Entretanto, não é possível analisar o território sem considerar o conjunto das práticas espaciais e sociais haja vista que práticas sociais adquirem aspecto espacializante, considerando que os agentes estão organizando suas estratégias a partir de um lugar social, que pode ser hegemônico ou contra-hegemônico. Assim, a observância das relações que os agentes sociais mantêm entre si é necessária, na medida em que legitimam, no território, as estratégias e práticas determinadas por relações de poder (CORRÊA, 1992; SOUZA, 2018).

Os estudos sobre as práticas espaciais abrangem grupos com interesses distintos. As diferentes práticas estabelecem distintos conceitos no espaço e dependem das circunstâncias nas quais são empregadas. Desta maneira, os estudos de Corrêa (1992) apresentam sua contribuição no que se refere às práticas espaciais de grandes corporações. As práticas espaciais corporativas apresentadas por Corrêa (1992; 1995) expõem uma forma de espacializar concentrada em um tipo de agente social específico — o empresário. Entretanto, como abordado por Souza (2018), as práticas espaciais podem ser de vários tipos: servir à manutenção de hierarquias, imposições de cima para baixo; ou servir à autonomia, caso essa não seja efetiva, na luta contra processos hegemônicos. Ao longo da história as práticas derivadas do poder heterônimo são mais frequentes, isso se dá pois estas são provenientes de grupos pertencentes às classes dominantes. Contudo, tais práticas se diferenciam de acordo com o agente social envolvido.

Corrêa (1992; 1995), apresenta as particularidades das práticas estabelecidas pelo setor corporativo, ou seja, empresas integradas em torno dos mesmos objetivos econômicos e financeiros, tal como atua a rede de agentes vinculados ao mercado imobiliário. As definições de práticas espaciais corporativas desenvolvidas pelo autor são importantes para a compreensão da estrutura morfológica e social do recorte espacial estabelecido na pesquisa, conforme veremos na metodologia (capítulo 3), e contribui para o entendimento de práticas espaciais antecedentes ao recorte temporal de análise. Posteriormente, Souza (2018) expandiu o leque de possibilidades relacionadas às categorias de práticas espaciais, identificando seis tipos de práticas pautadas em ações coletivas e de viés ativista e emancipatório, regularmente marcadas por instabilidade e violência. Para Souza (2018), as práticas espaciais insurgentes podem ser de escalas e tempos diferentes, mas tem em comum o propósito colaborativo e contestador de práticas espaciais estabelecidas.

O autor considera a territorialização de espaços através das práticas insurgentes enquanto territórios dissidentes, que podem existir por horas, dias ou semanas de acordo com o propósito ou possibilidade de reintegração de posse. Além do território dissidente, existem os territórios móveis (podem ser representados por navios de guerra); e territórios cíclicos, espaços que são usados de formas diferentes durante o dia. Outra prática insurgente apontada por Souza (2018) é a

“Refuncionalização/Reestruturação do espaço material”, se referindo a ajustes do substrato espacial material, mesmo com intervenções mínimas, para abrir novas relações sociais.

Outra prática apontada por Souza (2018) como insurgente, mas que pode ser utilizada tanto por agentes hegemônicos quanto por agentes contra-hegemônicos é a “Ressignificação de lugares”. Essa prática envolve disputa entre diferentes agentes e práticas hegemônicas e contra-hegemônicas. Cabe destacar que a dicotomia entre os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, mobilizados inúmeras vezes durante o texto, é compreendida a partir dos apontamentos apresentados por Spessoto e Lima (2016) e Santos (2018).

Para Spessoto e Lima (2016) a hegemonia é entendida enquanto a capacidade de um agente social de se tornar dominante e dirigente através de ações que atingem a organização não somente da estrutura econômica e política da sociedade, mas também a forma de pensar; se tornando um grupo onde as ideias, mesmo não obtendo consenso absoluto, ganham força suficiente para favorecer determinado interesse em detrimento de outros. Para Santos (2018), as concepções hegemônicas fomentam a construção de uma ordem capitalista, sexista e colonial; enquanto as práticas orientadas para a construção de uma sociedade mais justa são ditas contra-hegemônicas. Esses conceitos, a partir dos autores apresentados, foram utilizados no decorrer da pesquisa como instrumentos de identificação de agentes sociais e suas práticas.

Nesse sentido, a pesquisa considera representantes do poder público como agentes sociais hegemônicos, pois, apesar de o Estado organizar a sociedade, este não age de forma pura, considerando as articulações que moldam as relações público privadas, setor imobiliário, investidores e financiadores, também enquanto agentes hegemônicos. Os agentes sociais não hegemônicos representam o estrato social mais vulnerável econômica, política e socialmente, que é contemplado nos projetos de reestruturação e resignificação do território com políticas públicas que naturalizam o lugar da pobreza e não buscam estratégias para a emancipação desses agentes. Já os agentes contra-hegemônicos estão articulados em prol da resistência, criando estratégias que se contrapõem ao projeto dominante.

As discussões fomentadas por Souza (2018) sobre a vocação do espaço e a disputa pelo espaço entre agentes hegemônicos e contra-hegemônicos são de fundamental importância nas lutas políticas; e, como veremos no decorrer do texto, têm papel central na reestruturação do território analisado. O autor ainda considera enquanto prática espacial insurgente a “construção de circuitos econômicos alternativos”, que está vinculada à geração de renda, mas também à financeirização de iniciativas culturais e políticas. Esses circuitos são, geralmente, movimentos emancipatórios, que buscam investir no desenvolvimento de alternativas menos profundas que o mercado capitalista. E também a “construção de redes espaciais”, que correspondem às práticas multiescalares (global, local, regional) e podem envolver episódios de resistência local ou regional e territórios dissidentes.

As práticas espaciais podem ser combinadas com estratégias sociais complexas; um exemplo de estratégias complexas, que podem ser articuladas por práticas insurgentes, são as ocupações e assentamentos em prédios abandonados, onde agentes sociais contra-hegemônicos assumem o controle dos espaços e lhes dão novos usos (SOUZA, 2018). Nos termos de Souza (2018) essa ação pode ser chamada de “revitalização de baixo para cima” nanoterritorial⁷, em que as fronteiras são estabelecidas por um trecho de rua, prédio ou arquibancada.

A situação apresentada por Souza (2018) pode ser exemplificada pelo filme documental “Era do Hotel Cambridge”, uma criação coletiva entre a Frente de Luta por Moradia (FLM), o Grupo Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST) e a Escola da Cidade, que mostra em dois planos a ocupação e a ação para cumprir uma ordem de reintegração de posse. A diretora Eliane Caffé acompanhou por três anos o dia-a-dia da ocupação, em que diferentes pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional encontram abrigo e articulam forças de resistência (ESCOREL, 2017). A situação registrada no documentário assinala outras particularidades de práticas espaciais insurgentes, como a frequente tensão e incerteza vivida pelos moradores e a dinâmica efêmera das movimentações.

Na lógica do mercado a “revitalização de baixo para cima” não é legitimada, considerando a constante tentativa do poder hegemônico de se apropriar desses

⁷ Souza (2018) se refere à escala “nanoterritorial” ao tratar de práticas insurgentes fortemente enraizadas em lugares específicos, como a ocupação de prédios e glebas de terra ociosos.

espaços e imprimir sobre eles as normas de dominação e capitalização. A dominância das práticas espaciais heterônomas exerce sobre o espaço o que Souza (2018, p. 247) citando Castoriadis (1996)⁸ chamou de *poder explícito*, que visa “à submissão, ao ‘adestramento’, ao ‘amansamento’ (ou mesmo à ‘domesticação’) e ao enquadramento subalterno dos corpos e das mentes”. Enquanto as práticas insurgentes são criminalizadas — apesar de reivindicar um direito fundamental, que é o caso do direito à moradia ocupando espaços abandonados — a revitalização que segue os propósitos capitalistas e submete, por vezes, bairros à “gentrificação” é vista com bons olhos (SOUZA, 2018).

A legitimação ou a autorização de práticas espaciais e sociais pode ter como artifício o discurso de agentes hegemônicos; tal afirmação está baseada na colocação de Harvey (2017) de que devemos considerar como as práticas e “discursos” temporais e espaciais bem estabelecidos são “usados” e “trabalhados” na ação social. Como discursos são considerados divulgações escritas ou orais que propagam, em especial, ideias de organização espacial e social. Seguindo esta lógica podemos dizer que o domínio e a apropriação do espaço estão intimamente ligados ao discurso de legitimação de práticas espaciais. Para De Certeau (1998) a estrutura formal hierárquica que estabelece e determina os elementos no espaço condiciona a dinâmica de aproximação e distanciamento de agentes sociais — mas também de grupos e indivíduos que vivenciam o espaço de forma menos ativa — de acordo com seus hábitos e práticas. De Certeau (1998) estabelece uma ligação entre a legitimação de práticas espaciais e a narrativa do agente dominante; a partir disso, podemos compreender que relatos dominantes induzem outros relatos ao longo do tempo, através da utilização de elementos discursivos.

Corroborando com os apontamentos de De Certeau (1998), Souza (2019) acredita que as palavras não são ferramentas neutras se considerarmos que o poder é exercido por grupos e indivíduos através delas. Em convergência com isso, De Certeau (1998) aponta que relatos têm função fundadora, ou seja, exercem a capacidade de autorização e ajudam a construir um “campo” demarcado, criando

⁸ Castoriadis (1996). Castoriadis, Cornelius (1999 [1996]). A sociedade em rede (=A era da informação: Economia, sociedade e cultura, vol. 1). A segunda edição de *The Rise of the Network Society*, aprimorada, foi lançada em 2000).

fronteiras entre o que é legítimo e o que marginalizado. Souza (2019) afirma que elementos discursivos são utilizados amplamente para preestabelecer uma necessidade ou construir uma narrativa condizente com os objetivos de quem “anuncia”. O agir comunicativo depende de uma situação de simetria de poder que estabelece uma certa autonomia para a tomada de decisões ativas e participativas.

Apesar de não nos aprofundarmos na noção de narrativa não podemos deixar de assimilar a sua contribuição à construção de um cenário que colabora para a dominação do espaço urbano, condicionando a territorialização. Nesse ponto, a mídia e os meios de comunicação em geral são determinantes para criar novas necessidades, que podem ser produtos imobiliários ou hábitos e comportamentos que se formam à base da territorialidade. No mesmo sentido é induzida a marginalização de grupos e indivíduos pautada na capacidade de consumir espaços e se integrar às diretrizes de comportamentos estabelecidas. Contudo, esse processo não acontece de maneira linear e exige um tempo para que tais promoções, imobiliárias ou comportamentais, sejam absorvidas pela sociedade e se estabeleçam enquanto territorialidade.

As práticas espaciais insurgentes estão embutidas na articulação de resistência às práticas espaciais heterônomas. Holston (1996), que concentra seus esforços de pesquisa para trazer à tona os espaços de cidadania insurgentes, aponta que trajetórias de comunidades pobres ou marginalizadas acabam submersas por narrativas dominantes. Para o autor, espaços insurgentes estão em oposição aos processos que reforçam um projeto elitista de contenção de estratos vulneráveis da sociedade. Pessoas em situação de rua, profissionais do sexo, dependentes químicos e trabalhadores que não acumulam capital econômico e/ou cultural condizente com a capitalização do espaço urbano, não raro resistem de forma organizada e estratégica para legitimar o direito de ser e existir no território (HOLSTON, 1996). De Certeau (1998) observa que algumas práticas escapam à disciplina dos procedimentos que organizam a cidade e estão vinculadas ao espaço vivido, práticas espontâneas que nascem no cotidiano e são perpetuadas pela continuidade ao longo do tempo. Esse processo acontece especialmente no intervalo de acomodação das bases territoriais, em um momento de movimentação da estrutura do espaço urbano — seja através de reestruturação, revitalização ou requalificação, processos pautados frequentemente

na reterritorialização — onde as disputas pelo espaço urbano se tornam mais evidentes.

As lutas pelo espaço urbano estão engendradas nas relações de poder que sustentam a territorialização, entretanto as forças que moldam o território não o fazem sem resistência. Desta forma, a compreensão das práticas espaciais é fundamental para entender como as forças são tensionadas dentro do espaço urbano. O entendimento de cada agente e suas estratégias, sejam essas espontâneas ou racionalizadas, permite que a análise das transformações territoriais seja assimilada em sua complexidade para além da sua materialização, abrangendo também os interesses que impulsionam tais transformações. Com isso, é possível aumentar a probabilidade de compreender o resultado das ações que constroem a cidade e de buscar alternativas democráticas de acesso e poder de transformação.

1.3 Bem comum e o Direito à Cidade

A cidade é o resultado da sua construção histórica; por construção histórica compreende-se o acúmulo de práticas espaciais de agentes sociais distintos que imprimem na cidade, através de ideologias, formas de regulação política, econômica e de planejamento urbano, qual será o ritmo e o padrão das mudanças. Assim, ditando e mediando as transformações no espaço urbano, que são construídas através de camadas de relações entre processos espaciais e sociais, estabelecendo os espaços como conhecemos. É partindo desse contexto que este item se propõe a discutir as noções de Bem Comum, em especial o *Bem Comum Urbano*, e o Direito à Cidade. O objetivo é estabelecer um diálogo entre esses conceitos e a ideia de dominação e apropriação do espaço através de Práticas Espaciais, apresentada no item 1.2 deste capítulo. Com isso, objetiva-se a construção de uma base teórica que contribua para a compreensão de como esses processos se apresentam em um contexto capitalista de mercantilização do espaço urbano.

A ciência da cidade, como disse Lefebvre (2001), exige um determinado período histórico para se construir e orientar as práticas sociais. Como visto anteriormente, a prática social se estabelece com influência da repetição da prática espacial articulada no cotidiano; contudo, devemos considerar o Estado enquanto

agente social não neutro, pois tais práticas estão diretamente relacionadas ao poder que o Estado exerce sobre o território e às formas de regulação utilizadas. Essas práticas podem estar presentes em várias escalas – global, local, nacional – e se expressam na forma como se desenvolvem as abordagens acerca do desenvolvimento urbano de forma estratégica. Além do controle para moldar realidades urbanas, agentes sociais de mudança determinam estratégias que para Lefebvre (2001) são hierarquias de variáveis, grupos com estratégias diferentes, para objetivos diferentes, impõe seu modelo de realidade urbana através da sua capacidade de dominar e exercer poder sobre o espaço.

Assim, a configuração de cidades que se estabelece tendo o poder enquanto elemento causal que conforma as características da vida cotidiana, coloca em questão o direito à cidade reivindicado por Lefebvre (2001); para o autor o direito à cidade só pode ser formulado enquanto direito à vida urbana. Para Marcuse (2010), a cidade a qual Lefebvre se refere é a sociedade ideal, que incorpora uma ideia de urbanidade democrática em que as relações sociais, físicas e econômicas são plenamente desenvolvidas. Desta forma, para o autor, a expressão dessa sociedade ideal seria a cidade enquanto espaço em que se imprimem todas as relações. Consideramos que todas as relações estão expressas no espaço, seja através de interações ou da ausência delas. Em um contexto de dominação, alguns espaços são reservados à agentes sociais hegemônicos e, com isso, se estabelece uma relação expressa a partir da autorização de performar ou não seu cotidiano em determinados locais.

Entretanto, para Marcuse (2010), a sociedade ideal teria um destino em comum, buscando um objetivo comum; nesse caso não haveria espaço para reivindicações isoladas e que visassem objetivos individuais e privados. O direito à cidade enquanto conceito se desloca da noção de direito fundamental e se aproxima da ideia do direito de ser e estar na cidade de forma efetiva, que só pode existir em uma cidade concebida de forma horizontal. A concepção de uma cidade nova e alternativa coloca em questão a cidade existente, que atende às demandas de alguns, para os quais parece ser confortável não existir um horizonte de mudança. O direito à cidade que compreende todos os direitos já estabelecidos só será possível a partir de lutas e conflitos com aqueles que se veem ameaçados pelas novas reivindicações (MARCUSE, 2010).

Para que a “sociedade ideal” entendida por Marcuse (2010) seja efetivada como a materialização do *direito à cidade* é necessário exigir um controle democrático sobre o acesso e construção dos espaços. Trata-se então de estabelecer novas utopias para aproximar-se do que se acredita ser uma abordagem política mais ampla e inclusiva, na qual seja possível integrar a complexa realidade em que vivemos. Mexer nas estruturas estabelecidas não é uma tarefa fácil, tendo em vista a urbanização como um fenômeno de classe, lutas e conflitos para definir quais ideais devem ser privilegiados se colocam como um grande desafio. Reivindicar o poder configurador sobre os processos de urbanização requer refletir sobre a forma como as cidades foram feitas e refeitas ao longo da história e identificar processos e agentes sociais que impulsionaram e controlaram tais transformações (HARVEY, 2014b).

Harvey (2014b) acredita na afirmação de Lefebvre de que a revolução de nossa época precisa ser urbana – ou não será. Para o autor é das ruas que emergem todas as lutas e é nas ruas que movimentos de pautas específicas assumem dimensão urbana. O acesso e a apropriação de espaços públicos estão diretamente relacionados à criação de bens comuns urbanos acessíveis, mas que vêm adquirindo, a partir de uma urbanização capitalizada, além do já estabelecido controle hierárquico, papel mercantil e aniquilador do comum público, político e sociável. É nesse contexto que se potencializa o domínio do agente hegemônico sob o espaço, pois o espaço operado enquanto um investimento rompe com a sua função pública e política.

Para Butler (2018) a autorização para aparecer e desaparecer no espaço público é parte de um movimento político que vai além da fragilidade da estrutura urbana, mas está infiltrada em todas as instituições e expõe a condição de vulnerabilidade e precariedade a qual estão expostas todas as pessoas. A autora destaca que evidentemente todas as pessoas estão expostas à fragilidade das instituições, mas nem todas dependem exclusivamente do funcionamento destas; a ética empreendedora neoliberal que assombra o nosso tempo traz uma insegurança devastadora aos pobres e às pessoas em situação de rua. É a partir desse contexto, que coloca em questão o Direito à Cidade enquanto capacidade de apropriação do espaço urbano e direito à vida urbana, que se faz necessária a compreensão do espaço urbano enquanto *bem comum urbano*, tema do próximo subitem deste capítulo.

1.4 Bem comum, a construção do bem comum urbano e o Direito à Cidade

Dardot e Laval (2017) sugerem que apesar de ser utilizada de forma ampla, a noção de “comum” está antes relacionada ao acesso a bens naturais, ambientais e que permitem determinada autonomia a um grupo ou comunidade. Com o tempo o termo passou a abarcar tudo que pudesse se tornar alvo de privatização, mercantilização, pilhagem ou destruição realizadas em nome do desenvolvimento econômico. Tendo em vista os diversos arranjos que se organizam em torno da noção de comum, antes de seguirmos à ideia de Comum Urbano e sua relação com Direito à Cidade, é necessário entender a distinção entre os bens fundamentais para a sobrevivência humana, bens públicos e a criação de bens comuns urbanos. O aparecimento de novas técnicas e formas de capitalização expandiram o que se entende por comum, por consequência surgiram novas formas de cercamento. Portanto, compreender os aspectos gerais de cada conceito e como são estabelecidas as condições de controle e regulação de acesso a tais bens amplia as possibilidades de organizar estratégias de apropriação do que seria democraticamente comum a todos.

Posto isso, é útil verificar a diferença entre os conceitos de bem comum e bem público abordados por Dardot e Laval (2017); os autores apontam que bens públicos foram retirados do âmbito de apropriação comum por um ato de direito público. Como isso, entende-se que o bem público deveria estar “protegido” das intenções do mercado e seria de acesso coletivo, no entanto o que se apresenta é a vulnerabilidade do que foi retirado do âmbito comum e colocado em apropriação pública. Com essa transição, para os autores, o público está sujeito à liquidez com a qual são oferecidos e gestados, considerando a lógica mercantil imposta por grandes corporações e assentida pelos governantes. Os bens comuns, para Dardot e Laval (2017), seriam em origem de livre acesso, contudo, sofrerem com a grande apropriação que acelera o desgaste ambiental e acarreta fenômenos maciços de exclusão e desigualdade.

Desse processo de apropriação de bens comuns há duas decorrências gerais. Além das consequências ambientais que se apresentam a partir do livre acesso conduzido por uma hierarquia de poder, levando em consideração a acessibilidade e as condições de dominação do bem comum por parte de oligarquias, outro corolário

é a capacidade de consumo que se estabelece, a partir da exploração dos bens, enquanto mediadora das relações entre indivíduos e os comuns, tornando a sociedade indiferente ao destino dos bens comuns. Federici (2019) compreende a ideia de comum/bens comuns como uma alternativa às propriedades estatais e privadas quando conduzidas de forma social cooperativa. No entanto, a autora aponta que a linguagem dos comuns foi apropriada pelo Banco Mundial e as Nações Unidas e colocada a serviço da privatização:

Sob o falso pretexto de proteger biodiversidades e conservar bens comuns globais, o Banco transformou florestas tropicais em reservas ecológicas, expulsou populações que por séculos tiraram sua subsistência delas, ao mesmo tempo que garantiu o acesso para pessoas que pudessem pagar por ele - com o ecoturismo, por exemplo. As Nações Unidas, por sua vez, vêm revisando leis internacionais que regem o acesso aos oceanos, de tal maneira que passa a ser possível uma concentração do uso das águas marinhas em poucas mãos; mais uma vez em nome da preservação da herança comum da humanidade. (FEDERICI, 2019, p. 381).

Federici (2019) ainda observa que a subversão da ideia de bem comum não é exclusividade do Banco Mundial e das Nações Unidas, mas algo que vem crescendo entre economistas e planejadores que enxergam no bem comum uma possibilidade de lucro menos propícia a conflitos do que a privatização:

A acumulação capitalista depende estruturalmente da livre apropriação de enormes contingentes de mão de obra e recursos que precisam parecer externos ao mercado e à influência, como o trabalho doméstico não remunerado executado por mulheres, do qual empregadores dependem para reprodução da força de trabalho. Não é coincidência que muito antes da crise de 2008, diversos economistas e cientistas sociais alertaram que a mercantilização de todas as esferas da vida é prejudicial ao bom funcionamento do mercado, porque ele também depende da existência de relações não monetárias, como confiança, em si e no outro, e a generosidade. (FEDERICI, 2019, p. 382).

Tendo isso em vista, Dardot e Laval (2017) sugerem que "bens comuns" precisam ser protegidos contra a exploração sem limites, restringindo o acesso aos recursos ou uso destes. Entretanto, os autores observam que em alguns momentos bens comuns naturais e bens públicos precisam ser orientados de forma conciliada, como no caso do direito à água. A água, enquanto recurso fundamental que deve ser oferecido de forma pública, que em algumas situações vem sofrendo com a

mercantilização e a exploração privada, exige uma luta em defesa da sua preservação (DARDOT; LAVAL, 2017).

Para Harvey (2014b) as questões relativas a bens comuns estão em um campo contraditório, pois exigem encontrar de forma sensível qual a melhor maneira de proteger recursos e regular a propriedade comum, ou administrá-los sem que haja uma subordinação ou controle hierárquico que afetaria a possibilidade de acesso por diferentes agentes sociais. O autor sugere que a distribuição e proteção aos bens comuns só pode ser executada e funcionar de forma horizontalizada mediante diagnóstico que determine a especificidade de cada caso, ou seja, de cada relação entre a cidade, os espaços territorializados e os bens comuns, não sendo possível aplicar fórmulas prontas para problemas de origem e escala divergentes. De forma não conclusiva, mas a fim de nortear as contradições que surgem relativas ao “comum”, Harvey (2014b) observa que estes conflitos estão envoltos em uma decisão simples de ser identificada, mas distante de ser solucionada: “de que lado você está, que interesses comuns você busca proteger e com que meios?” (HARVEY, 2014, p. 141).

A decisão apontada por Harvey (2014b) pode ser válida para mostrar quais interesses são protegidos ou não e por quem, mas está longe de responder ou solucionar a distribuição e controle vertical e hierárquico de recursos comuns. Como o autor indica, alguns bens são intensamente mercantilizados e “cercados”, como é o caso de materiais genéticos, conhecimento e bens culturais. O controle de tais bens pode se intensificar e privar determinadas parcelas da sociedade em momentos críticos, levando ao agravamento de crises em setores diversos. A exemplo disso temos a escassez de incentivo aos pesquisadores e universidades públicas, que, não raro, leva à privatização de conhecimento e mão de obra capacitada para gerenciamento de crises e busca de soluções. Quando não há investimento e capacitação pública no incentivo ao desenvolvimento de uma vacina, o “cercamento” do conhecimento leva à mercantilização desse recurso, deixando-o sob controle de países e corporações com capital financeiro disponível, impossibilitando ou dificultando o acesso de parcelas vulneráveis da sociedade a um bem fundamental para sua existência.

Harvey (2014b) apoiado em Hardt e Negri (2009)⁹ sugere que bens comuns podem ser também culturais, não apenas a terra compartilhada, mas tudo que é construído através de relações comunais: "línguas que criamos, as práticas sociais que estabelecemos, os modos de sociabilidade que definem nossas relações e assim por diante" (HARDT; NEGRI, 2009 pp. 137-139 apud HARVEY, 2014b, p. 143). É a partir dessa colocação de Hardt e Negri que o autor desenvolve a distinção entre espaços públicos e bens públicos - estatais e comuns. Harvey (2014b) observa que os espaços e bens públicos são criados a partir das intenções do Estado e da administração pública. Com isso podemos entender, seja o governo em vigência progressista ou conservador, que a providência de bens públicos como habitação de interesse social, educação, saneamento e saúde pública é submetida ao regime administrativo que está pautado na supremacia do interesse público, que apesar de ter como um de seus condicionantes o interesse coletivo, comumente não leva em consideração aspectos imateriais e toma decisões baseadas na capacidade de precificar, prejudicando, com isso, comuns construídos através de relações sociais.

A atribuição de qualidades a bens públicos é dada através de ações políticas por parte dos cidadãos, pessoas que se apropriam desses bens e concretizam qualidades, assim, Harvey (2014b) entende o comum urbano enquanto resultado de uma relação social instável e maleável. Quando espaços públicos são criados a partir de investimentos públicos ou privados deve-se colocar em debate quanto estes bens são utilizados enquanto artifício para a financeirização das cidades. A subordinação de investimentos públicos à especulação imobiliária corrói as estruturas do Direito à Cidade, pois condiciona a apropriação dos espaços à capacidade de consumo ou de *performance* de capital econômico e/ou cultural. Para que bens públicos se tornem comuns, Harvey (2014b) observa que é necessário que haja apropriação do espaço tendo em vista um objetivo comum, o que parece uma tarefa no contexto de disputas e conflitos que estruturam a sociedade capitalista.

Nesse ponto abre-se espaço para outra discussão complexa: em nome de quem reivindicam-se "objetivos em comum"; quem ou que corpos estão incluídos no direito de aparição e apropriação do espaço. Para Butler (2018, p. 42), "a questão do

⁹ MICHAEL, H; NEGRI, A. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

aparecimento é importante porque se dizemos acreditar que todos os sujeitos humanos merecem igual reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos humanos são igualmente reconhecíveis.”. Desta forma, entende-se que para que um objetivo em comum promova uma movimentação social é necessário compreender as demandas de todos os humanos, ou quais normas operam para distinguir quem pode ser reconhecido ou não, tornando-se visível no âmbito das políticas públicas. Tais questões demandam uma investigação que ainda está em curso, mas que tem origem na luta histórica de quem cuidará e para quem a produção e o acesso ao espaço e os bens públicos devem ser regulados (HARVEY, 2014b).

Para Harvey (2014b), a constante produção de bens comuns está associada ao fato de serem regularmente apropriados pelo capital com a finalidade de serem monetizados. Além da apropriação de investimentos públicos pelo mercado, existe a frequente apropriação por parte de agentes imobiliários sobre práticas comunitárias. Assim, grupos que lutam para manter a diversidade étnica em seu bairro, que por vezes foi abandonado por parte do Estado, têm seus comuns usurpados pelo mercado imobiliário. Os grupos que constroem comunitariamente uma identidade cultural ou que dedicam seus esforços para agregar qualidades aos bens públicos, articulando associação de moradores, associação de pais e mestres com vistas à autonomia e ao livre acesso, encontram dificuldades de se manterem nos espaços na medida em que os preços e impostos são aumentados.

Por vezes, comuns construídos comunitariamente através de práticas sociais são utilizados como *slogan*, aspirando atrair uma parcela da população que pode e quer consumir o/no espaço: a classe média. O principal problema envolve as relações entre os que produzem e os que conquistam em diferentes escalas e os que se apropriam do seu benefício privado. Aqui se estabelece o cerne da luta pelo direito à cidade, quando investimentos públicos são utilizados para desenvolver projetos em nome do comum, mas promovem ganhos privados. Compreender todos os aspectos da criação, apropriação, regulação e administração de bens comuns e bens públicos garante certa segurança e autonomia para que forças coletivas se articulem e se organizem, promovendo alguma resistência às forças hegemônicas de dominação.

2 MÉTODO: ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS

A metodologia foi baseada em pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Segundo Gil (2010), pesquisas exploratórias se propõem a criar familiaridade com o problema, com o objetivo de torná-lo mais explícito. Enquanto a pesquisa descritiva, para o autor, exige do pesquisador uma base de dados consistente sobre o que deseja pesquisar, onde se pretende descrever os fatos e os fenômenos de determinada realidade e abrange pesquisas bibliográficas, estudos de caso e também levantamentos de campo.

A pesquisa foi desenvolvida entre março de 2020 e setembro de 2021 – considerando a expansão de prazos concedida a todos os alunos do PROPUR pela Portaria nº 55 de 29 de abril de 2020 da CAPES, como uma das medidas adotadas em razão do Coronavírus SARS-CoV-2 – e possui como estratégia o **estudo de caso** do processo de territorialização, através da identificação das práticas espaciais de agentes sociais que atuam no IV Distrito de Porto Alegre/RS. Para Gil (2012, p. 57) "O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado". Desta forma, a pesquisa concentrou seus esforços na análise da ação estratégica de agentes sociais no processo de territorialização do recorte espacial determinado, tendo em vista o objetivo geral da pesquisa. O objetivo, por sua vez, é analisar a territorialização pelos agentes sociais através de suas práticas espaciais, aspirando compreender como as articulações resultantes dessas relações reverberam na criação de estratégias para a reestruturação do território.

A seguir, o Quadro 1 apresenta os objetivos específicos, que auxiliam na obtenção do objetivo geral, bem como as propostas metodológicas que foram utilizadas como instrumentos para mediar a obtenção dos resultados pretendidos.

Quadro 1 - Síntese da metodologia da pesquisa

OBJETIVOS	MÉTODOS	RESULTADO
<p>OBJETIVO GERAL:</p> <p>Analisar os processos de territorialização do IV Distrito, especialmente entre 2010-2020, pelo mercado imobiliário e pelas comunidades de baixa renda, através de suas práticas, visando compreender como as articulações resultantes dessas relações reverberam na criação de estratégias para a reestruturação do território.</p>		
<p>Identificar os principais marcos históricos na territorialização do IV Distrito.</p>	<p>Revisão histórica: pesquisa bibliográfica e documental.</p>	<p>1. Panorama geral acerca dos principais acontecimentos que marcam as fases de transformação na atualidade.</p>
<p>Caracterizar as territorialidades de agentes sociais que atuam no IV Distrito.</p>	<p>Trabalho de campo 1: Observação não participante e mapeamento.</p> <p>Pesquisa documental, coleta de dados primários e secundários.</p>	<p>1. Identificação, localização e caracterização de práticas espaciais hegemônicas e contra-hegemônicas.</p>
<p>Analisar as territorialidades específicas geradas por práticas espaciais no IV Distrito.</p>	<p>Análise dos dados coletados no objetivo anterior; realização de entrevistas estruturadas.</p>	<p>1. Análise da reverberação das ações dos agentes no território; 2. Verificação dos agentes em colaboração e em disputa no território; 3. Coleta de informações específicas através de entrevistas.</p>

Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

No que se refere ao primeiro objetivo específico, foi realizada a revisão histórica dividida em dois períodos: entre 1914 e 2010, período antecedente ao recorte analisado, considerado fundamental para a compreensão dos processos de territorialização posteriores; e entre 2011 e 2021. A revisão tem como base a pesquisa documental e bibliográfica, através de documentos oficiais produzidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e outras instituições que se colocaram a produzir estratégias para o território. E a revisão da literatura, que apresenta os principais fatos históricos acerca do IV Distrito. Pretendeu-se, com isso, criar um panorama geral acerca dos principais acontecimentos que marcam as fases de transformação na atualidade, indicando as principais estratégias e intenções para a área e como elas refletem no território.

A pesquisa documental, que tem como principal diferença em relação à pesquisa bibliográfica a natureza das fontes, utiliza documentos que não receberam tratamento analítico. Os documentos podem ser de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como documentos oficiais, reportagens, cartas, filmes, contratos, entre outros; e de segunda mão, documentos que já foram analisados, como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas e levantamento de dados estatísticos (GIL, 2012). Para essa pesquisa serão utilizados documentos das duas naturezas, apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 - Documentos de primeira e segunda mão analisados

Primeira fase: <i>Estudos, planos e projetos antecedentes (1914-2010)</i>	Segunda fase: <i>Estudos, planos e projetos recentes (2011-2021)</i>
Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Projetos e Ações. GT 4º Distrito (2009); Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA, 2010).	Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Programa Porto do Futuro: 4º Distrito (PMPA, 2013a); 4D: Distrito de Inovação de Porto Alegre (Website); Relatório GT Estratégico 4D (PMPA, 2016a); Masterplan 4D. Steer Group: Relatório sobre a Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4D, Banco Mundial, (2019c) e demais relatórios realizados no processo de elaboração do relatório final (2019a; 2019b). Instituto de Arquitetos do Brasil/ Conselho de Arquitetura e Urbanismo (IAB/CAU): Planos populares de Ação das regiões de planejamento 1 e 2 (2020a; 2020b).

Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

Em ambas as fases foram utilizadas reportagens, documentos bibliográficos e ambas são constituídas de documentos com dados já coletados e analisados, como livros, artigos e trabalhos acadêmicos (GIL, 2012). Serão utilizados para a pesquisa bibliográfica teses, dissertações e artigos que tratem diretamente do tema ou tangenciem as transformações no IV Distrito no período delimitado.

No que se refere ao segundo objetivo específico, foram caracterizadas as práticas espaciais hegemônicas e contra-hegemônicas identificadas no território a partir de critérios desenvolvidos com base no quadro referencial elaborado por Souza (2018), apresentado no Capítulo 1 deste trabalho “TERRITORIALIDADE E PRÁTICAS ESPACIAIS”, item 1.2, quando se trata de territórios dissidentes.

Quanto aos territórios, em consonância com a dominância vigente — financeirização da habitação capitalização da urbanização — entende-se que suas práticas, apesar de se aproximarem das classificações de Corrêa (1992; 1995), estão imbricadas em uma amálgama de interesses comuns entre Estado e instituições privadas. Desta forma, a combinação de agentes envolvidos e as práticas de cada um impossibilitam a classificação específica. Entretanto, isso não impede que sua identificação seja feita a partir do recorte teórico geral contextualizado no momento histórico socioeconômico global. Dito isto, para atingir esse objetivo específico a metodologia foi dividida em duas partes:

- I. Identificação: para esta etapa será realizada a análise de ocupação e uso do solo, visando identificar estratégias de territorialização, observando contrastes entre as práticas espaciais hegemônicas e contra-hegemônicas identificadas;
- II. Caracterização das territorialidades distintas: após a identificação dos territórios com práticas espaciais distintas, esses foram apresentados no Capítulo 4. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.

Para tanto foram analisados os seguintes documentos:

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística: Resultados do Universo (IBGE 2010);

SINDUSCON-RS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul): Censo do Mercado Imobiliário de Porto Alegre (SINDUSCON-RS, 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014 2015; 2016);

CEDH-RS (Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul): Relatório da Missão em Defesa Do Direito Humano à Moradia e ao Trabalho Digno nas Ocupações Urbanas na Região do 4º Distrito da Cidade de Porto Alegre/RS;

Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Plano de Investimentos e Serviços (2010; 2011; 2012; 2013b; 2014; 2015c; 2016c; 2018).

No terceiro objetivo específico, foram identificados agentes sociais, suas práticas e suas manifestações territoriais, observando as relações de conflito ou colaboração entre tais agentes. Para tanto, além da identificação de colaboração e conflito entre territórios, através da análise da espacialização das práticas realizadas

com base no arcabouço teórico, a principal técnica utilizada foi a de entrevistas semiestruturadas, pautadas.

A entrevista por pautas é o instrumento mais indicado para o contexto da pesquisa, pois permite maior flexibilidade para que o entrevistado relate acerca das indagações da pesquisa (GIL, 2012). As pautas das entrevistas foram elaboradas de forma variável, ou seja, para cada entrevistado as perguntas foram direcionadas com a finalidade de atender às demandas da pesquisa, de modo a preencher lacunas encontradas na coleta de dados documental. Os entrevistados foram contactados por mensagem de aplicativo de celular, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi enviado via *e-mail* após o primeiro contato e aceite do entrevistado. A data da entrevista foi definida mediante disponibilidade do entrevistado e todas as entrevistas foram realizadas de forma virtual, entre a última semana de julho e a primeira quinzena de agosto de 2021, e gravadas para melhor organização e precisão na análise dos dados obtidos. Para que todos os aspectos éticos da pesquisa sejam atendidos, os entrevistados terão suas identidades preservadas. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi recolhida de forma digital.

3 TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO IV DISTRITO

Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais fases de transformação do IV Distrito. No primeiro item serão expostos os antecedentes históricos, referentes aos acontecimentos significativos ao uso do solo do território entre 1890-1970. Em seguida, o item “Estudos, planos e projetos para o território” visa criar um panorama que possibilite a aproximação das estratégias e objetivos, sobretudo do poder público, à ocupação do território tanto por agentes do mercado imobiliário quanto por comunidades de baixa renda.

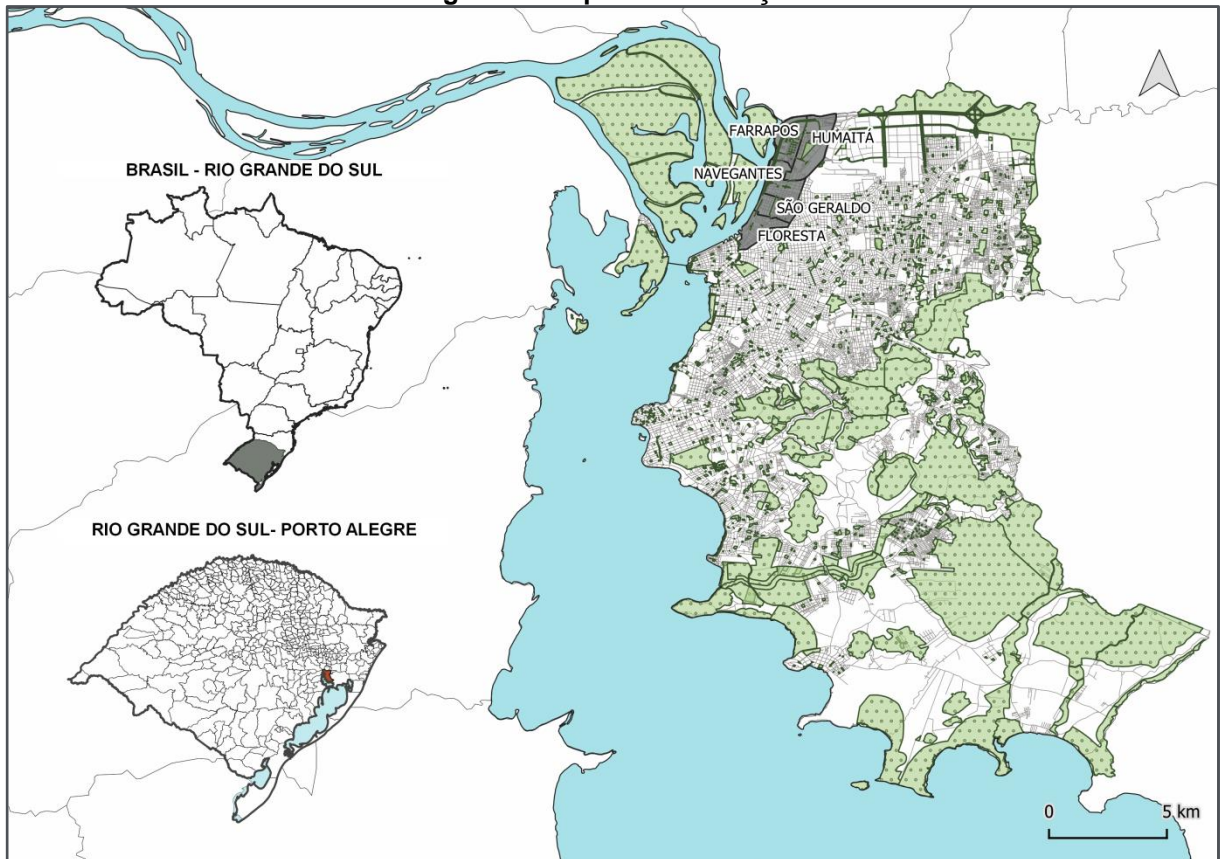
3.1 Antecedentes históricos (1890-1970)

Os processos de transformação do IV Distrito e da cidade de Porto Alegre estão diretamente vinculados. Essa afirmação é possível considerando sobretudo as mudanças decorrentes da ocupação urbana e industrial na área de análise e suas contribuições ao desenvolvimento da cidade, na passagem do século XIX até, aproximadamente, a metade do século XX. No entanto, condições políticas e econômicas que permearam as estratégias de uso e ocupação do solo foram determinantes para que, com o passar do tempo, o território fosse qualificado como uma área degradada e obsoleta. Este item objetiva apresentar de forma sintética os principais pontos de ascensão da área, enquanto lócus industrial, até o início do seu processo de esvaziamento e degradação.

Para entendermos os vínculos que relacionam Porto Alegre à área de estudo, no que tange às questões socioeconômicas e de desenvolvimento urbano, a cidade está situada em uma área privilegiada do ponto de vista locacional. Historicamente, mais precisamente entre o século XVIII e XIX, o transporte hidroviário se favoreceu dessa condição. Tanto a proximidade à Lagoa dos Patos quanto às margens do Guaíba, fizeram da cidade o escoadouro natural de toda produção exportada por esta área e ainda do Vale do Taquari, afluente navegável do Jacuí (SINGER, 1977). Contudo, a cidade teve seu crescimento econômico estagnado no período entre 1835 e 1845 devido aos conflitos da Revolução Farroupilha, bem como ao surgimento de

outros pólos de atração econômica, como Pelotas e Rio Grande, em função da produção do charque (SOUZA; MÜLLER, 1997).

Figura 1 - Mapa de localização

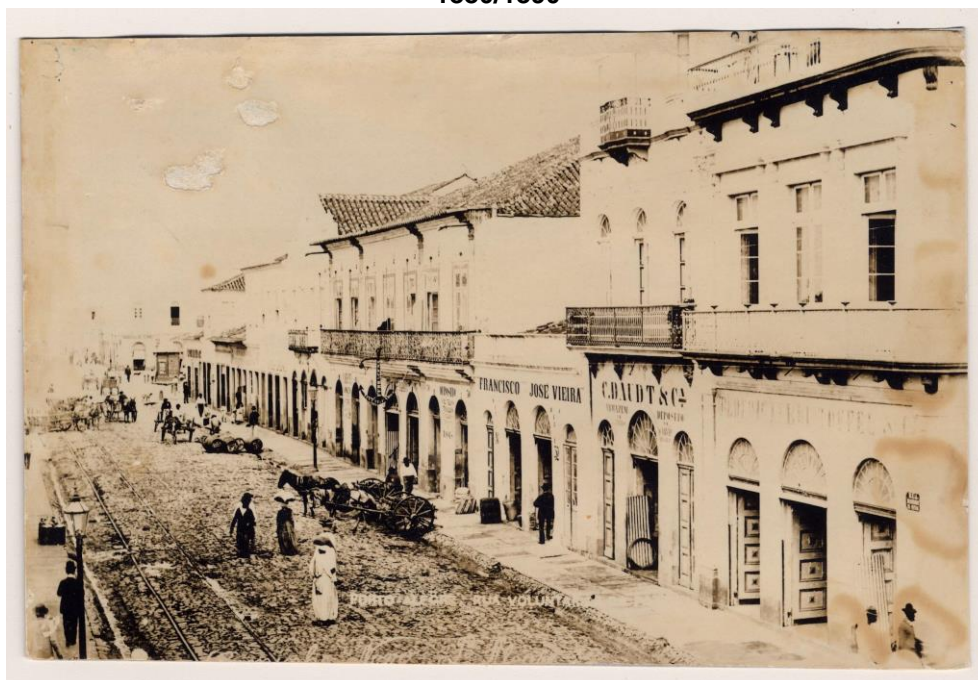


Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

Alguns fatores contribuíram para que a cidade retomasse seu desenvolvimento econômico e urbano. O desenvolvimento de colônias de imigrantes alemães e italianos nas proximidades de Porto Alegre no final do século XIX, contribuiu para que a expansão da cidade se desse através de seus principais eixos de acesso. Sendo o primeiro eixo geratriz constituído pela Rua Voluntários da Pátria, na época chamada de Caminho Novo. Além de eixo estruturador do bairro Navegantes, o “Caminho Novo” era o principal local de passagem entre o núcleo urbano e o interior do Rio Grande do Sul, que posteriormente passou a ligar o centro da capital à estrada de ferro que se estendia até a cidade de São Leopoldo. Conforme o fluxo de pessoas e mercadorias se intensificava o “Caminho Novo” se estabelecia como principal via de acesso à

cidade, sendo escolhido para implantação das primeiras plantas industriais da cidade, a partir de 1890 (FERNANDES, 2014; SOUZA; MÜLLER, 1997).

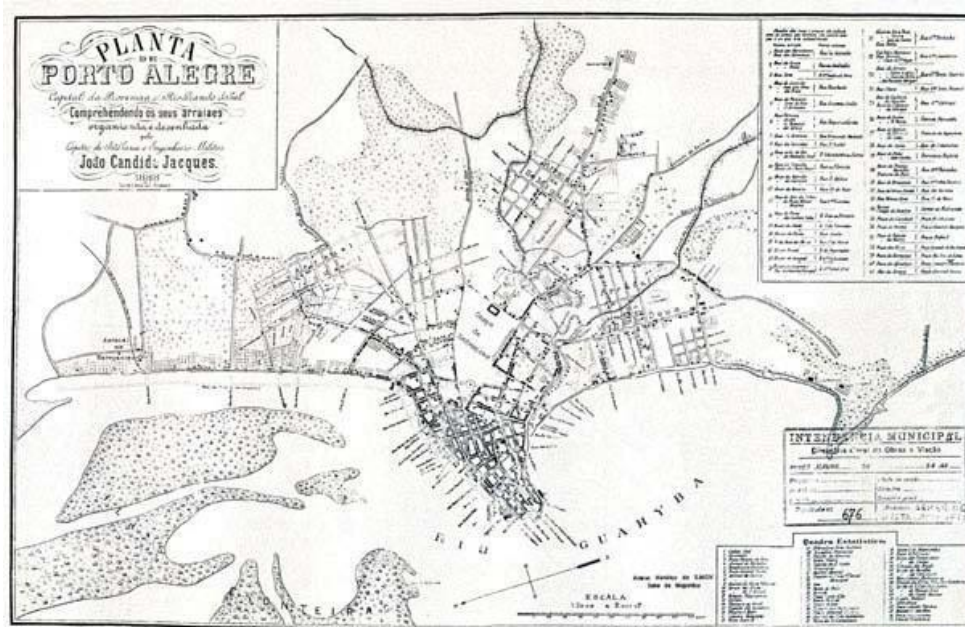
Figura 2 - Rua Voluntários Da Pátria - Caminho Novo, 4º quartel do século XIX. Década de 1880/1890



Fonte: Autor Desconhecido – Acervo do Museu Joaquim José Felizardo. In: Fototeca Sioma Breitman. PMPA/Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre (2020).

Em 1892 a cidade foi dividida em seis distritos — e assim permaneceu até meados do século XX — o IV Distrito, por sua vez, foi escolhido como setor industrial dada a existência de indústrias na área. O setor já apresentava relevância na expansão da indústria têxtil e de material de construção. Outros fatores colaboraram para que o IV Distrito fosse reconhecido como uma área estratégica no desenvolvimento da cidade como um todo, entre eles, suas características físicas: zona baixa e proximidade aos cursos d'água, vistos como requisitos ambientais estratégicos, potencializados pela estrada de ferro, que teve seu traçado definido dadas as condições topográficas e geográficas adequadas (MATTAR, 2010). Na Figura 3 é possível ver como se dava a expansão territorial da cidade no final do século XIX.

Figura 3 - Planta da Cidade de Porto Alegre por João Cândido (1888)



Fonte: Cândido (1888). Acervo do IHGRGS.

Na primeira metade do século XX as vantagens se apresentavam não somente para o setor industrial, mas também no aspecto socioeconômico, com o fluxo migratório aberto tanto nacional como internacionalmente. E principalmente de pessoas vindas do interior do Estado que acreditavam na possibilidade de ascensão socioeconômica e na garantia de um trabalho próximo à moradia. Esse período foi determinante para o desenvolvimento local e regional, impulsionando o processo de industrialização que ocorreu na cidade entre 1890 e 1945 (SOUZA; MÜLLER, 1997).

Data deste período a fundação da loteadora Companhia Territorial Porto Alegre¹⁰, que teve importante atuação nos bairros Navegantes, São Geraldo e parte dos atuais bairros São João e Higienópolis (STROHAECKER, 2005). Strohaecker (2005) observa a distinção dentre os loteamentos promovidos pela loteadora: enquanto as áreas adjacentes aos bairros nobres como Moinho de Ventos e Independência eram destinadas a grupos de classe média; os loteamentos destinados às classes operárias foram situados em áreas sujeitas a inundações, localizados na região Navegantes - São João e Várzea do Gravataí.

¹⁰ A Companhia Territorial Porto Alegre foi fundada em 15 de setembro de 1892 e incorporada à Companhia Predial e Agrícola em 24 de julho de 1902.

Strohaecker (2005), ainda aponta em suas pesquisas para a identificação de práticas e estratégias das companhias loteadoras. Para esta pesquisa foi considerado que tais práticas podem ser classificadas a partir dos estudos teóricos de Corrêa (1992; 1995). Os conceitos elaborados por Corrêa se referem às práticas espaciais de grandes corporações¹¹, mas se assemelham às ações das companhias de loteamento no início do século XX por partilharem o objetivo central das práticas espaciais corporativas: garantir projetos e controlar a organização espacial, sua existência e reprodução (CORRÊA, 1995). Desta forma, o Quadro 3, apresentado abaixo, tem como objetivo demonstrar de forma concisa a conceituação das práticas espaciais utilizadas pelas loteadoras.

¹¹ Roberto Lobato Corrêa, utilizou como estudo de caso as práticas espaciais utilizadas pela Companhia Souza e Cruz Indústria e Comércio.

Quadro 3 - Quadro comparativo entre as práticas espaciais de loteadoras no início do século XX e os conceitos elaborados por Corrêa (1992; 1995)

Práticas e Estratégias das companhias de loteamento	Conceituação das Práticas Espaciais utilizadas
a) Compra de ações de empresas localizadas nas áreas loteadas	<i>Antecipação espacial</i> , esta prática está vinculada com a reserva de território prevendo retorno financeiro futuro e garantia sobre o controle na organização espacial do território.
b) Compra de ações de empresas exploradoras de serviços públicos	Controle das atividades que interferem direta ou indiretamente na nas etapas do processo de produção, que nesse caso se refere à infraestrutura das áreas loteadas.
c) Construção de prédios para uso da empresa ou para fins de valorização	<i>Antecipação espacial</i> .
d) Reserva de áreas com arrendamento de terras	<i>Seletividade Espacial</i> , se refere às decisões tomadas de forma seletiva, em especial vinculadas à localização, seguindo as atribuições julgadas benéficas à empresa; <i>Antecipação espacial</i> .
e) Reserva, pelos incorporadores, de lotes e quadras adjacentes a lotes de uso comercial ou institucional ou vias de melhor acessibilidade	<i>Seletividade Espacial</i> .
f) Venda de lotes insalubres a valores e prestações exíguas	<i>Marginalização</i> , se refere a gestão do território no que tange a exclusão total ou parcial de um lugar, da rede de lugares constituído na incorporação. <i>Seletividade Espacial</i> .

Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) com base em Strohaecker (2005) e Corrêa (1992; 1995).

A prática das loteadoras, de destinar à classe operária e à população pobre áreas vulneráveis a inundações, conceituada por Corrêa como Marginalização e Seletividade Espacial, seria seguida pelo poder público. Segundo MORAES¹² (2011 apud WEIMER, 2017) em 1953 a Vila Teodora, divisa entre os bairros Humaitá e Navegantes, seria o destino de habitantes removidos do centro. O autor ainda aponta que em 1958 parte da população da Vila Teodora foi despejada no Passo das Pedras; as remoções na região voltaram a acontecer nos anos 1970, quando moradores foram deslocados para os loteamentos Restinga Nova, Restinga Velha e Passo Feijó localizado em Alvorada, município vizinho de Porto Alegre. A ocupação de áreas

¹² MORAES, Aldovan de Oliveira. Poder público municipal e habitação de interesse social em Porto Alegre. Porto Alegre, DEMHAB, 2011, 2 volumes. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

desvalorizadas no mercado imobiliário pela população pobre se tornaria um ponto de tensão e disputa no IV Distrito¹³.

No início do século XX a ocupação operária foi bem vinda, enquanto a mão de obra foi absorvida por indústrias em expansão, aumentava a demanda por habitações de baixo custo. Assim, enquanto Porto Alegre se consolidava como a primeira cidade industrial do Estado, em 1927 (SINGER, 1977) foi se compondo o cenário do IV Distrito. Em pouco tempo a paisagem urbana do IV Distrito se transformou, constituindo o distrito industrial da cidade em bairros operários multiculturais e multiétnicos. Tal configuração seria decisiva para o cenário político local, que, com grande número de operários empregados, se tornou a base de atuação tanto do Partido Comunista Brasileiro, quanto do Partido dos Trabalhadores Brasileiros (FORTES, 2001).

Foi possivelmente durante a II Guerra Mundial (1939-1945) que a região chegou ao ápice da sua capacidade industrial, ocupando o 3º lugar do país, logo após Rio de Janeiro e São Paulo. As três maiores indústrias de produção têxtil (Renner, Fiateci e Rio Guahyba) em 1950 estavam situadas na região, sendo a Renner e a Varig (Viação Aérea Rio Grandense) as duas maiores empregadoras da região na mesma época (TITTON, 2012).

A proximidade do IV Distrito com o Guaíba, como visto, foi muito importante no desenvolvimento da região, colaborando para o seu crescimento comercial e industrial. Até 1920 a localidade não possuía rede de água ou esgoto, a água potável era distribuída por “pipeiros”, para cozinhar os moradores recorriam às águas dos chafarizes que abasteciam o Distrito, para a lavagem de roupas a opção era o Guaíba (MATTAR, 2010). Mattar (2010) descreve a relação do território com o Guaíba e os principais fatores que culminaram na sua desconexão:

A história do 4º Distrito, assim como da Rua Voluntários da Pátria, esteve muito ligada ao Porto da cidade, já que o comércio e as indústrias instalados na área dependiam da movimentação dos navios. A sucessão de aterros, provenientes do processo de instalação portuária, acabou causando profundas alterações na fisionomia da área, pois formou-se uma extensa faixa que isolou definitivamente a Rua do Guaíba. (MATTAR, 2010, p. 62).

¹³ Esse tópico será aprofundado no item 3.3 “Transformações imobiliárias e lutas pelo espaço” nesse capítulo.

Entretanto, ao longo das décadas foram se dissipando as características locais, associadas à conexão do IV Distrito com o Guaíba: "No tocante às instalações do porto da cidade, ocorreram sucessivos aterros nas margens do Guaíba, que alteraram substancialmente a estrutura urbana da capital e sua fisionomia" (MATTAR, 2010, p. 62). A construção do cais do porto (1911-1962), considerada de suma importância na proteção contra as enchentes recorrentes na região, acabou criando uma faixa de aterro e dique que isolou o IV Distrito do Guaíba. Com as reformas vinculadas à construção do porto e sua conclusão tardia, algumas áreas urbanas nas suas proximidades foram perdendo seu significado. A finalização da obra também coincidiu com a decadência da navegação, ocasionada pela crescente utilização dos transportes rodoviários e com a desestruturação dos serviços portuários (MATTAR, 2010).

No entanto, as mudanças no entorno do porto que alteraram a morfologia urbana do IV Distrito não se limitaram à construção do porto. A maneira como o setor industrial se relacionava com a cidade mudou consideravelmente em decorrência da construção e destruição de vias e ferrovias. A implantação da Avenida Farrapos (1940), que foi traçada no centro do IV Distrito, se transformou em um eixo divisor da região. Além desta, outras obras efetuadas nas décadas que se seguiram também colaboraram ainda mais para a fragmentação do território. Uma das obras mais significativas se encontra no cruzamento entre ruas Voluntários da Pátria e Conceição. A intervenção advinda da implementação de um complexo viário gerou barreiras difíceis de serem transpostas que mudaram consideravelmente a paisagem local.

Figura 4 - Construção de aterro adjacente à Rua Voluntários da Pátria (1955)



Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo (1955).

A conclusão tardia do cais também influenciou nos desdobramentos da enchente de 1941, momento em que a cidade de Porto Alegre sofreu grande inundação (figura 5), que moldou parte do cenário que se apresenta nos dias atuais. Muitas indústrias que estavam estabelecidas no IV Distrito acabaram sendo deslocadas para outros eixos da cidade, lugares considerados mais seguros, com melhores incentivos fiscais e maior mão de obra e onde o custo do solo era mais atrativo, culminando nas atuais características do setor.

Na década de 1970 a cidade começou a sentir o reflexo da recessão nacional, que causou desconcentração industrial e o conseqüente processo de deslocamento das plantas industriais. Na tentativa de reorganizar o território, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul planejou implementar distritos industriais em outras regiões do Estado. Os distritos implementados foram os Distritos de Cachoeirinha e Gravataí, para onde muitas empresas da zona norte de Porto Alegre se deslocaram (FERNANDES, 2014).

Figura 5 - Enchente de 1941, Av. Farrapos (1941)



Fonte: Kraemer (1941). Acervo do Museu Joaquim José Felizardo.

As mudanças do cenário associadas ao desenvolvimento industrial se deram gradativamente dando lugar a uma realidade urbana com aspectos ligados à obsolescência. As construções não foram adequadas às novas necessidades da população local e das atividades do final do século XX, mas fortemente vinculadas ao setor dos serviços, em parte pela demora de uma reavaliação sobre as demandas do território no que tange às questões normativas que regem instrumentos urbanísticos que conformam o espaço urbano¹⁴. O que se verifica hoje neste setor da cidade são galpões inutilizados, áreas ociosas, edificações com valor histórico e tipologias industriais ocupadas no período da industrialização subutilizadas ou completamente abandonadas. Outro fator importante é a relação direta que a topografia possui junto ao desenvolvimento de Porto Alegre, em que as zonas mais baixas são associadas a atividades rejeitadas por estarem sujeitas aos alagamentos, tornando o IV Distrito cada vez menos atrativo (MATTAR, 2010).

É possível pontuar, no entanto, dado o histórico das práticas espaciais das loteadoras, que muitos dos terrenos vagos e galpões abandonados podem ser parte de uma estratégia do mercado imobiliário. A estratégia consiste em esperar o

¹⁴ Esse aspecto será abordado no item “Estudos, planos e projetos para o território”.

momento adequado para que as transações sejam feitas alcançando a “valorização” desejada. O tempo de espera é indeterminado e, assim como na Antecipação Espacial, está pautado na valorização de glebas a partir de mudanças na estrutura urbana ou investimentos por parte do poder público (SINGER, 2017). Confirmar que tal estratégia está sendo efetivamente utilizada, no entanto, se torna inviável dado o tempo de pesquisa, pois necessita de levantamento individual da situação de cada lote e motivações de seus proprietários. Entretanto, cabe à pesquisa trazer possibilidades a serem analisadas futuramente.

Singer (2017) observa que os problemas provenientes do abandono de áreas pela camada rica em áreas adjacentes ao centro são complexos e trazem diversos aspectos a serem considerados. Para o autor, a negligência dos proprietários colabora para a desvalorização do solo, que, mesmo com o preço reduzido, não atrai novos investidores. Ainda segundo Singer (2017) o Estado frequentemente intervém na tentativa de conter a mancha de deterioração, promovendo programas de renovação, e, não raro, desapropriação de moradores pobres remanescentes.

Atualmente, alguns antigos armazéns e outras edificações pré-existentes vêm sendo lentamente adaptados, predominando na região funções comerciais, de serviços, transportadoras e pequenas manufaturas. Ainda assim, estão presentes terrenos vazios, construções abandonadas, caracterizando o território como degradado econômico, ambiental e socialmente. As características locais e de acessibilidade do território configuram importante aspecto para sua reconversão econômica e para a inserção da cidade no mercado econômico global. Isso se dá pela proximidade com o já citado porto, mas também com o Aeroporto Internacional Salgado Filho e pela facilidade de acesso às vias de entrada e saída da cidade, bem como com importantes rodovias.

Desta forma, algumas estratégias vêm se destacando por identificarem o território como foco de reestruturação urbana, qualificação ambiental, promoção econômica e produção de um espaço a ser revitalizado. Essas estratégias serão apresentadas de forma mais abrangente nos itens a seguir, com o objetivo de revisar os efeitos dos principais estudos, planos e projetos que delinearão as transformações territoriais do IV Distrito e apresentar de forma geral as novas propostas e abordagens apresentadas por diferentes agentes sociais.

3.2 Estudos, planos e projetos para o território

Este item objetiva apresentar um panorama histórico dos planos e projetos elaborados para Porto Alegre, em especial no que tange à região do IV Distrito. Entende-se a necessidade de compreender, a partir de uma perspectiva histórica, como e com quais intenções foram construídas as normativas municipais que impactam diretamente nas transformações urbanas, bem como nas práticas espaciais de agentes sociais concretos como a sociedade civil, representantes do mercado imobiliário e agências de fomento. Para tanto, este item está dividido em duas partes: Estudos, planos e projetos antecedentes (1914-2010), referindo-se aos planos elaborados em período anterior ao recorte temporal estabelecido para esta pesquisa (2010-2021); e Estudos, planos e projetos recentes (2011-2021). A recapitulação dos planos anteriores através de um breve histórico é necessária para contextualizar as propostas analisadas dentro do recorte temporal, além de evidenciar possíveis mudanças na metodologia, na estratégia de desenvolvimento do território e no envolvimento de agentes distintos.

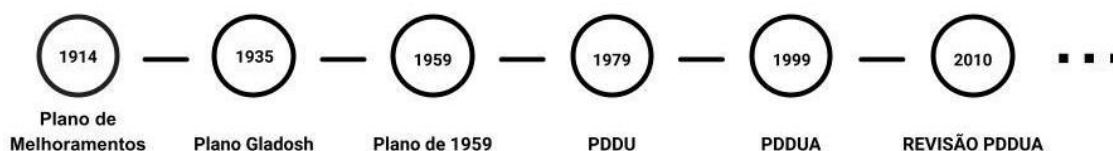
3.2.1 Estudos, planos e projetos antecedentes (1914- 2010)

A atual situação do uso e da ocupação do IV Distrito reflete os sucessivos acontecimentos que marcam a história desse território. Além dos conflitos provenientes das barreiras físicas e da reorganização produtiva do espaço, as tendências de zoneamento, estudos, planos e projetos desenvolvidos para a cidade — e que abrangem a área de estudo — também impactaram sobre a forma de ocupar o espaço e contribuíram para os conflitos resultantes dessas ocupações. Ademais, o planejamento territorial elaborado através de estudos, planos e projetos configura-se como o principal meio pelo qual as ações se materializam no espaço urbano. Lefebvre (2001, p. 113) coloca que “cada projeto de reforma urbana põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor [...]”. Com isso podemos entender que as transformações normativas são pontos importantes não só do desenvolvimento espacial, mas também das relações que os agentes desenvolvem entre si, seja de

forma colaborativa ou conflitante. Estudos e propostas desenvolvidas ao longo dos anos, que muitas vezes não são efetivadas, são indicativos das intenções dos agentes sociais envolvidos.

Desta forma, a identificação das principais intenções vinculadas a agentes sociais distintos e as reverberações dessas intenções no território são importantes para o processo de compreensão dos desdobramentos de estratégias anteriores no território. Bem como quais agentes sociais participaram, tiveram suas demandas contempladas ou suas práticas espaciais facilitadas pelas normativas. Sendo assim, serão apresentadas de forma breve as principais características e abordagens de cada plano, entre 1914-2010, e suas contribuições ao território.

Figura 6 - Linha do tempo estudos, planos e projetos para Porto Alegre - (1914 -2010)



Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

Quando analisamos o processo de evolução no planejamento territorial na cidade de Porto Alegre/RS, podemos identificar características distintas a cada período. Para cada período as forças mobilizadas pelos agentes sociais estão apoiadas em um conjunto de características que refletem um contexto histórico e influências nacionais e internacionais de planejamento do espaço urbano. Campos (2012) verifica que as intervenções realizadas em Porto Alegre seguiram alguns padrões de planejamento que dialogavam com correntes de planejamento urbanístico predominantes em alguns períodos. No início do século XX os planos de embelezamento e saneamento que tinham como objeto a intervenção de áreas centrais urbanas, possuem diretrizes de redefinição de elementos simbólicos, circulação, definição de loteamentos que repercutiram na morfologia e no valor do solo urbano (CAMPOS, 2012).

Em 1858, o então Diretor Geral de Obras e Viação da municipalidade, Friedrich Heydtmann, fez diversas intervenções na cidade, além de prever a primeira perimetral.

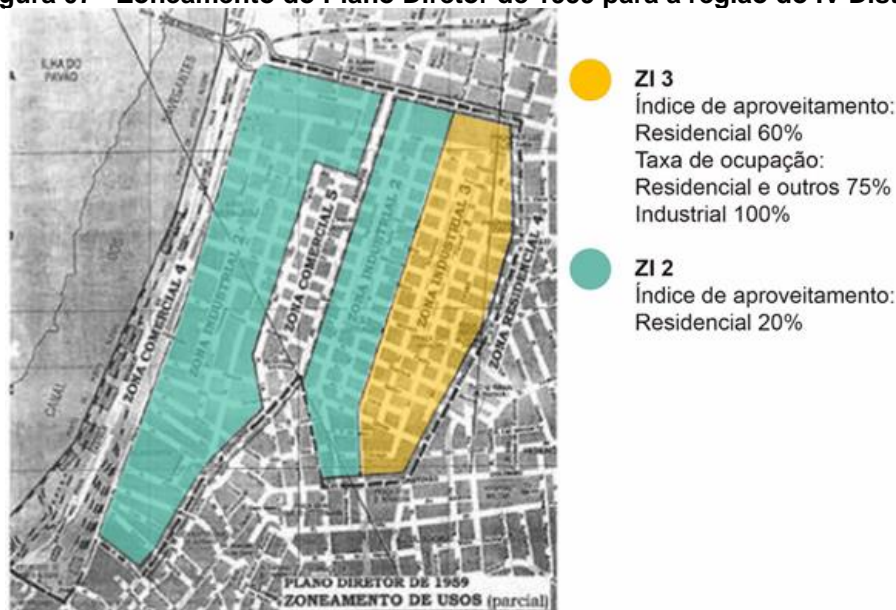
Essas ações são consideradas “o primeiro projeto de urbanização”, que antecipavam o Plano Geral de Melhoramentos de João Moreira Maciel, 1914 (CAMPOS, 2012; LERSCH, 2014). O Plano Geral de Melhoramentos, por sua vez, orientou a modernização da cidade e teve as inspirações concebidas a partir das diretrizes defendidas nas escolas de arquitetura de Paris. O plano estabelece prioritariamente a criação de vias de acesso amplas, algumas das vias estruturais propostas pelo plano são a Salgado Filho, a Alberto Bins, a Vasco da Gama e a Farrapos (SOUZA, 2010). Na sequência, entre 1939 e 1943, o engenheiro e arquiteto Arnaldo Gladosch foi contratado pelo então prefeito Loureiro da Silva, o que resultou em uma proposta essencialmente viária onde foram lançadas a estrutura de vias perimetrais e a possibilidade de criação do Túnel da Conceição. Segundo Campos (2012) três estudos chegaram a ser apresentados, mas não foram efetivados.

No início dos anos 1950, foi elaborado por Edvaldo Paiva e Demétrio Ribeiro um Anteprojeto para Porto Alegre que propunha um zoneamento funcional, indicações de eixos perimetrais e de áreas verdes. A proposta estava fundamentada nos princípios da Carta de Atenas (1933), onde a implantação do zoneamento estava ancorada na separação de usos por zonas distintas. Esse foi o primeiro plano efetivado em forma de lei, em 30 de dezembro de 1959 o Plano Diretor, que vinha sendo elaborado por Edvaldo Paiva e Demétrio Ribeiro desde 1954, foi aprovado em forma de lei (Lei nº 2046) e alterado pela Lei 2330 de 1961, quando entrou em vigor. O plano reforçava o esquema de zoneamento proposto no anteprojeto do início de 1950.

Desde então o zoneamento e os recursos urbanísticos para conter a verticalização foram utilizados como controle de ocupação do espaço. A divisão da cidade em zonas comerciais, indústrias e residências, sob influência da Carta de Atenas (1933), teve consequências que refletem não somente nas áreas de uso industrial exclusivo, como era o caso de grande parte do IV Distrito, mas acabaram por desencadear o desinteresse na aplicação de equipamentos de lazer, recreação e serviços ligados ao uso residencial em áreas próximas às zonas industriais, afetando de forma veemente as zonas comerciais próximas (CAMPOS, 2012; SOUZA, 2010; TITTON, 2012).

Ainda no que se refere ao zoneamento que influencia a área do IV Distrito, o que podemos perceber observando a Figura 07, e as condições atuais desses setores da cidade, é que a Zona Industrial 3 se desenvolveu de forma mais heterogênea, se comparada à Zona Industrial 2. Enquanto a Zona Industrial 2 mantém o índice de aproveitamento residencial em apenas 20%, a Zona Industrial 3 apresenta índice de aproveitamento residencial de 60% e taxa de ocupação residencial e outros de 75%, e industrial de 100%. Corroborando as colocações do parágrafo anterior, podemos identificar a Zona Comercial 5 “pressionada” entre dois setores vinculados prioritariamente ao uso industrial, assim o comércio local está atrelado à dinâmica industrial que foi esvaziada com a descentralização industrial.

Figura 07 - Zoneamento do Plano Diretor de 1959 para a região do IV Distrito



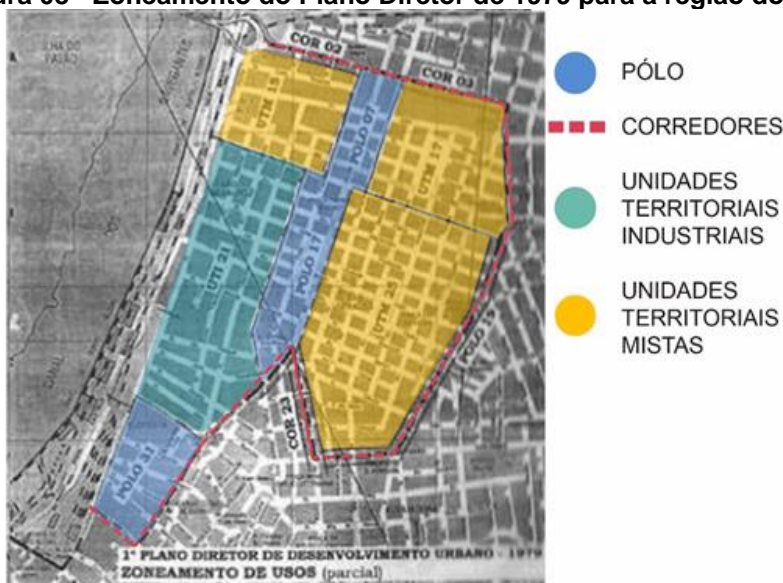
Fonte: Adaptado de Nygaard (2010).

O primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1979 seguiu o mesmo viés do plano anterior, fortalecendo a pretensão industrial para o IV Distrito. Para Silva (2012), o novo Plano Diretor dava ao planejamento urbano uma abordagem científica: “O I PDDU reuniu um conjunto de normas referentes ao zoneamento, à rede viária principal, às áreas de lazer, às escolas, aos polos de comércio e serviço e também instituiu normas referentes ao patrimônio cultural urbano”. No entanto, para Titton (2012), a pulverização da cidade em espaços exclusivos para a instalação preferencial de comércio e serviços (pólos e corredores) e em unidades territoriais de

uso específicos, acabou por reduzir as possibilidades e desestimulou até mesmo o uso industrial.

No PDDU (1979), na Unidade Territorial Industrial 21 (UTI 21), que é onde se localiza o IV Distrito, foi proibida a disposição de novas residências, enquanto nas Unidades Territoriais Mistas (UTM's) o uso residencial era limitado a 250m² (Figura 08). Isso demonstra a limitação das possibilidades de miscigenação do uso do solo, essas limitações se mantiveram por tempo suficiente para tornar o território obsoleto, gerando um processo de degradação. A revisão do PDDU viria a acontecer 20 anos depois e trazendo consigo uma perspectiva de gestão mais democrática.

Figura 08 - Zoneamento do Plano Diretor de 1979 para a região do IV Distrito



Fonte: Adaptado de Nygaard (2010).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), que data de 1999, apresenta uma composição diferente dos planos e propostas apresentados até então. Para Cruz (2012), houve uma mudança na compreensão do papel da entidade civil no processo de elaboração do Plano Diretor. Os processos que até então tinham como principal agente o Estado, incluíram outros agentes sociais na discussão. Grupos de trabalho (GT's) foram criados e ocorreram debates entre funcionários públicos, representantes do Orçamento Participativo (OP) e associação de moradores. No debate geral estavam envolvidos ainda a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB), a Fundação Estadual de Planejamento

Metropolitano e Regional (METROPLAN), o Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - UFRGS, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul 35 (FIERGS) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON). Destaca-se também a incorporação de instrumentos para aplicação de políticas de interesse habitacional e social, em acordo com a Constituição de 1988.

A revisão do PDDUA ocorreu entre 2003 e 2009, em análise de (CRUZ, 2012, p. 136) “o Executivo excluiu do debate com os representantes da sociedade civil (Fórum de Entidades) os grandes projetos do governo e a discussão sobre a mobilidade urbana, temas relacionados com a Copa de 2014”. O autor (CRUZ, 2012, p. 138), conclui sua análise destacando a tentativa de fortalecimento do governo na tomada de decisões acerca dos aspectos estruturantes da política urbana: “Esta é uma modalidade de organização do processo de planejamento urbano que fortalece o governo e incorpora a participação social como componente acessório, submetendo-a às rotinas e práticas da estrutura burocrática do Estado.”.

Entretanto, houve inclusão de instrumentos do Estatuto da Cidade (2001) o que configura a primeira revisão contemplando as disposições legais do EC, que por sua vez reforça aspectos importantes da Constituição 1988 em relação à função social da terra. Outro aspecto importante, sobretudo para o recorte espacial analisado, foi a criação de um Grupo de Trabalho solicitado pela comunidade local na ocasião da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA, 2010). Grupo de Trabalho do 4º Distrito (PMPA, 2009) criado na Secretaria de Planejamento Municipal (SPM) tinha como horizonte a Copa do Mundo de 2014. O objetivo do grupo era formular diretrizes e projetos que colaborassem para a qualificação do espaço urbano, buscando o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida na região. Sua área de atuação abarcava a Estação Rodoviária, a Rua Voluntários da Pátria, considerada um eixo estruturador com grande potencial de renovação, seguindo até o Bairro Humaitá, onde se localiza a Arena do Grêmio.

Para tal estudo, a região foi dividida em três áreas, e cada uma delas detém os próprios objetivos (Figura 09). A área 01 (perímetro preferencial), foi designada à reconversão econômica e revitalização urbana; a área 02 (perímetro de transição), para a qual foram propostos projetos de qualificação de espaços públicos, resgate da conexão com a Orla e a área da Igreja Navegantes, conectando as áreas 01 e 03; a

área 03 (perímetro PIEC e Arena do Grêmio), onde o objetivo era desenvolver o acesso à cidade e habitação, alargando o crescimento socioeconômico da região e a integração com a região metropolitana.

A área 01 (A01), denominada perímetro preferencial, possui seus limites definidos por barreiras físicas como a Avenida Farrapos, Avenida Castelo Branco, linha do TRENURB e Avenida Sertório. No que tange às questões estruturadoras da A01, o GT 4º Distrito indica a oportunidade de resolver conflitos de saneamento e mobilidade urbana de forma integrada. Outra questão importante é a intenção de reciclar o uso e ocupação ou substituir as edificações desocupadas. Segundo o GT 4º Distrito (PMPA, 2009a) reverter a imagem do setor é outra questão que deve ser desenvolvida, além de buscar soluções para questões de interesse da comunidade, como habitação de interesse social, tráfico de drogas, atuação de profissionais do sexo e demais questões locais.

Figura 09 - Zoneamento do Plano Diretor de 1979 para a região do IV Distrito



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA, 2009a).

Interface entre as áreas 01 e 03, a área 02 tem como eixo central a Avenida Sertório, que representa um dos principais acessos à cidade, a área ainda apresenta uma barreira física representada pela linha do TRENURB e uma Área de Interesse Cultural (AIC) que converge com a Igreja dos Navegantes. Na área 03 encontramos

algumas barreiras físicas representadas pela linha da TRENSURB, Avenida Farrapos, Avenida dos Estados e Free-way RS-290. Os estudos do GT 4º Distrito (PMPA, 2009a) consideram que o espaço é adequado para atividades alavancadoras de desenvolvimento socioeconômico e apresenta potencial para empreendimentos e intervenções do setor público e privado.

Das estratégias elaboradas pelo GT 4º Distrito (PMPA, 2009) cabe o destaque aos incentivos a empreendimentos residenciais e comerciais de grande porte em troca de contrapartida:

Nesse sentido, a estratégia vem contando com bastante aceitação da iniciativa privada, que se vê beneficiada pela queda de juros e pelos financiamentos mais acessíveis, bem como pela menor concorrência para a compra de grandes glebas e pela abertura de capital das empresas construtoras e incorporadoras. (TITTON, 2012, p. 239).

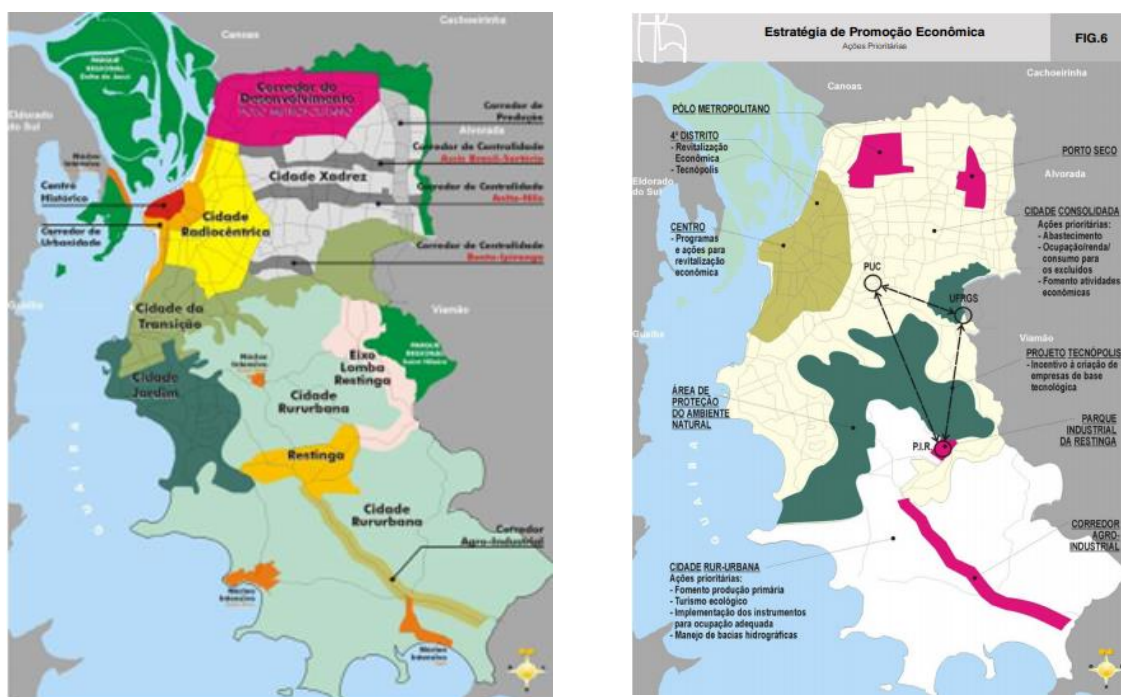
O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA, 2010), apresentou significativas mudanças em relação aos planos anteriores. Uma das alterações mais expressivas é a divisão da cidade em macrozonas, sendo as que abrangem o IV Distrito denominadas: Macrozona 1 (Cidade Radiocêntrica), que recebe estímulo para a miscigenação do solo e proteção do patrimônio cultural; e Macrozona 2 (Corredor de Desenvolvimento), apresentadas na Figura 10, consideradas estratégicas para a polarização do município, com integração entre importantes equipamentos da região, como Aeroporto e as Centrais de Abastecimento (CEASA) (PDDUA, 2010).

No território de estudo também estão previstas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) e de Habitação de Interesse Social (HIS), teoricamente estas estratégias pretendiam promover a redução da segregação socioespacial. A identificação de equipamentos que atendem à população, como a proximidade ao aeroporto, terminais de transporte público e universidade (Centro Universitário Metodista IPA), encaixam a região na classificação de Áreas Especiais II (AEII), bem como Área Especial de Interesse Cultural (AEIC). Outro fator importante é a concentração de bens tombados e inventariados na região, especialmente no que abrange os limites do Bairro Floresta, tal recorrência enquadra o IV Distrito em Área de Interesse Cultural (AIC).

Quanto às estratégias de qualificação ambiental e valorização do patrimônio, essas, segundo o Art. 13. do PDDUA (2010), objetivam a qualificação e valorização

do Patrimônio Ambiental através da superação de conflitos referentes à degradação ambiental. O PDDUA identifica no IV Distrito áreas de Patrimônio Cultural correspondente ao entorno da Igreja Nossa Senhora de Navegantes e uma ocorrência mais ao sul do bairro Floresta, indicando a área como Bairro de Interesse Cultural. A Orla foi classificada em duas partes, para faixa mais ao sul foi indicada a recuperação paisagística e para a faixa ao norte foi determinada a recuperação de corpos d'água. O capítulo V do PDDUA apresenta os objetivos referentes à "Promoção Econômica - Programas e projetos especiais", cuja proposta volta-se à dinamização da economia na cidade através da articulação entre setores produtivos e comunidade. As estratégias destinadas ao IV Distrito são a revitalização econômica e potencial para implantação de Tecnpólis, conforme aponta a Figura 11.

Figura 10 - Mapa de Macrozonas proposto pelo PDDUA (2010)
Figura 11 - Estratégias de Promoção Econômica: Ações Prioritárias

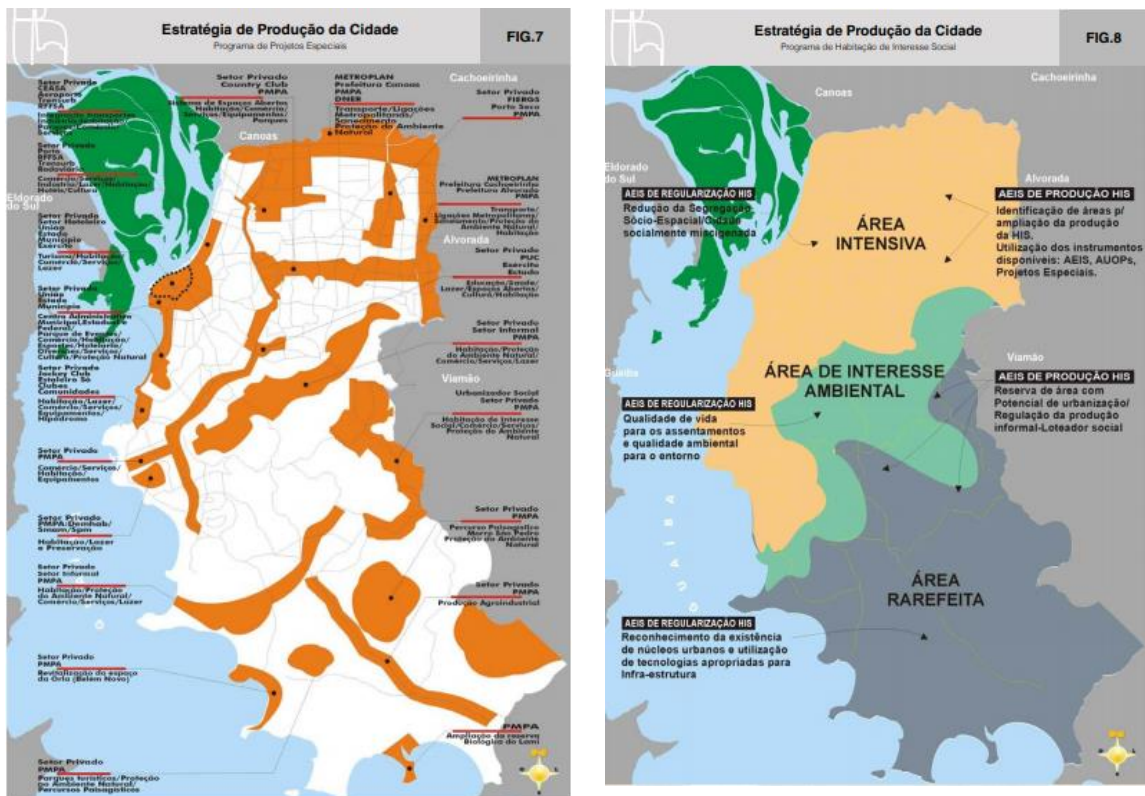


Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PORTO ALEGRE, 2010).

O capítulo VI do PDDUA destinado à “Produção da Cidade - Programas de projetos especiais”, apresenta no Art. 21 seus objetivos: promoção do desenvolvimento municipal através de um conjunto de ações políticas e instrumentos de gerenciamento do solo urbano envolvendo a diversidade dos agentes produtores

da cidade e incorporando as oportunidades empresariais aos interesses do desenvolvimento urbano como um todo. Nesse sentido foi apontada no bairro Floresta uma área com potencial para comércio, serviços, indústria, habitação, hotéis e cultura (Figura 12). Além do IV Distrito fazer parte de uma mancha que determina a “Área Intensiva - AEIS de regularização (HIS)” que determina como estratégia a redução da segregação socioespacial em uma cidade socialmente miscigenada (Figura 13).

Figura 12 - Estratégia de Produção da Cidade: Programa de Projetos Especiais
Figura 13 - Estratégia de Produção da Cidade: Programa de habitação de Interesse Social



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PORTO ALEGRE, 2010).

Quanto ao regime volumétrico, predominam sobre o território alturas entre 27 e 52m, o que demonstra a intenção de verticalização da área. A altura limite é um tema em debate corrente, à época veículos de comunicação locais circulavam que o aumento da altura era uma estratégia para densificar o IV Distrito. O que evidencia a associação da altura das edificações com o aumento da população e sua requalificação. Para a revisão do PDDUA, com previsão para ser retomada este ano

(2021) e concluída em 2022, o debate continua em pauta¹⁵. A altura, que hoje se limita a 52m — e que pode ser flexibilizada em projetos especiais —, é alvo de críticas por parte de quem acredita que densificar a cidade passa por verticalizá-la. Entretanto, outros aspectos além da altura devem ser levados em consideração caso a densificação seja uma estratégia considerada para a área. Moradores do IV Distrito relatam constantes problemas de alagamento, que acreditam serem potencializados pela sobrecarga no sistema de drenagem e escoamento de águas pluviais.

Como visto até aqui, o processo de desenvolvimento do planejamento urbano passou por diversas mudanças ao longo do tempo. Os Planos de Melhoramentos e o Plano Gladosh trouxeram importantes modificações para a área na questão viária, a estruturação da Av. Farrapos é um importante marco para a transformação da morfologia do território. O plano de 1959 e o PDDU de 1979 marcaram a caracterização industrial da área, o que obstruiu em certa medida o desenvolvimento do setor em outros aspectos, sobretudo a partir da descentralização industrial e da criação de novos distritos. Já o PDDUA (1999) marca a entrada de outros agentes nos debates da revisão do PDDUA, além disso, elementos importantes foram inseridos a partir da Constituição Federal. A revisão do PDDUA de 2010, por sua vez, traz novos rumos ao plano de desenvolvimento do IV Distrito; a divisão em macrozonas e as estratégias que objetivam a articulação entre agentes sociais distintos caracterizam as ações previstas para o território, bem como a ressignificação da área.

É possível perceber uma mudança de intenções significativa entre os planos e projetos vistos até aqui. Enquanto o período entre 1914 e 1979 foi marcado pela facilitação de práticas industriais, pelo favorecimento da ocupação do solo por industriais e serviços que atendessem à rotina e à dinâmica de operários e trabalhadores locais, como pequenos comércios e habitações, os planos seguintes, especialmente o PDDUA (2010), reforçam a necessidade de requalificação da área, e, sobretudo, de ressignificação do território e seu desvinculamento da imagem de obsolescência atrelada aos galpões e edificações abandonados, com a entrada de

¹⁵ Prédios mais altos não significam adensamento. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/colunas/pensar_a_cidade/2021/01/774019-revisao-do-plano-diretor-pode-aumentar-altura-maxima-dos-predios-de-porto-alegre.html>. Acesso em: 26 de abr. de 2021.

agentes vinculados ao mercado imobiliário e cultural. Assim, o próximo item apresentará os principais estudos elaborados para a área desde a revisão do PDDUA (2010), com o objetivo de evidenciar o processo de reterritorialização e incentivo à apropriação e dominação do espaço por agentes sociais específicos. Apesar da revisão do PDDUA não estar concluída, suas discussões estão em pleno andamento, sendo possível vislumbrar a intenção dos agentes envolvidos e suas articulações com base nos estudos desenvolvidos ao longo dos últimos 20 anos.

3.2.2 Estudos, planos e projetos recentes (2011-2021)

Este item pretende se ater aos estudos, planos e projetos desenvolvidos entre 2011 e meados de 2021, esse recorte temporal se refere ao espaço entre o PDDUA (2010) e a previsão inicial para a sua revisão em 2021¹⁶. A análise da movimentação, sobretudo do poder público, em relação aos instrumentos e estratégias considerados durante o período determinado, permite identificar as influências e intenções de diversos setores no processo de reestruturação do IV Distrito e sua des-reterritorialização, alguns departamentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre já vinham articulando estratégias que vislumbravam a revitalização do IV Distrito. Com isso, em julho de 2013 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento (SMURB) e a Supervisão de Desenvolvimento Urbano (SDU) apresentaram a etapa de detalhamento da revitalização do IV Distrito, realizada através do Programa Porto do Futuro.

O Programa Porto do Futuro¹⁷ é um programa estratégico do Governo Municipal que visa realizar ações que contribuem para o planejamento e preparação da cidade. A ação desenvolvida pretendia detalhar as intenções pontuadas no PDDUA e concentrou maiores esforços no detalhamento das ações para a Região de Planejamento 2 (conforme divisão apresentada na figura 12), e objetivava formular diretrizes que articulassem o poder público e privado para responder às demandas da sociedade em relação à região detalhada.

¹⁶ A finalização da revisão estava prevista para dezembro de 2021, contudo, devido às interrupções de atividades, em decorrência da Pandemia de Coronavírus, o prazo final foi prorrogado para 2023.

¹⁷ PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Porto do Futuro**. [s.d]. Disponível em <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=357>. Acesso em 26 de abr. de 2021.

Para tanto, participaram alguns agentes sociais vinculados, sobretudo à Região de Planejamento 2 (RP2), segundo apresentação elaborada pela SMURB e SDU¹⁸. E pontua a caracterização do IV Distrito a partir das estratégias do PDDUA, classificando a área enquanto um território adequado para ações conjuntas entre poder público e privado visando a reconversão econômica, a melhoria da qualidade de vida e qualificação da cidadania. Abaixo o Quadro 4 apresenta como as áreas do IV Distrito foram divididas conforme identificação de suas potencialidades e necessidades, a partir das quais foram traçados objetivos gerais (PMPA,2013a).

Quadro 4 - Divisão e definição das áreas do IV Distrito com seus respectivos objetivos

Divisão e Conceituação	Objetivos Gerais
Área 1- Perímetro Preferencial: área consolidada, com presença de patrimônio cultural e de imóveis desocupados e subutilizados.	Revitalização Urbana e Reconversão econômica.
Área 2- Perímetro de Transição: Área de Interesse Cultural - AIC, Igreja dos Navegantes e entorno imediato.	Qualificação do espaço público; Conexão entre a Orla e a Área da Igreja Navegantes; Alternativas de conexão entre as áreas 1,2 e 3.
Área 3 - Perímetro do PIEC e entorno: Bairros Humaitá e Farrapos. Predominantemente reassentamento e novos empreendimentos habitacionais e a Arena do Grêmio.	Acesso à cidade e à habitação; Desenvolvimento socioeconômico da região; Integração metropolitana; Novos empreendimentos.

Fonte: Programa Porto do Futuro: 4º Distrito (PMPA, 2013a).

Quanto às intenções específicas para a área 2, os projetos foram divididos em dois grupos: projetos pontuais e projetos estratégicos. Os projetos pontuais se referem aos projetos de qualificação ambiental no nível local, enquanto os projetos estratégicos se propõem a alavancar mudanças na imagem do setor. A ressignificação de determinados espaços no IV Distrito é vista como estratégica, pois é determinante para conquistar o interesse do setor privado em investir no território. Os projetos de qualificação passam pela qualificação de elementos estruturados para a área 2, bem

¹⁸ O documento da apresentação identifica os seguintes agentes: IPA Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Unidade DC Navegantes; Associação Amigos do 4º Distrito; Jornal GERAMIGOS; PUCRS; Associação dos Lojistas do Polo São Pedro; Associação dos Lojistas do Polo São Pedro; Associação dos Empresários Humaitá-Navegantes; Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública SSP; Sindicato Empresas de Vestuário; CONCEPA; Caixa Econômica Federal, entre outros não especificados na ação de detalhamento.

como a passarela de acesso ao DC Navegantes, paisagismo no entorno da ponte do Guaíba com a TRENURB, essa, por sua vez, identificada como uma barreira física, além de ajustes no sistema viário em vias estratégicas (PMPA, 2013a).

O plano de revitalização urbana para área 2 e a Igreja Navegantes e seu entorno imediato foi realizado pela empresa Plural Consultoria em planejamento territorial. O projeto realizado pela consultoria contratada indicava algumas diretrizes: a) valorizar conexões visuais e físicas da área do entorno da Igreja com a Orla; e b) Definir atividades âncoras a partir da utilização de bens de estruturação e compatibilização (proposta de desapropriação das Indústrias Guayba). Além das diretrizes, a proposta apresentava projetos específicos como o prolongamento da Rua Dona Margarida, a construção de uma nova passarela e indicava vegetação e mobiliário para o largo da igreja (PMPA, 2013a). Segundo informações obtidas com um dos integrantes da empresa Plural na época, o projeto não saiu do papel, mudanças na estrutura interna das equipes da Prefeitura colaboram para a descontinuação dos trabalhos.

Na esteira dos projetos de revitalização, que se mantiveram aquecidos após a Copa de 2014, foi possível encontrar algumas iniciativas disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre no website 4D: Distrito de Inovação de Porto Alegre¹⁹, que chamam a atenção pelas intenções destacadas nas imagens de carrossel²⁰ do website. Além da pretensão de transformar o IV Distrito no “lugar mais inovador da América Latina” e apresentar “o futuro da região em detalhes” através do Masterplan, em destaque, estão algumas notícias publicadas em setembro e dezembro de 2016; essas destacam o cadastro para isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), por um período de 5 anos para empresas de base tecnológica, inovadoras e de economia criativa, instaladas nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos. A medida faz parte das iniciativas de revitalização do IV Distrito, conduzidas pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e pelo Gabinete de Inovação e Tecnologia (Inovapoa), e destaca a necessidade de buscar investimentos para transformar o IV Distrito em um Distrito

¹⁹4D: Distrito de Inovação de Porto Alegre. *4distrito*. Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/>>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

²⁰ Imagens de carrossel são as imagens selecionadas para ficarem em destaque, que podem mudar por meio de setas ou automaticamente.

Criativo, comparado a espaços existentes na Espanha (22@Barcelona), Nova Iorque e Canadá; diz ainda que o modelo para o IV Distrito foi encomendado pela Secretaria Municipal da Fazenda à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e destaca a simpatia do poder público pelo “estilo 22@barcelona”.

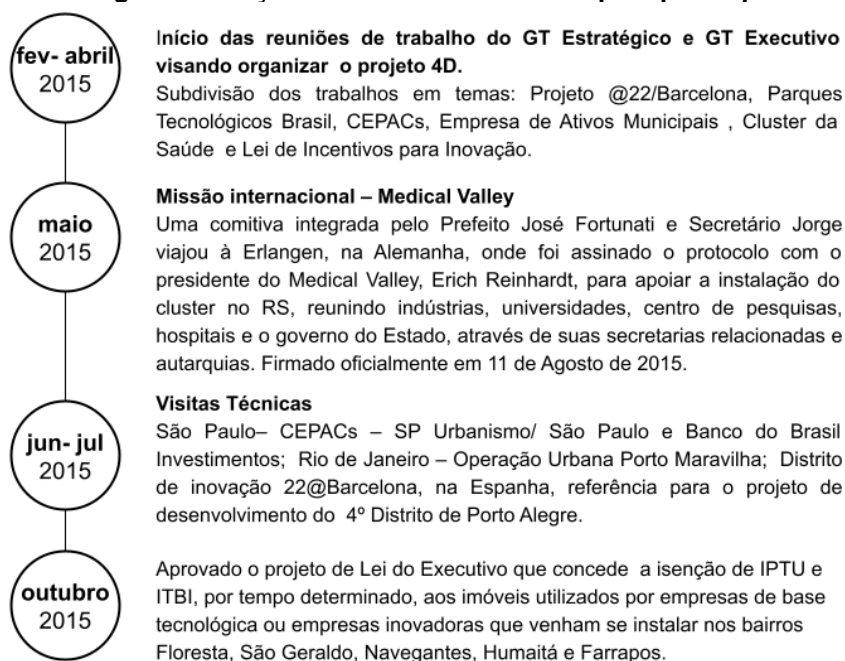
O Núcleo de Tecnologia Urbana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenado pelo professor Benamy Turkienicz, produziu o projeto que foi entregue ao prefeito José Fortunati²¹ em 21 de dezembro de 2016, no Salão Nobre do Paço Municipal e atualmente possui uma versão de apresentação disponível no website desenvolvido pela prefeitura (4Distrito). No mesmo website também está o Relatório Estratégico 4D (2015-2016) coordenado pelo secretário municipal da fazenda Jorge Luís Tonetto²².

O relatório apresenta as ações e iniciativas tomadas pelo poder público entre fevereiro de 2015 e junho de 2016, a fim de objetivar a visualização das movimentações apresentadas no relatório, foram elaborados dois diagramas (Figuras 14 e 15). No ano de 2015 as movimentações objetivaram a aproximação de possíveis investidores e parceiros, além das definições de como seria o modelo a ser seguido, com visitas técnicas ao Porto Maravilha (RJ) e 22@barcelona. O diagnóstico acerca dos meses de trabalho do grupo executivo, apresentado em audiência pública, apontou as seguintes necessidades na região do IV Distrito: iluminação pública, segurança e mobilidade urbana (Figura 14).

²¹ José Fortunati (PDT) foi prefeito de Porto Alegre entre 2010 e 2017.

²² Jorge Luís Tonetto foi secretário municipal da Fazenda na Secretaria Municipal da Fazenda entre 2014 e 2016.

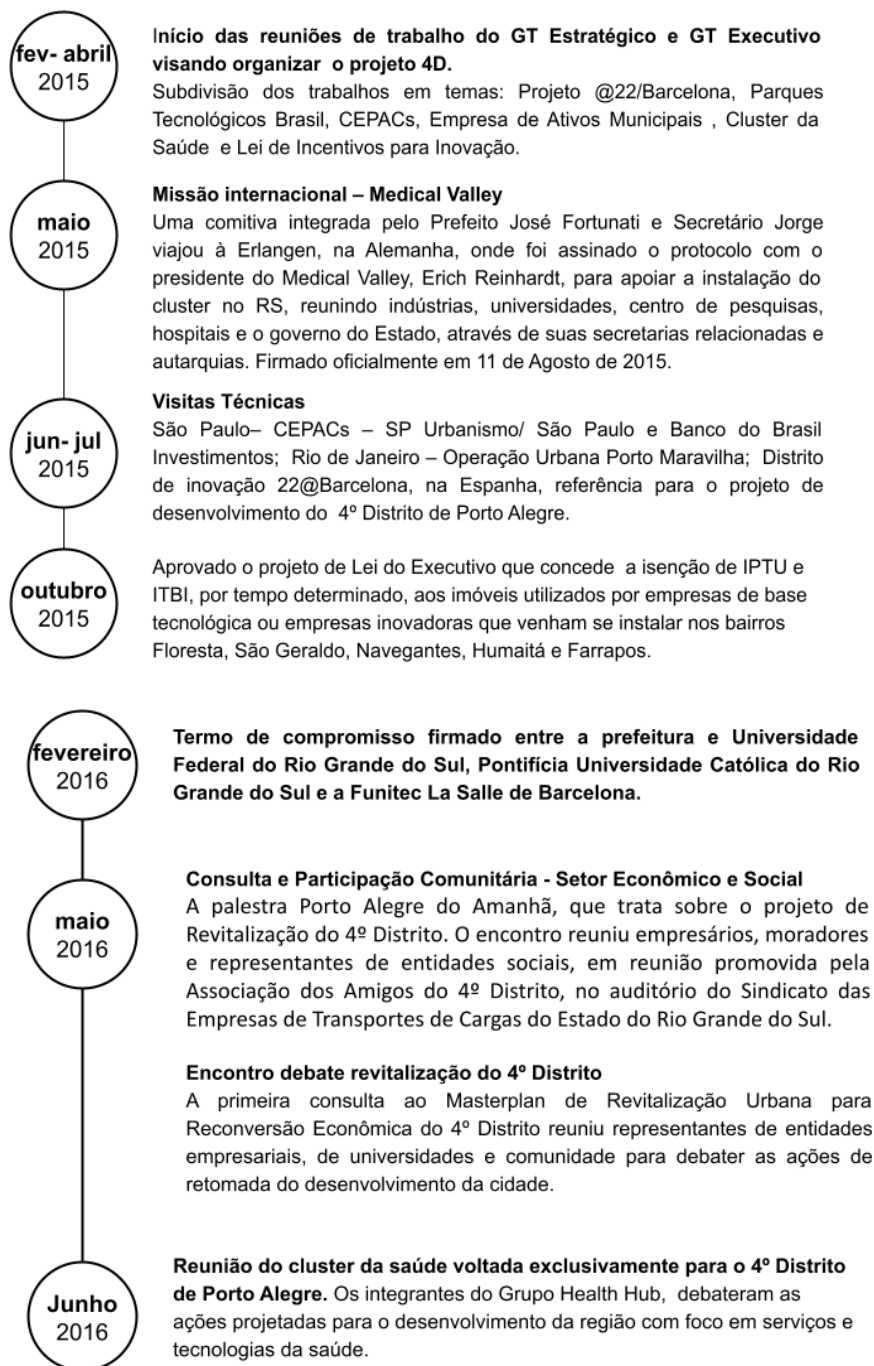
Figura 14 - Diagrama de ações e iniciativas tomadas pelo poder público em 2015



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) a partir do Relatório GT Estratégico 4D (PMPA, 2016a).

Já em 2016, foi firmado um termo de compromisso entre a Prefeitura, duas universidades gaúchas e uma espanhola: UFRGS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e Funitec La Salle de Barcelona. As universidades deveriam atuar na revitalização do IV Distrito, contribuindo com geração de conhecimento, consultoria para empreendedores e a implantação de polos tecnológicos das instituições na região. Além da palestra “Porto Alegre do Amanhã”, que contou com parte da sociedade civil, e do debate sobre a revitalização do IV Distrito que reverberou nas diretrizes do Masterplan, é destaque a reunião que tratou do desenvolvimento de um cluster de saúde no IV Distrito (Figura 15).

Figura 15 - Diagrama de ações e iniciativas tomadas pelo poder público em 2015



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) a partir do Relatório GT Estratégico 4D (PMPA, 2016a).

O Health Hub é considerado uma possibilidade de desenvolvimento para o setor econômico e social. A parceria firmada em dezembro de 2015 prevê a criação de quatro unidades de saúde de complexidades baixa e média e é fruto da parceria

entre o Hospital Moinhos de Vento, a incorporadora Melnick Even e o grupo Zaffari²³. O grupo formado por representantes da Federação de Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul (Fehosul), do Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre (Sindhospa), dos Hospitais Santa Casa, Conceição, Mãe de Deus, Moinhos de Vento, da Unimed, da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) e da Faculdade de Tecnologia em Saúde (Fasaúde), acredita que a construção de um “Hub da Saúde” na cidade poderá atrair toda cadeia produtiva da saúde, gerando empregos e desenvolvimento econômico²⁴.

A apresentação da prévia do projeto de revitalização do IV Distrito aos representantes do Health Hub foi veiculada em um portal virtual de notícias da saúde local²⁵. Na ocasião, a arquiteta Ada Raquel Schwartz, da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMUrb) apresentou o Masterplan de Revitalização e foi questionada sobre a “força” do projeto, visto que necessita de uma adesão que ultrapassa o tempo de gestão política, nacional, estadual e municipal. Outro ponto observado pela representante do sistema Fehosul foi o isolamento da área entre a Av. Farrapos e o Guaíba, além da dimensão das quadras e insegurança. Ademais, foi destacada a necessidade da presença das instituições e da projeção de tamanho e disponibilidade das empresas participantes do Health Hub, para que o poder público possa demarcar a área. A coordenadora do Grupo de Trabalho do Executivo do 4º Distrito salienta que a criação do cluster de saúde será fundamental para renovar a área:

“O papel do Poder Público é tornar a região mais atrativa. Para isso, teremos de realizar uma série de investimentos em infraestrutura ao mesmo tempo em que costuramos parcerias com empresas e demais entes. Queremos muito contar com a adesão do cluster da saúde, que deve ser o grande motor de desenvolvimento desse processo”²⁶.

²³ PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). *Hub da saúde projeta Porto Alegre como referência no país*. Porto Alegre, 16 de dezembro de 2015d. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_noticia=183353&HUB+DA+SAUDE+PROJETA+PORTO+ALEGRE+COMO+REFERENCIA+NO+PAIS>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

²⁴ Health Hub Porto Alegre. *Prefeitura Municipal de Porto Alegre*. Porto Alegre, fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iuY5O7t_vro>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

²⁵ Health Hub: plano de revitalização do 4º Distrito é apresentado. *Setor Saúde*. Porto Alegre, 7 de julho de 2016. Disponível em: <<https://setorsaude.com.br/health-hub-plano-de-revitalizacao-do-4o-distrito-e-apresentado/>>. Acesso em: 04 de maio de 2021

²⁶ *Idem*

Apesar dos esforços para atrair o complexo da Health Hub para o IV Distrito, foi divulgada em um jornal local²⁷ a intenção de descentralizar as unidades médicas. A partir da já mencionada parceria entre o Hospital Moinhos de Vento, Grupo Zaffari e a incorporadora Melnick, novas unidades médicas devem ser implementadas em regiões de elevada densidade populacional e em vias de grande fluxo. Os terrenos estão localizados na Avenida Grécia, zona norte, e Avenidas Aparício Borges, Padre Cacique e Cavalhada, zona sul.

No que tange o Masterplan, o plano de reconversão urbana e econômica vem sendo apresentado como o detalhamento das intenções do poder público para a região do IV Distrito e está disponível para visualização no website 4D, Distrito de inovação de Porto Alegre. No espaço destinado aos patrocinadores e apoiadores, além da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ainda constam o Health Hub, POA Digital, Nós Coworking e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul²⁸.

Entretanto, Benamy Turkienicz foi painelistas na segunda reunião da Frente Parlamentar do 4º Distrito²⁹, realizada no dia 29 de abril de 2021 em ambiente virtual, e apresentou alguns aspectos do Masterplan e suas considerações para a revitalização da área. O que demonstra a sintonia do projeto com as intenções do poder público para o território. Um jornal local divulgou uma nota³⁰ sobre o evento e destacou a fala de Turkienicz: "É a área com melhores condições, mais apta para projetar o futuro da Capital nos próximos 30 anos. Temos um potencial de investimento de R \$28 bilhões na região"; e ainda observa que o arquiteto considera que os investimentos devem ser feitos pela iniciativa privada com apoio do poder público.

²⁷ Descentralização da saúde é nova tendência. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 26 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/08/especiais/construcao_civil_2016/517043-descentralizacao-da-saude-e-nova-tendencia.html>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

²⁸ Não foi possível verificar quais as datas de atualização do site.

²⁹ Está como presidente da Frente Parlamentar do 4º Distrito o vereador Ramiro Rosário (PSDB).

³⁰ O futuro de Porto Alegre. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 02 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/colunas/observador/2021/04/790430-o-futuro-de-porto-alegre.html>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

O desenvolvimento do Masterplan aconteceu no decorrer da construção do Plano Estratégico de Resiliência (PER)³¹, no qual “a área do 4º Distrito assumiu importância na proposição de soluções inovadoras frente aos grandes problemas e desafios identificados na cidade” (WAGNER, 2019, p. 202), e tinha entre as iniciativas em destaque a revitalização do IV Distrito. Para Wagner (2019), muito mais do que promover estratégias de resiliência e incentivo às empresas locais, o fomento à inovação visava a atração de empresas internacionais. Como mencionado anteriormente, a Medical Valley, complexo destinado a tecnologia aplicada à medicina, já havia sido capitaneada pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF). Tal ação evidencia a intenção de incluir Porto Alegre em um cenário global de financeirização e atrelar o IV Distrito a essas iniciativas. Assim, demonstrando a estratégia de re-territorialização a partir da resignificação espacial, tendo em vista o estímulo às práticas espaciais heterônomas, corroborando com as observações acerca da utilização da resignificação de lugares enquanto prática espacial hegemônica, além da possibilidade de prática insurgente apontada por Souza (2018). Os primeiros estudos para elaboração do Masterplan do 4º Distrito foram realizados pelo GT Executivo do 4º Distrito e apresentados em dezembro de 2015 à Câmara de Vereadores (PMPA, 2015a; PMPA, 2015b) e, segundo Wagner (2019), buscavam apoio político para a elaboração de um plano diretor específico para a área. A apresentação intitulada “Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito” está disponível em duas partes: a primeira se trata do diagnóstico da área, enquanto a segunda apresenta as premissas e diretrizes para o Masterplan e elenca entre os próximos passos a contratação de uma consultoria para definição do Masterplan.

A contratação foi firmada em 31 de março de 2016 e celebrada entre o Município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com interveniência da Fundação Empresa-Escola de Engenharia da UFRGS (FEENG) e acordou que o objeto da contratação era a Consultoria para o desenvolvimento do Masterplan de revitalização do 4º Distrito (WAGNER, 2019; PMPA, 2016). O contrato

³¹ Em 2013 Porto Alegre se candidatou ao programa “Desafio 100 Cidades Resilientes”, gerenciado pela Fundação Rockefeller, que se propõe a financiar 100 cidades interessadas em desenvolver um plano estratégico. Em 2014 Porto Alegre lançou o Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente e iniciou a construção de um Plano Estratégico de Resiliência (PER) (WAGNER, 2019).

estipulava que o objeto da contratação deveria executar seis produtos, exibidos com suas respectivas especificações no Apêndice A.

Como já mencionado, o Masterplan foi entregue ao prefeito José Fortunati no dia 21 de dezembro de 2016, porém, o conteúdo total dos produtos desenvolvidos não foi publicado pela contratante (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). Sendo assim, utiliza-se para verificação a apresentação disponibilizada pela PMPA no website 4Distrito³². Dito isso, a apresentação disponibilizada delimita a área de atuação sobre o território do IV Distrito à uma área de 581.3ha, esta área compreende a totalidade dos bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta e parte do bairro Humaitá, que é limitado pela rua Dona Teodora, que tem seu traçado correspondente à nova ponte sobre o Guaíba.

Segundo o projeto, os objetivos do Masterplan são: Reverter o processo de degradação do 4º distrito, oportunizando investimentos econômicos e sociais; preservar, valorizar e qualificar o patrimônio construído; incorporar a agenda ambiental na cidade; melhorar a mobilização e padrões de acessibilidade urbana; intensificar a urbanidade no 4º Distrito e garantir ambientes amigáveis para todas as faixas etárias; incentivar a produção habitacional inclusiva. Com base nesses objetivos foram estruturadas estratégias: em relação ao objetivo 1 é apontada a intenção de estabelecer clusters, o que se alinha com as articulações do poder público para atrair o Health Hub para a área, além de promover Parcerias Público Privadas (PPP) e criar mecanismos para atrair investimentos para a área.

É proposta pelo projeto a transformação de uma das ruas em “Via da Inovação” em paralelo com outra via chamada “Caminho das Artes”. Entre esses eixos estariam edificações que abrigariam ações relacionadas à tecnologia, inovação, comunicação e incubadoras de novas empresas ligadas à economia criativa e cultural. O paralelo entre as propostas de inovação e cultura são simbólicas em um projeto de “Revitalização Urbana e Reconversão Econômica”; como indicou Arantes (2013, p. 47), a cultura é utilizada como uma imagem publicitária. Para a autora, atividades culturais são capazes de devolver aos moradores “sensação de cidadania, sabidamente induzida através de atividades culturais que lhes estimulam a

³² Masterplan. *4Distrito*. Porto Alegre, [s.d]. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/?q=projeto/masterplan>>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

criatividade, lhes aumentem a autoestima, ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico”.

O que estou tentando mostrar é que hoje em dia a cultura não é outro ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio. A tal ponto que se torna mais ou menos indiferente se se trata de um grande museu (...) tanto quanto tantas outras iniciativas, por exemplo, propiciadas pelo evento “200 anos” (Revolução Francesa), ou “500 anos” (de Descobrimento da América e, agora, do Brasil) (ARANTES, 2013, p. 48).

Outra estratégia do Masterplan importante de ser destacada são as chamadas quadras rápidas, que se referem à quadras ou conjuntos de quadras com alto potencial de transformação em curto prazo por pertencerem ao mesmo proprietário. Segundo Oliveira (2016, p. 93) “Para as quadras são previstos Projetos de Intervenção Urbanos (PIU), como são chamados no Masterplan, ou mesmo Grandes Projetos Urbanos (GPU's)”, a autora ainda aponta que entre os PIU's propostos estão um parque linear, um shopping center e um centro de cultura. Questionado em entrevista a um jornal local³³ sobre o que espera caso o Masterplan seja implantado, Turkienicz diz:

O 4º Distrito tem 150 hectares. Entendemos que deva ser dividido em módulos de intervenção, que dariam ensejo ao que chamamos de "quadras rápidas". São quadras que têm poucos proprietários e lotes muito grandes, portanto, permitem uma rápida transformação e um rápido acordo comercial... Um termo que todo mundo conhece é "condomínio". Então, (seria) uma ação gerida por uma empresa ou por um conselho gestor que arrecada fundos para investimento numa determinada área. Dividimos o 4º Distrito em condomínios, pelo menos 10, que seriam áreas de intervenção prioritárias (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/03/2021).

A respeito do funcionamento do Conselho Gestor, Turkienicz responde:

³³ Para Turkienicz, 4º Distrito pode atrair grandes investimentos a Porto Alegre. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 29 de março de 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2021/03/785075-4-distrito-pode-atrair-grandes-investimentos-a-porto-alegre.html>. Acesso em 10 de maio de 2021.

Isso se viabilizaria através de um sistema de cogestão entre grupo gestor e prefeitura, com diretrizes urbanísticas específicas para essas áreas, para dar segurança para o empreendedor conseguir recursos para investir naquele lugar. É preciso pensar como essa área pode ser importante para o desenvolvimento econômico de Porto Alegre. Poderia abrigar empresas, parte da universidade que está estrangulada no campus central, parte do parque hospitalar que precisa de área para expansão. Precisaríamos ver como o 4º Distrito poderia oferecer um programa para Porto Alegre para que atraia negócios. Não podemos pensar no 4º Distrito como uma simples operação de venda de índices construtivos para arrecadar fundos para pagar dívidas do município ou resolver problemas específicos dispersos na cidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/03/2021).

O mesmo Conselho Gestor, formado pela PMPA, setor privado, universidades e sociedade civil organizada, seria responsável pela construção de Habitações de Interesse Social (HIS). Quanto às estratégias relacionadas à habitação, a proposta vincula a construção de HIS a incentivos urbanísticos e fiscais através da flexibilização dos padrões construtivos das unidades e à captação de recursos por meio da venda de Certificados de Potencial de Construção (CEPAC's). No masterplan ainda se destaca a intenção de evitar a segregação espacial entre diferentes segmentos de renda, no que se refere a esse ponto Oliveira (2016, p. 94) observa que “A combinação título para HIS e construções de alta qualidade pulverizadas no território só tem um resultado já suficiente concretizado em tantas cidades: a gentrificação rápida e eficaz.”.

Oliveira (2016) ainda aponta que apesar da venda dos CEPAC's ser apresentada como um instrumento eficiente, outras experiências de OUC colocam isso em dúvida. É o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro, onde a falta de interesse do setor privado em operações desse tipo fez com que todos os CEPAC's fossem comprados pela Caixa Econômica Federal. A autora ainda coloca que, segundo entrevistas realizadas por ela, no caso de Porto Alegre, mesmo com todos os incentivos a resposta do setor privado não foi favorável, a falta de adesão foi justificada pelas características de degradação física e vulnerabilidade social.

Outra observação importante feita por Oliveira (2016) se refere ao processo de elaboração do Masterplan. Segundo a autora, durante o desenvolvimento do projeto foram organizados workshops e palestras com a participação da sociedade civil, também estiveram presentes representantes do setor da construção civil, empresas e

agentes relacionados à economia criativa, porém a participação da população residente foi inexpressiva:

[...] existe toda uma teia de articulações entre atores e instituições, e de instrumento de parcerias entre o setor público e o privado que vão além da forma urbana. Para a elaboração do projeto, a rede de atores que formam a coalisão para crescer, nos termos de Logan e Molotch (1993), pode ser facilmente percebida. Elites locais, políticos, grupos específicos das universidades e mídia corporativa formam esta coalisão. A população residente é colocada à margem deste processo, restringindo-se à presença em momentos e situações construídos para garantir a aparência de participação. (OLIVEIRA, 2016, p. 94).

A observação de Oliveira (2016) em relação à participação e consulta no processo de construção do *Masterplan* é corroborada por Wagner (2019, p. 219): “a percepção foi de um procedimento construído com a finalidade de gerar uma aparência de participação e consulta popular, legitimando, assim, uma ação de governo com um viés fortemente empresarial e imobiliário.”. A respeito dos encontros organizados Wagner (2019) aponta que dos vinte e oito encontros realizados pelas equipes da PMPA, vinte e três foram fechados ao público geral, limitando a participação à convidados da PMPA e do NTU-UFRGS. Para Wagner (2019) os eventos abertos ao público geral tiveram carácter expositivo, não tinham a premissa de consultar a população sobre as demandas ou receber sugestões. Nesse sentido, Oliveira (2016) aponta que segundo moradores presentes no evento “o projeto não se relaciona com a história do bairro, não a preserva nem valoriza”.

O processo de gentrificação, como observa Oliveira (2016), não se dá apenas pelo aumento de custo de vida, mas também pelo sentimento de não pertencimento. O desenvolvimento pautado na valorização do território e na atração de possíveis investidores, para Núñez (2017), reproduz uma lógica mercantil e privatista. Segundo Núñez (2017), tal fórmula é antiga e pouco sustentável, pois prioriza a revitalização através da geração de lucro do setor privado e não dialoga com o movimento de revitalização em curso pelas mãos de empreendedores locais. À semelhança do @22 Barcelona, modelo escolhido para inspirar o *Masterplan*, que ameaça os artistas e moradores residentes em prol da homogeneização paisagística (RODÓ, 2010)³⁴.

³⁴ Retomaremos as discussões sobre a importação de modelos e os desdobramentos do @22 Barcelona no final deste item.

Seguindo o mesmo caminho desde a década de 90 e que se intensificou na década de 2010 com a criação do grupo CITE (Cidadãos, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo). Grupo liderado por empresários que, na ocasião, organizaram uma viagem ao Vale do Silício, nos Estados Unidos, juntamente com o então prefeito de Porto Alegre José Fortunati, o grupo objetivava a consolidação de parcerias que ajudassem a estabelecer a Capital gaúcha como um polo de inovação. Essas intenções foram reforçadas com a criação da Agência Inovapoa, que tem como objetivo articular agentes públicos e privados e sociedade civil para estimular a criatividade, inovação e empreendedorismo. Seguindo na esteira de ações focadas em inovação e o empreendedorismo, foi criado em 2019 o Pacto Alegre.

O Pacto Alegre é uma proposta para a articulação de diversos agentes sociais na realização de projetos de amplo impacto para a cidade de Porto Alegre. O objetivo é transformar a cidade em um polo de inovação, atração de investimentos e empreendedorismo, através de convênio que prevê o compartilhamento de recursos entre poder público e iniciativa privada em prol de uma agenda comum.

A metodologia desenvolvida pelo convênio propõe “identificar desafios, discutir e acordar soluções possíveis, gerar projetos, promover transformação por meio de um compromisso coletivo”. A metodologia foi desenvolvida através de uma assessoria com Josep Piquè³⁵, um dos idealizadores do Projeto Barcelona @22, e tem como objetivo a transformação de Porto Alegre em uma referência mundial de inovação. Os desafios a serem atacados são definidos por uma mesa³⁶ a partir dos eixos social, econômico, urbano e governança.

Em entrevista a um jornal local³⁷ Josep Piquè avalia que as universidades exercem um papel muito importante participando do Pacto Alegre, elas são responsáveis por dar credibilidade ao convênio. Quanto às empresas que já estão se aproximando do Pacto, Josep Piquè destaca:

³⁵ Vice-presidente da Associação Internacional de Parques Científicos e Áreas de Inovação (Iasp), mentor do Projeto Barcelona @22 e consultor do Pacto Alegre.

³⁶ Fórum para acordar os principais desafios e ideias que auxiliem no desenvolvimento de projetos.

³⁷ Josep Piquè diz que o Pacto Alegre já criou um projeto de futuro para a capital gaúcha. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 16 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2019/12/717077-pique-diz-que-o-pacto-alegre-ja-criou-um-projeto-de-futuro.html>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

Com os projetos atuais, estamos tendo bases de mudança muito claras. Há projetos vinculados ao 4º Distrito, com instituições como (Instituto) Caldeira, Nau (Live Spaces, antigo Gondoleiros) e Fábrica do Futuro, que já estão fazendo ações, criando núcleos inovadores, estimulando o empreendedorismo corporativo. E aí vemos o bom do modelo do Pacto: não faz falta que só o prefeito faça as coisas, a sociedade também pode fazer. Mas precisamos criar mecanismos de participação ativa e de inteligência coletiva, isso nos dá mais força, somos mais eficientes, porque, com os mesmos recursos, temos mais valor. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019).

Perguntado em quanto tempo pode haver uma mudança mais ampla no IV Distrito, Piquè responde que além de um planejamento urbanístico e de infraestrutura é preciso criar as condições necessárias para receber investimentos da iniciativa privada. Piqué ainda observa em sua entrevista que estavam em andamento, na época, negociações entre o prefeito Nelson Marchezan³⁸ e o Banco Mundial³⁹ para financiar um projeto direcionado ao IV Distrito. O entrevistado ainda pondera que à medida que for recebendo a infraestrutura necessária, a área já pode receber investimentos, no entanto não fica claro a quais investimentos se refere, visto que os investimentos públicos em infraestrutura seriam a premissa para a entrada das empresas, fica em aberto qual seria o retorno e quais instrumentos seriam utilizados para obter esse retorno⁴⁰.

No que se refere à apresentação do Pacto Alegre, divulgada no site do convênio⁴¹, na aba que apresenta os projetos do Pacto Alegre são exibidas 33 propostas. No tocante a esta pesquisa as diretrizes para revitalização do IV Distrito são apresentadas no projeto de título “Hands On 4D: Revitalização criativa da região do 4D (4º Distrito)”. Não há detalhamento da proposta no item em questão, sendo apresentados apenas objetivos e sugestões do que pode vir a ser entregue. Os objetivos falam em revitalização criativa, intervenções urbanísticas em harmonia com ações emergentes e espaços urbanos indutores de projetos inovadores. Os

³⁸ Nelson Marchezan (PSDB) foi prefeito de Porto Alegre entre 2017 e 2020, seu sucessor e atual prefeito de Porto Alegre é Sebastião Melo (MDB).

³⁹ Acerca do desenvolvimento de uma proposta por parte do Banco Mundial por meio da Steer Group será abordado no próximo item.

⁴⁰ Josep Piqué diz que Pacto Alegre já criou um projeto de futuro para a capital gaúcha. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 16 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2019/12/717077-pique-diz-que-o-pacto-alegre-ja-criou-um-projeto-de-futuro.html>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

⁴¹ *Pacto Alegre*. Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: <<https://pactoalegre.poa.br>>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

entregáveis sugeridos são: I) Elaborar e detalhar uma área de cinco vias entre da área do 4D e desenvolver projetos de intervenção criativa em parceria com a comunidade local; II) Lançar um projeto de intervenção por meio de crowdfunding e apoio da comunidade local e entidades de Porto Alegre interessadas; III) Articular suporte para o desenvolvimento dos projetos; e IV) Estudo da legislação para a transformação da área em um LIVING LAB de tecnologias.

Ainda em 2019, a PMPA, no âmbito do já mencionado “Projeto 100 Cidades Resilientes” (100RC) da Fundação Rockefeller, que estrutura ações de resiliência no município, trabalhou em uma proposta de renovação urbana para o IV Distrito. A ação foi coordenada pelo Escritório de Resiliência da Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI) em colaboração com o Grupo Banco Mundial. A primeira reunião aconteceu no dia 02 de abril de 2019 nas dependências da SMRI e teve a participação de representantes de diferentes secretarias e instituições de Porto Alegre⁴². Na ocasião, os representantes apontaram qual o maior problema do IV Distrito em sua percepção e qual intervenção deveria ser priorizada; também foram debatidas algumas ações propostas pelo Masterplan, como a transposição da Avenida Farrapos e o fim do corredor de ônibus. Por fim foi realizado o levantamento das ações executadas ou em fase de projeto/planejamento na região, o que permitiu perceber uma concentração de ações na região que corresponde aos bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes (PMPA, 2019a).

O segundo ciclo de reuniões aconteceu na semana do dia 22 de abril e foi composta por três encontros entre os seguintes grupos: (i) Novos Empreendedores, (ii) Associação das Empresas dos bairros Humaitá-Navegantes (AEHN) e (iii) PMPA. A primeira reunião do segundo ciclo realizada com os Novos Empreendedores⁴³ aconteceu no Agulha, casa de shows e espaço cultural localizado no bairro São Geraldo. No mapeamento realizado pelos participantes identificando a localização dos empreendimentos é possível perceber uma concentração nos bairros Floresta e São Geraldo, em especial nas imediações da Av. São Pedro. Os participantes também

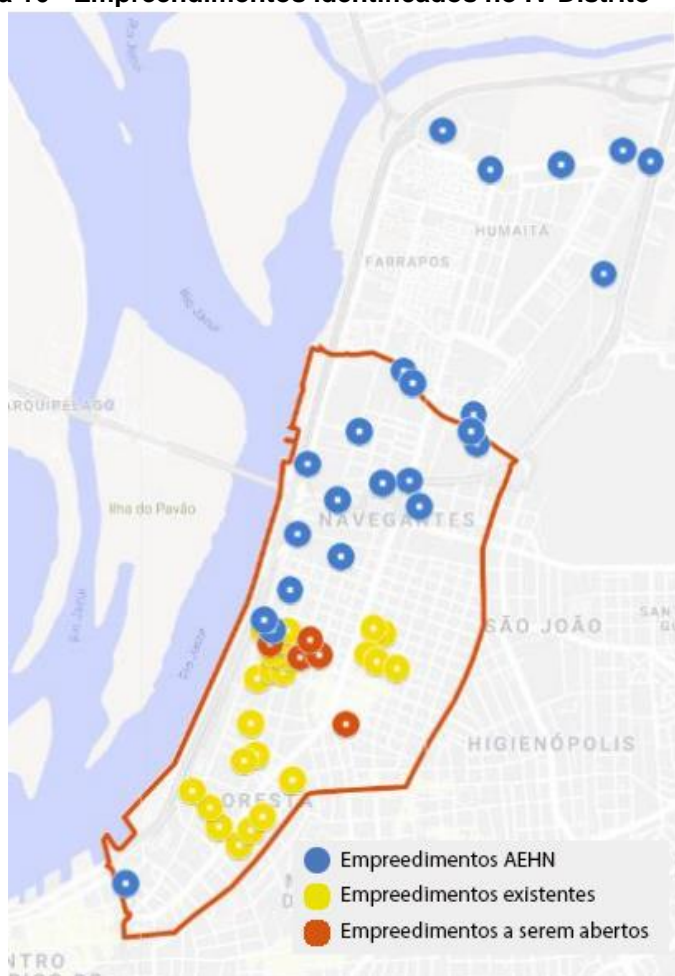
⁴² Estavam presentes na reunião representantes das seguintes secretarias: FASC - Fundação Assistência Social; Secretaria Municipal da Saúde (SMS); Desenvolvimento Econômico; EPTC Transporte e Circulação; Secretaria da Fazenda (SMF); DEMHAB (Habitação); Parcerias Estratégicas (PPP); Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM); SMRI e DMAE.

⁴³ 4 Beer; Vila Flores; INSPE; Studio Oficina; OFC; Mercado RH; Agulha; Linha; Sistema S.; Porto Equipamentos; ZISPOA; 3c Arq Urb.

tiveram acesso aos resultados da reunião anterior e observaram que a lista de problemas apontados pelos representantes técnicos não se relaciona com os projetos/planos mapeados pelos mesmos (PMPA, 2019b).

A segunda reunião do ciclo foi realizada com a Associação de Empresários dos bairros Humaitá e Navegantes, os presentes indicaram de forma unânime que o principal problema dos bairros são as constantes perdas provenientes dos alagamentos. Diferente das questões apontadas pelos representantes dos novos empreendimentos que, por estarem localizados no eixo dos bairros Floresta e São Geraldo, sofrem menos o impacto dos alagamentos. Observando o mapeamento realizado pelos participantes, que indica a localização das empresas associadas, foi possível perceber que, apesar da concentração de empresas na região e da construção da Nova ponte do Guaíba, inaugurada em 2020, não há previsão de intervenções do poder público no local (PMPA, 2019b).

Figura 16 - Empreendimentos identificados no IV Distrito⁴⁴



Fonte: Relatório de Visita. Adaptado de PMPA (2019b).

A terceira e última reunião contou com a presença de técnicos das secretarias municipais e instituições da prefeitura, além da equipe do SMRI, na ocasião foram apresentados os próximos passos da assistência técnica do Banco Mundial que incluiria o trabalho de consultoria da Steer Group com a orientação do consultor Fernando Mello Franco. Por fim, foram apresentadas as etapas de trabalho: (i) preparação do projeto; (ii) diagnóstico; (iii) plano de investimento de capital; (iv) estudos de recuperação da valorização imobiliária; e (iv) plano de ação da transformação urbana para o 4º Distrito (PMPA, 2019b).

⁴⁴ O polígono em vermelho marca a área de intervenção delimitada pelo Masterplan, enquanto os trabalhos realizados pela SMRI em colaboração com o Grupo Banco Mundial e Steer Group consideram os bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá.

Uma nova reunião com representantes da sociedade civil aconteceu no dia 20 de agosto de 2019⁴⁵ com o objetivo de apresentar o andamento dos trabalhos em desenvolvimento pela consultoria Steer. Uma lista com ações e projetos a serem realizados foi apresentada com a intenção de identificar as prioridades a partir da visão dos participantes. Os resultados coletados compõem o terceiro produto elaborado pela consultora Steer Group que, pelas palavras de sua representante, Taís Fonseca de Medeiros, diz:

Esse produto apresentará, além de uma visão estratégica e de objetivos para o 4º Distrito, o resultado do mapeamento de investimentos realizado junto à PMPA, que havia acabado de passar por um processo de análise crítica e estava passando por um processo de priorização, que, no final, resultará num plano de investimento de capital. A estratégia elaborada partiu da premissa de que o 4º Distrito é um território com problemas crônicos e que apenas a associação entre ações de diferentes temas, planejadas dentro de uma estratégia conjunta, possibilitará uma maior efetividade na transformação desejada (PMPA, 2019c, p. 2).

Em outubro de 2019 foi realizada uma reunião para discussão do produto final elaborado pela consultoria Steer, a apresentação aconteceu no galpão do Vila Flores e foi aberta ao público. Acerca das principais conclusões destacadas na apresentação, o relatório de “Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4D, Porto Alegre” conclui que:

- a) O território é caracterizado por localização estratégica, baixa densidade populacional e alta oferta de empregos;
- b) Há pouca atividade imobiliária registrada no IV Distrito nos últimos anos;
- c) A taxa de emprego na região é 4x superior à média do município.

Em relação às principais conclusões, o relatório ainda coloca que os desafios de transformação do IV Distrito estão relacionados aos seus problemas crônicos. Desta forma, são colocados como condicionantes para a transformação o desenvolvimento de um modelo de drenagem urbana, o enfrentamento do déficit habitacional e as questões de vulnerabilidade social e a requalificação do espaço

⁴⁵ Assinaram a ata de participação os representantes das seguintes instituições e empreendimentos: DC Shopping; Amalfi Participações; Mundaréu; Pacífico; Vila Flores; Coral Brasil; Semente Negócios; AEHN; Floresta Studio+ Oficina; NAU Coworking; INSPE; Fábrica São Geraldo; Amigos do MACR; Capincho Bar.

urbano, revertendo o papel desintegrador das infraestruturas de transporte (GRUPO BANCO MUNDIAL; STEER, 2019a; 2019b).

O relatório aponta para o forte potencial de transformação existente no território, apesar da descentralização industrial histórica, a área apresenta forte presença de associações empresariais ativas e aumento das dinâmicas econômicas, em especial nos bairros Flores e São Geraldo (GRUPO BANCO MUNDIAL; STEER, 2019a; 2019b). Tal apontamento vai de encontro às estratégias apresentadas nos últimos estudos aqui expostos, que consideram a atração de novos empreendimentos e o fomento de atividades relacionadas à tecnologia, inovação, economia criativa e cultura imprescindíveis. Essas iniciativas estão diretamente conectadas às demandas da economia global e condizem com a inserção de Porto Alegre em uma rede de competitividade internacional, entretanto, pouco se alinham com as necessidades reais do território. Outro ponto importante é a necessidade de adequar o desenvolvimento imobiliário à realidade do território. O déficit habitacional está diretamente relacionado à necessidade de incentivar a produção habitacional de interesse social na região, o que é posto em risco com estratégias de adensamento que visam atrair estratos sociais com poder de consumo.

Ainda sobre as considerações do relatório, apesar de a atividade econômica instalada na região ser responsável por 13% dos empregos da cidade e de a relação entre emprego/habitante ser de 2 empregos por habitante; assim, como indicado no mesmo relatório, os empregados, em sua maioria, não residem no território (GRUPO BANCO MUNDIAL; STEER, 2019a; 2019b). Tal indicativo demonstra a necessidade de incentivo às ações de geração de emprego e renda para a população residente, particularmente a população pobre. A área se destaca pela grande quantidade de pessoas que trabalham com a catação de resíduos, seja por meio de centros de reciclagem ou de forma autônoma. Sendo necessário o alinhamento das estratégias para que esse estrato da população seja incluído no processo de transformação de forma integral, para além das cotas de HIS inseridas de forma quase simbólica nas propostas dos dez últimos anos, caso contrário o que se apresenta é uma preparação do território para a substituição, sobretudo da população residente.

A implementação de estratégias está vinculada ao pensamento único sobre a cidade, para utilizar os termos de Arantes, Vainer e Maricato (2013), homogeneizando

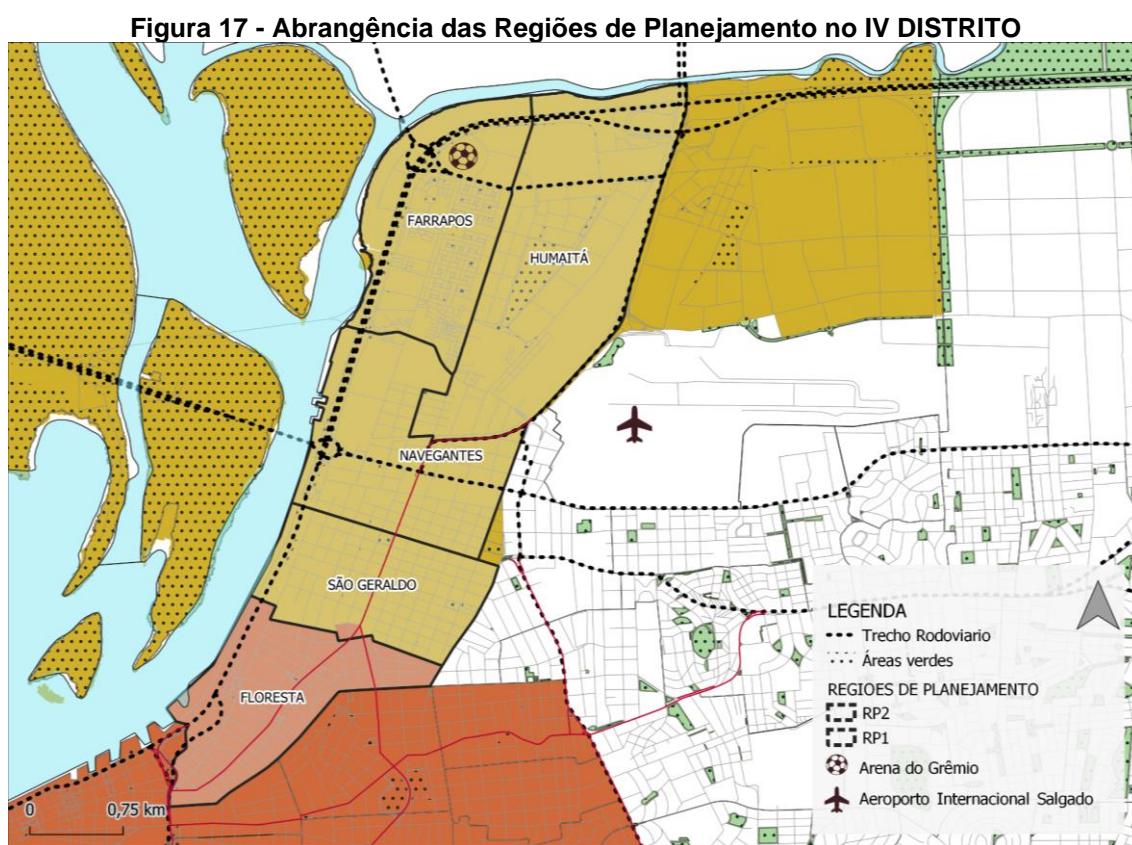
este território marcado pela miscigenação. Essas estratégias evidenciam o processo de desterritorialização através da deslegitimação que é conduzida através de ações que negligenciam a realidade da população pobre e vulnerável que ali habita. O que se põe é a re-territorialização por parte de agentes dominantes que facilitam práticas espaciais em acordo com a imagem a ser criada do território a nível local-global.

Em vias de ser realizada a revisão do PDDUA de Porto Alegre, foi elaborado o Plano Popular de Ação Regional (PPAR), uma ação conjunta entre instituições e sociedade civil. O projeto de assistência técnica em planejamento urbano insurgente foi elaborado em parceria entre Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS), Cidade em Projeto (CPLAB-UFRGS), Coletivo Ambiente Crítico (CAC) e Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV) e contou com o apoio de grupos de extensão da UFRGS – Planos Populares de Ação Regional e o 4º Distrito: diálogo entre atores sociais e conhecimento sobre o território – e com o patrocínio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU-RS).

O projeto foi elaborado a partir da reivindicação de alguns conselheiros e representantes das Regiões de Gestão e Planejamento (RGPs) no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) de Porto Alegre. Os PPARs foram utilizados como estratégia de mobilização e participação social, pois contaram com a presença de movimentos sociais, moradores, conselheiros e delegados em suas reuniões e debates. A elaboração do Plano de Ação Regional (PPAR) com a participação social já consta na metodologia para elaboração do PDDUA, porém nunca antes havia sido elaborada. O PPAR não tem caráter normativo, mas objetiva a modificação das normativas, não sendo elaborado pelo Estado, se trata de um contra plano que se afasta do olhar exclusivamente técnico e, portanto, amplia a representatividade e a luta de organizações (PPAR, 2020a; 2020b).

A elaboração dos PPARs aconteceu de forma coparticipativa, enquanto a equipe técnica ficou responsável pelos seminários sobre teorias de planejamento urbano alternativo e pelo desenvolvimento de oficinas participativas; os representantes dos RPs divulgaram e mobilizaram a comunidade e definiram lugares e horários. As oficinas foram divididas em cinco tipos e objetivavam o acúmulo de conhecimento sobre temas de interesse de cada região: (1) preparatória: preparação técnica; (2) presente: diagnóstico; (3) passado: resgate e visualização de

transformações; (4) futuro: propostas mediadas pela equipe técnica e, por fim, (5) retorno: apresentação. Os planos foram divididos por região de planejamento e dados do IBGE. Considerando que o IV Distrito é composto por bairros dispostos em RPs distintas, a análise realizada para esta pesquisa considera apenas os dados apresentados acerca dos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá (PPAR, 2020a; 2020b). A Figura 17 demonstra os limites da área de estudo, com a indicação dos respectivos bairros, e a relação com as Regiões de Planejamento às quais pertencem (PPAR, 2020a; 2020b).



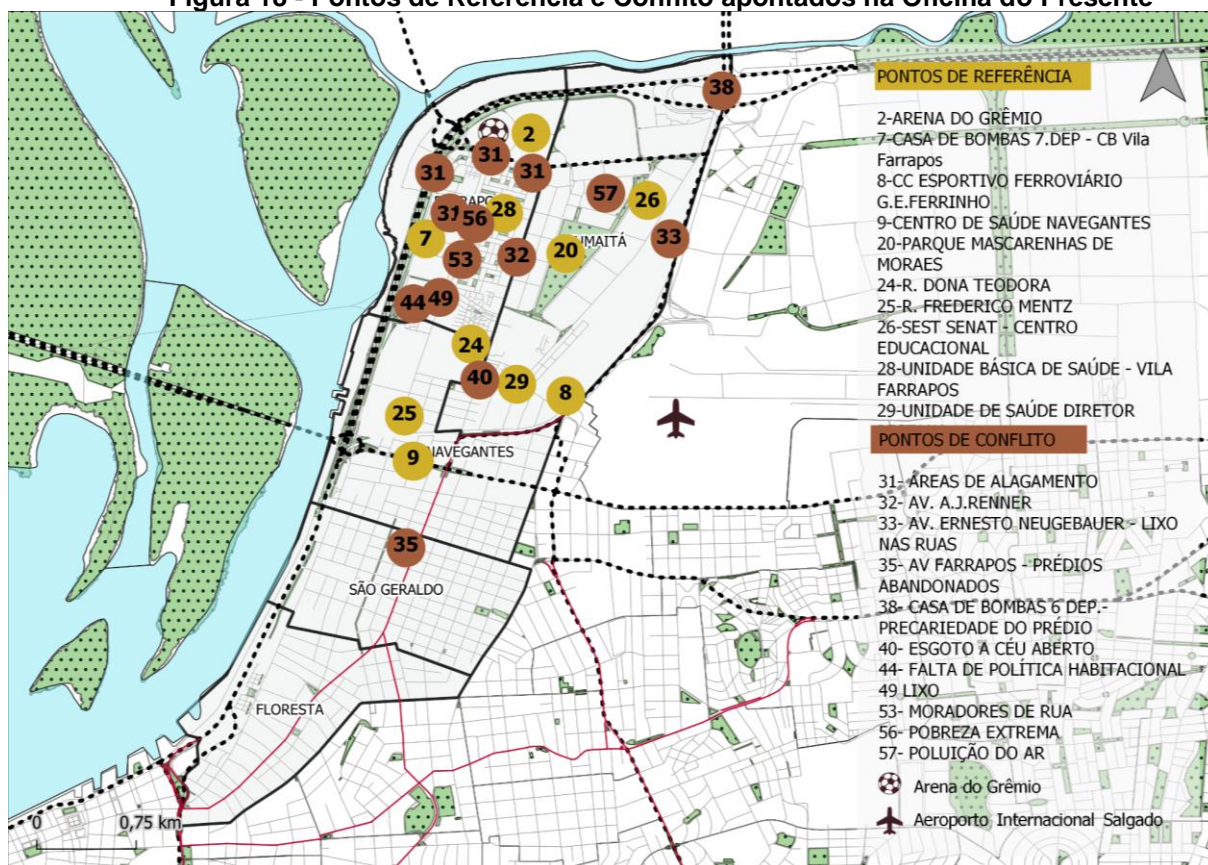
Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

A primeira oficina realizada teve como objetivo coletar dados a partir da leitura comunitária dos pontos de referência que caracterizam as RPs. Conforme já mencionado, para a análise realizada para essa pesquisa foram reunidos os dados coletados na RP1 e RP2, dentro do recorte espacial aqui delimitado. Assim, a Figura 22 apresenta os pontos de referência e de conflito identificados pela comunidade participante da Oficina do Presente. Os participantes, entretanto, não identificaram

pontos de referência e conflito no Bairro Floresta (RP1), já nos demais bairros foram identificados aspectos importantes a serem destacados, como a melhora da qualidade de vida em função das obras executadas através do Projeto Integrado Entrada da Cidade (PIEC). Por outro lado, a venda das chaves das habitações e a inconclusão de seis loteamentos foram apontados como aspectos negativos no PIEC (PPAR, 2020a; 2020b).

Outro aspecto negativo apontado pelos participantes foi a especulação imobiliária por parte de grandes construtoras e o aumento do IPTU. De outro modo, foi considerado positivo o aumento da população residente no bairro Humaitá e a conquista, via orçamento participativo, de terreno para a construção de uma creche. Contudo, a demora para a construção e a demanda crescente por vagas em creches na região tem como consequência o prolongamento das distâncias percorridas, considerando que as crianças são matriculadas em creches distantes do local de residência. As pontuações referentes à temática de saneamento básico reforçaram as recorrentes ocorrências de alagamento na região, além da insalubre condição de alguns pontos onde é possível encontrar, segundo os participantes, esgoto a céu aberto (PPAR, 2020a; 2020b).

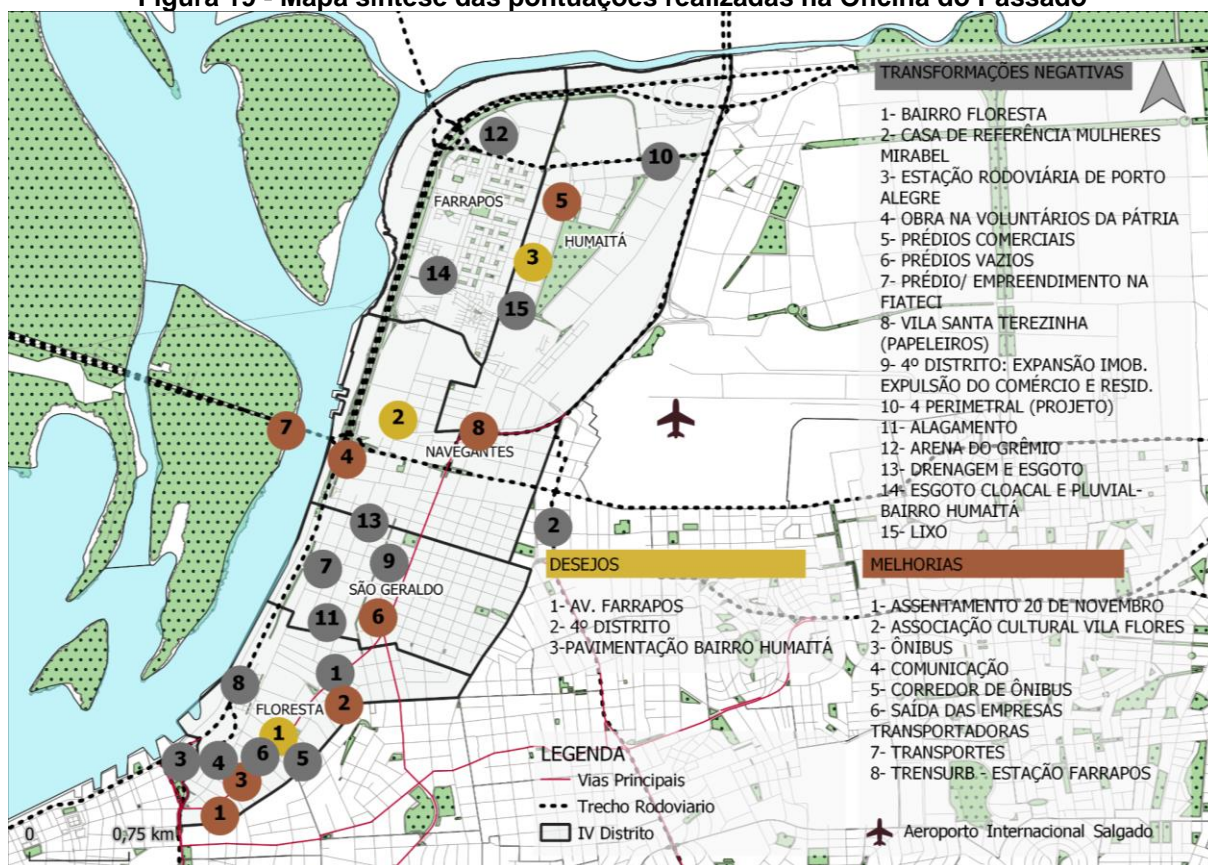
Figura 18 - Pontos de Referência e Conflito apontados na Oficina do Presente



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) com base em Planos Populares de Ação (PPAR, 2020a; 2020b).

Na sequência, são apresentados os dados coletados na Oficina do Passado. Essa oficina tem como objetivo trazer à tona quais lugares foram transformados de maneiras negativas e positivas ao longo dos anos, bem como, quais as melhorias desejadas pela população. A síntese das pontuações feitas pelos participantes é apresentada na Figura 23. Em relação aos aspectos apontados, cabe destacar as observações acerca do esvaziamento dos prédios, em especial no bairro Floresta. Os participantes conjecturam sobre uma possível estratégia de especulação imobiliária, visto que prédios abandonados estão sendo cercados com tapumes e colocados para alugar. O que, na perspectiva dos moradores, se trata de uma forma de monitorar possível valorização futura e prevenir invasões. Destaca-se a proliferação de novos empreendimentos e prédios comerciais no bairro Floresta, ponto ao qual retomaremos no capítulo seguinte (PPAR, 2020a; 2020b).

Figura 19 - Mapa síntese das pontuações realizadas na Oficina do Passado



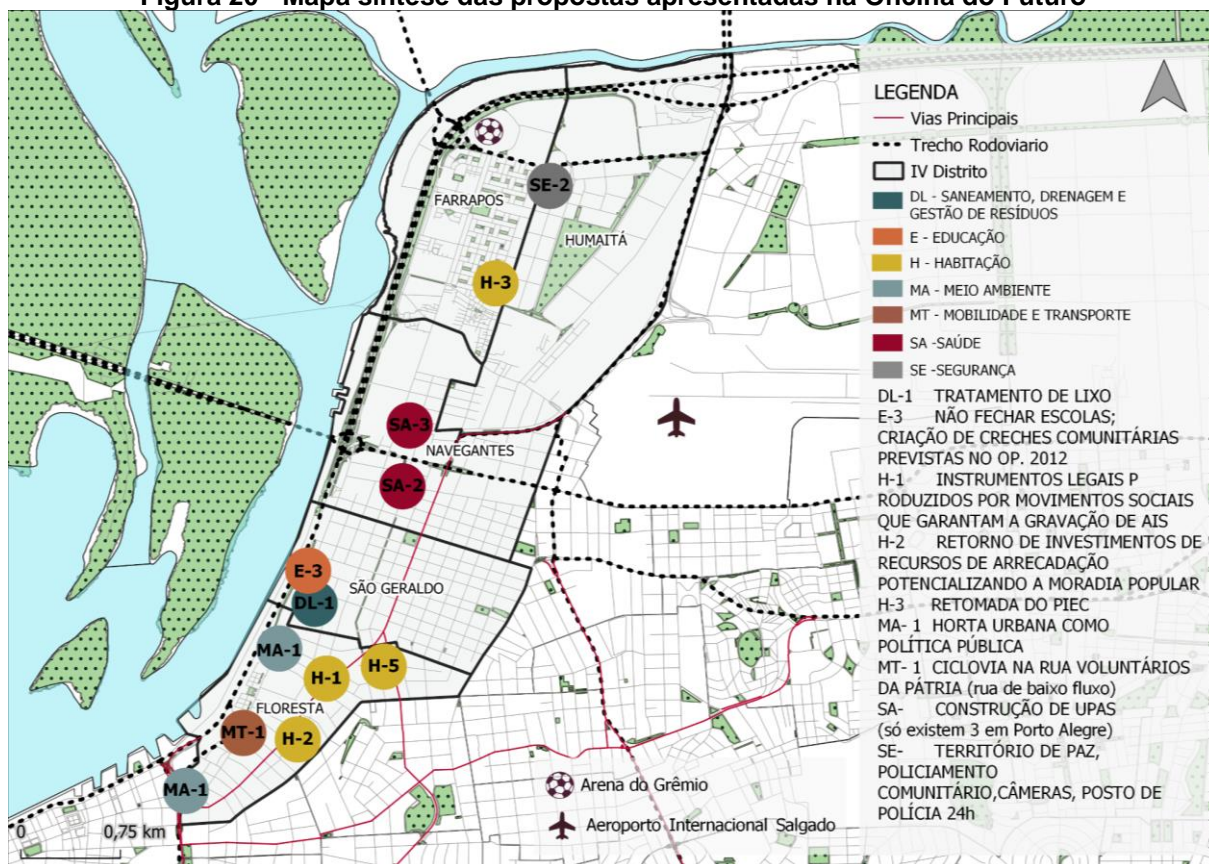
Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) com base em Planos Populares de Ação (PPAR, 2020a; 2020b).

No que se refere aos aspectos analisados pelo RP2, a Arena do Grêmio é apontada como uma transformação negativa, isso se dá, em grande medida, pela não realização das obras do entorno e pela falta de cobranças do poder público em relação às contrapartidas acordadas. Outro aspecto levantado é o impacto socioambiental intrínseco à construção de uma obra do porte da Arena do Grêmio, para as famílias residentes no entorno da Arena é evidente o aumento da ocorrência de alagamentos. Ainda assim, algumas melhorias, sobretudo em relação à mobilidade no bairro Humaitá, são consideradas positivas e atreladas à vinda do Complexo Esportivo para a região. Quanto ao IV Distrito, que na memória de antigos moradores se tratava de um point da cidade de Porto Alegre, os participantes alegam que grandes empreendimentos estão tomando conta do lugar; enquanto ao longo dos anos o território se tornou cada vez menos atrativo para moradias (PPAR, 2020a; 2020b).

A oficina do futuro tem como objetivo estimular a apresentação de propostas de interesse da comunidade e que estejam pautadas em instrumentos legais

existentes. Portanto, foram utilizados instrumentos do Estatuto da Cidade para construir caminhos pelos quais as propostas apresentadas se tornariam viáveis. As estratégias individuais para cada proposta podem ser consultadas nos respectivos planos das RP1 e RP2. Aqui, destaca-se a síntese dessas propostas na Figura 24 (PPAR, 2020a; 2020b).

Figura 20 - Mapa síntese das propostas apresentadas na Oficina do Futuro



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) com base em Planos Populares de Ação (PPAR, 2020a; 2020b).

Seguindo as intenções indicadas no PDDUA (2010), os estudos que seguem no decênio analisado neste item reforçam a ação de agentes sociais que estabelecem as estratégias e objetivos para a cidade, no sentido de atrelar os projetos de revitalização a mudança de imagem e a articulação entre agentes públicos e privados. Duas questões se apresentam: em que medida as intervenções planejadas vislumbravam o bem estar social e a apropriação dos espaços por moradores locais? E em que medida tais intervenções fazem parte de uma dinâmica de inclusão da Cidade — e de determinados setores dela — em uma rede global de competitividade?

O que se apresenta através dos planos e estudos trazidos até aqui é a evidência de que o principal objetivo é tornar o território atrativo para o setor privado e de alta renda.

Corroborando com a afirmação de que o principal objetivo é transformar o território em um local atrativo para o setor privado, as ações passaram a ser conduzidas em 2015 pela Secretaria da Fazenda e pelo Gabinete de Inovação e Tecnologia (INOVAPOA) com o desígnio de transformar o IV Distrito em um *Distrito Criativo*, destacando a simpatia pelo modelo de Barcelona, @22 Barcelona, amplamente utilizado como modelo para a construção do Masterplan. A importação de modelos de planejamento não é uma novidade, o que cabe aqui destacar é a exploração do capital simbólico contido no *slogan* “Distrito Criativo”, ou mesmo da tentativa de promover iniciativas ditas inovadoras e tecnológicas, indissociáveis da mercantilização da cidade contida na *image-making*, nos termos de Arantes (2013).

Para Arantes (2013, p. 19) o planejamento realizado através de procedimentos que visam capitalizar os espaços da cidade, através de metas e objetivos, destaca os efeitos da “globalização sobre as políticas de ocupação do território urbano”, que visa acima de tudo inserir a cidade em um nó da rede internacional das cidades. Síntese dessa movimentação são os esforços do poder público para atrair ao IV Distrito empresas internacionais através do Health Hub, na tentativa de incluir na lista de atributos do território inovações tecnológicas na área da saúde. A atração de grandes empresas, investimentos em equipamentos culturais, ou incentivos para que esses dominem o território tem a função de isca para a promoção de uma imagem publicitária. Em alguma medida, todos os agentes envolvidos no projeto de reestruturação do território têm interesse em incentivar o crescimento da área. Inclusive universidades que, para Arantes (2013), tem sua sobrevivência determinada, cada vez mais, pela participação no mundo dos negócios.

Para Molotch (1976) a cidade, entendida como uma “máquina do crescimento”, representa um jogo político, em que o território é um espaço de expressão de interesses; no qual devem estar alinhadas as expectativas tanto do poder público, quanto das empresas privadas. Para o autor, o apoio da população local se dá através da afirmação de que crescimento resulta em trabalho, entretanto, Molotch (1976) observa que, ainda que o número de empregos aumente com a chegada de novos empreendimentos, é difícil prever se esses empregos serão absorvidos pela

população local. Como visto através dos relatórios apresentados pela Steer Group, já existe na região um número de empregos superior ao número de habitantes. O que mostra que o aumento de empregos na área, amplamente incentivado nos estudos, através de ações de atração de empresas, não necessariamente trará resultados efetivos para o desenvolvimento socioeconômico da população residente. O crescimento, para Molotch (1976), beneficia somente uma pequena porção dos residentes locais. O autor também afirma que são recorrentes o aumento de problemas relacionados à poluição, ao trânsito e o aumento no valor agregado a amenidades.

A respeito das colocações de Molotch, podemos observar o aumento das reclamações da população local em relação ao crescente número de ocorrências de alagamentos após a chegada da Arena do Grêmio e do complexo habitacional atrelado ao estádio. Estes aspectos indicam que de fato a população vulnerável pouco se beneficia dos grandes empreendimentos que são incumbidos de alavancar o desenvolvimento de determinada área. Os Empreendimentos por si só não são, obviamente, capazes de preencher as lacunas sociais e econômicas, e, como veremos no próximo capítulo, no caso específico da Arena, o desalinhamento entre a realidade e as contrapartidas acordadas não foram capazes de minimizar os problemas existentes, nem os que veio a criar.

Ao longo da apresentação dos estudos, planos e projetos que foram elaborados nos últimos anos, é possível identificar a repetição de elementos discursivos, que, para Souza (2019), tem a finalidade de construir uma narrativa: a necessidade de impulsionar um distrito criativo e inovador apoiado em tecnologias que coloquem o território em um cenário de competitividade são mencionadas em todos os estudos analisados. Na condição de reestruturação do território, a recorrente utilização dos termos discursivos mencionados não deixa dúvidas sobre o processo de desterritorialização e reterritorialização através da ressignificação do território. A excessiva utilização de Parcerias Público-Privadas e articulação de agentes sociais distintos, para Vainer (2013), é uma forma de assegurar que os interesses do setor privado serão atendidos. Ademais, a frágil distinção entre público e privado, para o autor, indica que privado se trata do interesse do capital.

Outra identificação importante é a utilização da cultura como álibi para promover propostas de revitalização que utilizem elementos culturais estratégicos para agregar valor simbólico ao lugar. O que Arantes (2013) chama de "culturalismo de mercado" é uma forma de legitimar determinadas práticas espaciais através de autoidentificação pelo consumo e pelo estilo:

o embrião de uma mudança emblemática: à medida que a cultura passava a ser o principal negócio das cidades em vias de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial. (ARANTES, 2013, p. 33).

É aliada a esse discurso que a dinâmica imobiliária vem nos últimos anos tentando impulsionar empreendimentos tanto habitacionais, quanto comerciais. O IV Distrito enquanto um distrito criativo nasce através da apropriação comunitária do espaço e do crescente número de pequenos empreendimentos que, muitas vezes, escolhem a região por conta dos baixos aluguéis. A cooptação de iniciativas comunitárias e heterônomas a um discurso de viés claramente hegemônico restringe o acesso de algo construído de forma colaborativa, e acaba por cercear as possibilidades de sobrevivência, no território, de grupos à margem do roteiro estipulado para a ressignificação do espaço.

A partir da participação de representantes comunitários e líderes de movimentos sociais nas reuniões do PAR, é possível constatar que a ampla participação da comunidade local nas discussões acerca dos rumos do território é necessária para desmontar a ideia de consenso sobre as estratégias de reestruturação da área. Tanto a Arena, quanto o residencial Fiateci são consideradas transformações negativas pelos moradores locais; essas, vistas com grande expectativa, em especial pelo setor imobiliário, por se tratarem de empreendimentos com grande potencial agregador de valor. A expansão imobiliária também é vista como um problema para a população local, pois resulta na expulsão do comércio e dos residentes. Apesar disso, existe o desejo de retomar o IV Distrito, enquanto um centro de múltiplas atividades, uma imagem que remonta à memória de ascensão vivida pelo Distrito.

O que se percebe, de forma geral, é a subestimação dos múltiplos fatores socioeconômicos, sociais e políticos envolvidos em um processo de transformação profunda do IV Distrito. Não existe nenhuma certeza de que aplicados os planos, em sua maioria arrasadores de toda miscigenação ainda existente no território, o IV Distrito emplacaria como um novo centro nos moldes de Puerto Madero, Soho e TriBeCa⁴⁶, como vislumbram os ansiosos especuladores. Como visto na reivindicação dos moradores apresentada no PPAR, os problemas da área têm origem complexa, mas também são de natureza básica da manutenção da vida. A falta de condições materiais mínimas coloca moradores em situações de extrema vulnerabilidade: esgoto a céu aberto, negligência quanto ao reassentamento de famílias e providências quanto às HIS são situações graves e recorrentes no Distrito que se pretende transformar no Lugar mais inovador da América Latina.

Parte da população local deseja que as melhorias e ações do poder público objetivem o auxílio às questões básicas de subsistência, a retomada de programas habitacionais e de suporte à geração de emprego e renda. Apesar das difíceis condições que se impõe, os moradores locais se articulam, seja através de ações comunitárias que visam o bem estar comum ou de assembleias. Em agosto de 2019, foi realizado o seminário Moradia e Trabalho Digno no Território do 4º Distrito, o evento público contou com a participação de moradores de diversos assentamentos locais reunidos em prol de suas demandas comuns. Os participantes demonstraram surpresa ao tomar conhecimento acerca do Masterplan e demais planos do poder público articulado com o setor privado. Corroborando as já mencionadas observações de Oliveira (2016) e Wagner (2019) a respeito da baixa representatividade da comunidade local em eventos em que se discute o destino do território.

No próximo capítulo serão apresentadas as principais mudanças na dinâmica imobiliária da área. Além dos novos empreendimentos, comunidades compostas por centenas de famílias articulam sua sobrevivência e geração de emprego e renda através de ações de resistência e práticas espaciais insurgentes, com quase nulo apoio do poder público e raramente aceitas de forma passiva. Sobretudo, por não se

⁴⁶ Os exemplos aqui citados se referem às áreas que passaram por um profundo processo de transformação e resignificação dos seus espaços, porém não foram escolhidos ao acaso. Como veremos no capítulo seguinte, um importante empreendimento localizado na área escolheu justamente esses nomes para suas torres residenciais.

tratarem de práticas cotidianas (espaciais e sociais) que estão de acordo com o conjunto de ações legitimadas, baseadas em relações sociais hegemônicas de poder e dominação.

4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Este capítulo trata das principais características do uso e ocupação do solo a partir de duas perspectivas distintas. No primeiro item, “Dinâmica imobiliária de apropriação e dominação do espaço urbano”, tratamos do uso do solo pela perspectiva dos agentes imobiliários. Com isso, são investigadas as ações e práticas realizadas por esses agentes, considerando o contexto nacional do período analisado. No segundo item, “Práticas insurgentes e dinâmica popular de resistência e construção dos comuns básicos”, são evidenciadas e analisadas as práticas espaciais insurgentes das comunidades de baixa renda que ocupam os assentamentos precários, a partir de dados coletados em documentos e da realização de entrevistas com representações de movimentos sociais e entidades que atuam diretamente nestas comunidades. Assim, o capítulo se propõe a apresentar as manifestações territoriais das práticas espaciais e as relações entre distintos agentes sociais em situação de divergência de interesses.

4.1 Dinâmica imobiliária de apropriação e dominação do espaço urbano⁴⁷

Este item aborda as principais transformações imobiliárias que aconteceram entre 2007 e 2016 no IV Distrito. A diferença entre o recorte temporal dos dados coletados para este item e o da pesquisa (2010-2021) justifica-se pela compreensão de que alguns processos anteriores a 2010 são importantes para o entendimento da dinâmica imobiliária de dominação no espaço urbano. É importante não perder de vista o contexto nacional, político e econômico em que tais acontecimentos estão inseridos.

A partir disso, observa-se que, apesar do reconhecimento da função social da propriedade pela Constituição de 1988, o Brasil passou por uma séria crise financeira no final dos anos 1980, restringindo as possibilidades tanto no âmbito de uma agenda desenvolvimentista, quanto na ampliação de investimentos no setor imobiliário. Na esteira das ideias neoliberais implementadas, foram realizadas reformas no modelo

⁴⁷ Este item faz parte do artigo “Dinâmica Imobiliária em bairros adjacentes ao centro de Porto Alegre/RS” aprovado para publicação na Revista Cadernos Metrópole, v.53.

regulador da estrutura de crédito das empresas envolvidas no setor imobiliário. Além disso, a abertura do sistema bancário nacional aos bancos estrangeiros, acatando medidas de instituições internacionais como FMI e Banco Mundial, possibilitou novas formas de investimento no mercado imobiliário (ROLNIK, 2015).

O principal reflexo das novas medidas na atuação do mercado imobiliário e nas políticas habitacionais durante a gestão de FHC, segundo Shimbo (2010), foi a introdução do financiamento direto ao mutuário final, considerado pela autora como fator determinante para a dinamização tanto do setor imobiliário, como da construção civil. Simultaneamente às políticas habitacionais implementadas durante o governo FHC⁴⁸ foi lançado, através da organização não-governamental Instituto Cidadania, o “Projeto Moradia”, coordenado pelo então candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto foi um vislumbre dos programas futuros, elaborados na gestão de Lula (2003-2010).

O Projeto Moradia tinha como objetivo a ampliação do mercado formal para estratos de renda mais baixa, através da liberação de recursos do FGTS para classes de renda média e média baixa. O Projeto destacava ainda a necessidade de facilitar o acesso ao crédito habitacional para essas camadas, além da implementação de mecanismos que baixassem o preço da produção, possibilitando o subsídio à moradia para a população mais pobre. Ponto importante a ser mencionado é a tratativa do projeto pelos organizadores como um “investimento” do Estado, que consideravam sua contribuição para a retomada do crescimento econômico e rápida geração de emprego, através da construção civil, sem exigências de qualificação (SIMBO, 2010).

Uma das principais medidas criadas para estimular o crédito, aprovada em 2004, é a Alienação Fiduciária, Lei Federal n.º 10.391, permitindo que o credor mantivesse a posse do imóvel até a quitação da dívida (FIX, 2011). Shimbo (2010, p. 88) citando Maricato (2005)⁴⁹ aponta que essa medida visava a segurança jurídica e econômica do mercado privado que estava fragilizado devido aos altos índices de inadimplência. A segunda medida criada para estimular o crédito foi a liberação de

⁴⁸ Compreende-se a importância das políticas habitacionais implementadas durante a gestão de FHC, sobretudo para compreensão do cenário nacional, entretanto, dado o tempo e espaço destinado à realização desta pesquisa, optou-se por limitar os esforços de pesquisa no que tange esse tópico.

⁴⁹ MARICATO. E. A nova Política Nacional de Habitação. O Valor, São Paulo, 24 nov. 2005.

recursos da Caderneta de Poupança (SBPE), melhorando a condição de crédito para pessoa física através da redução da taxa de juros e diminuição dos valores de entrada (SHIMBO, 2010). Shimbo (2010) conclui que foi entre os anos de 2007 e 2008 o ápice das contratações com recursos do SBPE, colaborando para o “recente *boom* imobiliário”.

O conjunto de medidas por parte do governo federal alinhado à abertura do capital de incorporadoras na Bolsa de Valores, aproximou o setor imobiliário e o mercado financeiro e criou as condições institucionais e financeiras necessárias para que o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) fosse anunciado em 2009 (SHIMBO, 2010). Foi através do MCMV que as intenções apresentadas anos antes, no Projeto Moradia, foram colocadas em prática. O MCMV foi criado sob liderança da Casa Civil e do Ministério da Fazenda com o objetivo de atacar demandas já existentes de habitação e geração de renda e amenizar os resultados da crise financeira de 2008 (FIX, 2011).

Para Fix (2011, p. 141) o MCMV “articula um problema real social e importante, a falta de moradias dignas, à mobilização conformista do imaginário popular e aos interesses capitalistas”. Para a autora, essa situação ganha força quando se analisa o aumento no número de lançamentos do segmento econômico após 2009. Como exemplo, Fix (2011) aponta para a empresa Rossi, que aumentou de 29% para 48% o número total de lançamentos em 2009 e expandiu sua atuação da cidade originária (São Paulo) para outras capitais, inclusive Porto Alegre, e teve papel importante na dinâmica imobiliária do IV Distrito.

Antes da entrada de empresas ligadas ao mercado imobiliário e financeiro no IV Distrito, algumas ações vinham sendo tomadas na tentativa de amenizar problemas relacionados à infraestrutura e déficit habitacional nos bairros da entrada da cidade, Farrapos e Humaitá. No que se refere à produção de habitação de interesse social, no IV Distrito a captação de recursos para a construção se deu através do Habitar Brasil/BID (elaborado nos governos de FHC e reformulado pelo Ministério das Cidades) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Foi através desses recursos que o Programa Entrada da Cidade (PIEC) foi implementado. O programa, para o qual foram destinados aproximadamente 55 milhões de dólares, contemplou a região Humaitá/Navegantes e teve seu contrato

assinado em 2001 e as obras de Habitação de Interesse Social, infraestrutura viária, valorização paisagística e trabalho social iniciadas em 2005 (PMPA, 2009b).

A população alvo do PIEC era constituída por 3.775 famílias residentes em assentamentos precários localizados na área de intervenção do projeto. Segundo Miron (2008), das famílias cadastradas originalmente, 3.061 foram contempladas com novas unidades habitacionais, 416 tiveram seus lotes urbanizados e 298 famílias receberam infraestrutura em seus lotes.

Miron (2008) faz uma importante avaliação quanto à retenção das famílias locais nos Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS). A autora aponta que apesar das dificuldades de identificar as expectativas não atendidas, entre as razões mais frequentes para a não permanência, estão problemas de adaptação ao projeto, pagamento de taxas de uso e ocupação das unidades habitacionais e problemas relacionados à convivência e segurança. A autora destaca ainda que, a principal fonte de renda da maior parte das famílias residentes em tais empreendimentos é a catação de resíduos e que, para tanto, utilizam carroças, cavalos e carinhos⁵⁰. Com isso, evidencia-se uma disparidade entre os projetos habitacionais e as ações de Geração Trabalho e Renda, pois os projetos arquitetônicos e urbanísticos não estão adequados para abrigar os equipamentos de trabalho, nem os próprios resíduos quando o proprietário trabalha de forma autônoma.

Em observação não participante no Seminário Moradia e Trabalho Digno no Território do 4º Distrito, em 31 de agosto de 2019, foi possível identificar, através de falas de moradores locais, as razões da evasão. Enquanto um dos moradores lamentava a venda de chaves por parte de famílias que haviam recebido unidades habitacionais através do PIEC, foi mencionado que outras famílias ainda aguardavam recebê-las. Outra moradora justificou a venda das suas chaves, alegando não ter espaço suficiente para separar o material reciclável, sua principal fonte de renda, e que o dinheiro adquirido com a venda possibilitou que uma de suas filhas não abandonasse os estudos. Entretanto, conforme os depoimentos dos moradores durante a elaboração dos PPARs (PPAR, 2020b, p. 2), a retomada do PIEC é vista

⁵⁰ Importante lembrar que a pesquisa de Miron é de 2008 e atualmente está em vigor a Lei nº 10.531 que proíbe a utilização de Veículos de Tração Animal.

como um desejo, pois as obras de infraestrutura e construção de loteamentos conferiram melhoria à qualidade de vida e auxiliaram no resgate da cidadania.

Outro ponto já mencionado anteriormente e que se alinha às dinâmicas imobiliárias na região é a implantação da Arena do Grêmio no bairro Farrapos. Como Porto Alegre foi definida como uma das capitais que sediaria a Copa do Mundo de 2014, uma série de projetos de reestruturação urbana foram propostos em 2007 para região Humaitá/Navegantes. Foi neste contexto que o projeto da Arena foi aprovado junto aos órgãos reguladores enquanto projeto de caráter excepcional, justificado por seu potencial para agregar valor à cidade.

O complexo esportivo foi inaugurado em 2012 e está localizado nas imediações dos EHIS implantados pelo PIEC. Betânia Alfonsin (FMP, 2021), em evento virtual realizado pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Fundação Superior do Ministério Público, com apoio do Ministério Público/RS e veiculado pelo Canal da FMP, observa que a seu ver as aprovações que ocorreram no âmbito da Copa do Mundo de 2014 foram contraproducentes. Betânia acredita que a situação foi uma oportunidade perdida, considerando as negociações que poderiam gerar contrapartidas à altura dos empreendimentos aprovados, em sua perspectiva houve renúncia de receita nesses casos (FMP, 2021).

O projeto da Arena prometia, além do complexo esportivo, um conjunto habitacional composto de sete torres com área aproximada de 78.500m², um centro empresarial de 439.000m², um shopping, um centro de eventos e um hotel. Uma notícia veiculada em jornal local, em 2019, informa que cinco das sete torres ainda não receberam o habite-se da Prefeitura do Município e o mérito da certidão será analisado pela 4^a Vara da Fazenda Pública após firmado o acordo que envolve as obras do entorno da Arena (FARINA, 2019).

O acordo preliminar, que visa garantir que medidas compensatórias e mitigatórias sejam executadas, foi firmado em 16 de dezembro de 2020 (processo n. 001/1.13.0012134-4) e apresentado em coletiva no dia 17 de dezembro de 2020. No acordo, considera-se que o município é credor, assim como o Ministério Público do Rio Grande do Sul, das obrigações advindas dos impactos urbano-ambientais causadas pelo empreendimento e que, dessa forma, não se responsabilizará por obras subsidiárias. As obras a serem realizadas serão a rotatória e a Av. A.J. Renner;

a Av. Padre Leopoldo Brentano e Rua José Boéssio; a construção para o 11º BPM e construção da EBE. Desta forma, ficou acordado que as cartas de habitação do Condomínio Liberdade I serão liberadas após o início concreto das obras viárias, enquanto as cartas de habitação do Condomínio Liberdade II estão condicionadas ao cumprimento das obras (MPRS, 2020).

Apesar dos impasses atuais envolvendo o desfecho das obras do empreendimento, o complexo esportivo da Arena, após o anúncio de sua execução, foi utilizado como isca para novos empreendimentos a partir da ideia de valor agregado que as obras trariam para a área, impulsionando o potencial especulativo imobiliário. Como apresentado no panorama nacional anteriormente, aquele período, entre 2004 e 2008, era favorável ao mercado financeiro e imobiliário e, segundo Shimbo (2010, p. 117), houve estabilização e crescimento da economia brasileira e aumento do poder de consumo da população. Isso se deu em decorrência do melhoramento das possibilidades de crédito para pessoa física e do consequente aumento na demanda habitacional que foi amortecida pelo mercado.

Ainda que as torres habitacionais que fazem parte do projeto da Arena, em conjunto com o estádio e as obras de infraestrutura urbana e acessibilidade, não estejam ocupadas, a conclusão da execução desta obra, compôs um cenário de alto contraste em relação às comunidades de baixa renda pré-existentes na área. Para Contassot e Strohaecker (2017), é necessário considerar que grandes investimentos em melhorias urbanas também são responsáveis por conferir novos valores de uso e de troca ao território. Nesse sentido, os autores apontam que, frequentemente, a população residente em assentamentos precarizados em áreas para onde estão sendo destinados investimentos para melhorias urbanas é removida mediante indenização. Porém, na maioria das vezes a indenização concedida é insuficiente para adquirir um imóvel nas imediações do local de origem. Outra situação recorrente é o cerceamento e a inviabilização de acesso à serviços básicos, impossibilitando a permanência na comunidade.

Na dinâmica apresentada por Contassot e Strohaecker (2017), grupos dominantes representados em grande escala pelo setor imobiliário, exercem práticas espaciais de dominação do espaço, excluindo, conseqüentemente, a população pobre. O fechamento de equipamentos públicos, como mencionam os autores,

também é uma forma de tensionar a saída dos moradores da comunidade. Nesse sentido, quando retomamos a seção “Proposta para o Futuro” elaborada no PPAR (2020b), verificamos a concretização desse cenário: em toda RP2 só existe uma Unidade de Pronto Atendimento, localizada no bairro Anchieta. Além disso, a UBS localizada na Av. Pres. Franklin Roosevelt e Av. Sertório encontra-se subutilizada, com diversas salas vazias, enquanto a população é encaminhada para pontos de atendimento distantes da residência.

Além dos já mencionados problemas de saneamento e drenagem, existe também a luta constante para que as escolas das proximidades das comunidades não sejam fechadas e a dificuldade de acessar creches próximas às residências (PPAR, 2020b). As evidências trazidas pelo PPAR (2020b) vão em direção às observações de Contassot e Strohaecker (2017). Nesse sentido, a ausência de manutenção de equipamentos públicos pode ser vista como uma prática espacial do próprio Estado, que cria as condições para que se dê o processo de desterritorialização da população pobre em territórios em vias de re-territorialização.

A dificuldade de acesso aos serviços básicos e as difíceis condições de conciliar uma rotina de trabalho doméstico e reprodutivo, através de creches e geração de renda próxima à residência são uma das faces perversas que revelam a exclusão social já imposta nos novos espaços criados, alheios aos espaços de moradia existentes. Em 2013, um incêndio de origem não confirmada deixou marcas severas no já existente contraste entre a Arena e seu entorno. Aproximadamente 90 famílias foram atingidas pelo incêndio na Vila Liberdade, a poucos metros do estádio. Segundo o Relatório desenvolvido pelo Conselho Estadual de Direito Humanos (CEDH-RS, 2019) as famílias foram destinadas a casas de passagem construídas nos moldes de “casas ecológicas”, que teriam durabilidade máxima de cinco anos, passado esse prazo algumas famílias passaram a receber o aluguel social no valor de R\$500,00 e seu cancelamento promoveu o retorno das famílias ao local de origem.

Em agosto de 2019 outro incêndio ocorreu, segundo informações do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, sendo causado pela falta de infraestrutura e ligações sem aval da concessionária, destruindo pela segunda vez a casa de alguns moradores (ISAÍAS, 2019). Ainda segundo o relatório do CEDH-RS, atualmente 200 famílias vivem na vila liberdade, a composição familiar não foi divulgada,

impossibilitando precisar o número de pessoas residentes na localidade. Destas, muitas não possuem cadastro junto ao Departamento Municipal de Habitação, e, portanto, não possuem garantia de que receberão resposta à sua demanda habitacional.

Figura 21 - Incêndio Vila Liberdade em 2013



Fonte: Agencia RBS (2013). Foto: Luis Armando Vaz.

Em confluência com os processos relacionados à chegada de um empreendimento como a Arena, à narrativa vigente de transformação e ao cenário nacional favorável ao mercado imobiliário – onde empresas de capital aberto foram potencializadas a partir de 2007, segundo Shimbo (2010) – o território passou a ser alvo de incorporadoras que visavam o lucro através de produtos imobiliários que atendessem as demandas da camada de renda média e média baixa (SHIMBO, 2010).

Novos empreendimentos começaram a ser lançados no território, sobretudo a partir de 2009, em sua maioria produtos das incorporadoras Rossi Residencial S/A e MRV. As duas empresas possuem capital aberto, sendo a Rossi de capital aberto na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde julho de 1997 e a MRV desde julho de 2007, momento em que houve um pico de Oferta Pública de Aquisição (OPA), segundo Shimbo (2010). Das vinte e cinco empresas listadas na Bovespa no segmento de construção civil em 2009, cinco abriram o capital entre 1995 e 2005

enquanto as outras vinte, entre 2006 e 2007 (SHIMBO, 2010). Para Fix (2010) a abertura de capital foi um meio de captar recursos para a expansão e, de fato, muitas empresas expandiram a área de atuação e seu capital nesse período.

A MRV iniciou sua atuação nos anos 1970 e mantinha suas ações concentradas exclusivamente em "Empreendimentos Residenciais Populares", a faixa de preço das unidades variava em torno de R\$ 41,5 mil e R\$ 220 mil, atendendo à população com faixa de renda de 3 a 17 SM. Até 2008 a empresa ainda não atuava em Porto Alegre, mantendo seus negócios em MG (Estado de origem), DF, SC, PR, ES e Interior de SP, São Paulo (Capital) e na região metropolitana (SHIMBO, 2010). Contudo, entre 2007 (ano em que abriu seu capital) e 2010, a empresa aumentou seu faturamento trimestral em quase 10 vezes, segundo Fix (2010). Apesar da entrada da empresa em Porto Alegre ser posterior à incorporação iniciada pela Rossi S.A., que em 2009 já atuava na capital, considera-se importante citar a contribuição da MRV para a dinâmica imobiliária da área. Sobretudo por figurar junto à Rossi e outras relevantes empresas de construção civil do país que não atuaram em Porto Alegre, grandes beneficiadas do ciclo de abertura de capitais, intensificando suas atividades e aumentando seus lucros através da venda de unidades habitacionais do segmento econômico.

No tocante à Rossi S.A., a empresa foi uma das primeiras a ofertar a aquisição pública de suas ações, tanto na BM & FBovespa, quanto na American Depositary Receipt (ADRs) na Bolsa de Nova York e ainda na década de 1990 identifica a carência de financiamento imobiliário destinado ao segmento econômico; nessa época a empresa lança o "Plano 100" (1992), o "Vida Nova" (1996) e o "Vila Flora" (1999)⁵¹, sendo o Vila Flora modelo aplicado no bairro Humaitá.

Se torna imperativo observar que a demanda de moradia atendida pelo segmento econômico, nicho explorado pelas incorporadoras, não corresponde ao déficit de moradias do país. Shimbo (2010) aponta que, apesar da conveniência em confundir habitação de interesse social com "habitação social de mercado", nos termos da autora, o déficit habitacional brasileiro corresponde em maior parte à população com renda familiar de até três salários mínimos (SM), enquanto a

⁵¹ Rossi Residencial. **História, Linha do Tempo Rossi**. Disponível em: <<https://www.rossiresidencial.com.br/historia-linha-do-tempo-rossi.php>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

população na faixa acima de cinco SM representa apenas uma pequena parcela do déficit. Entretanto, é justamente a faixa de cinco SM que apresenta maior retração do déficit através do seguimento econômico de mercado (SHIMBO, 2010).

No que se refere ao IV Distrito os novos produtos imobiliários do segmento econômico estão localizados em sua maioria no bairro Humaitá, nas proximidades do Parque Mascarenhas de Moraes. A descrição do parque aparece no site de divulgação do Condomínio Rossi Flora, junto a detalhes dos apartamentos e do condomínio. O que à vista grossa pode parecer apenas uma descrição do entorno se transforma em captura do território e colonização do espaço, nos termos de Rolnik (2019), sobretudo quando adicionados o recorrente risco de cercamento e privatização de bens públicos.

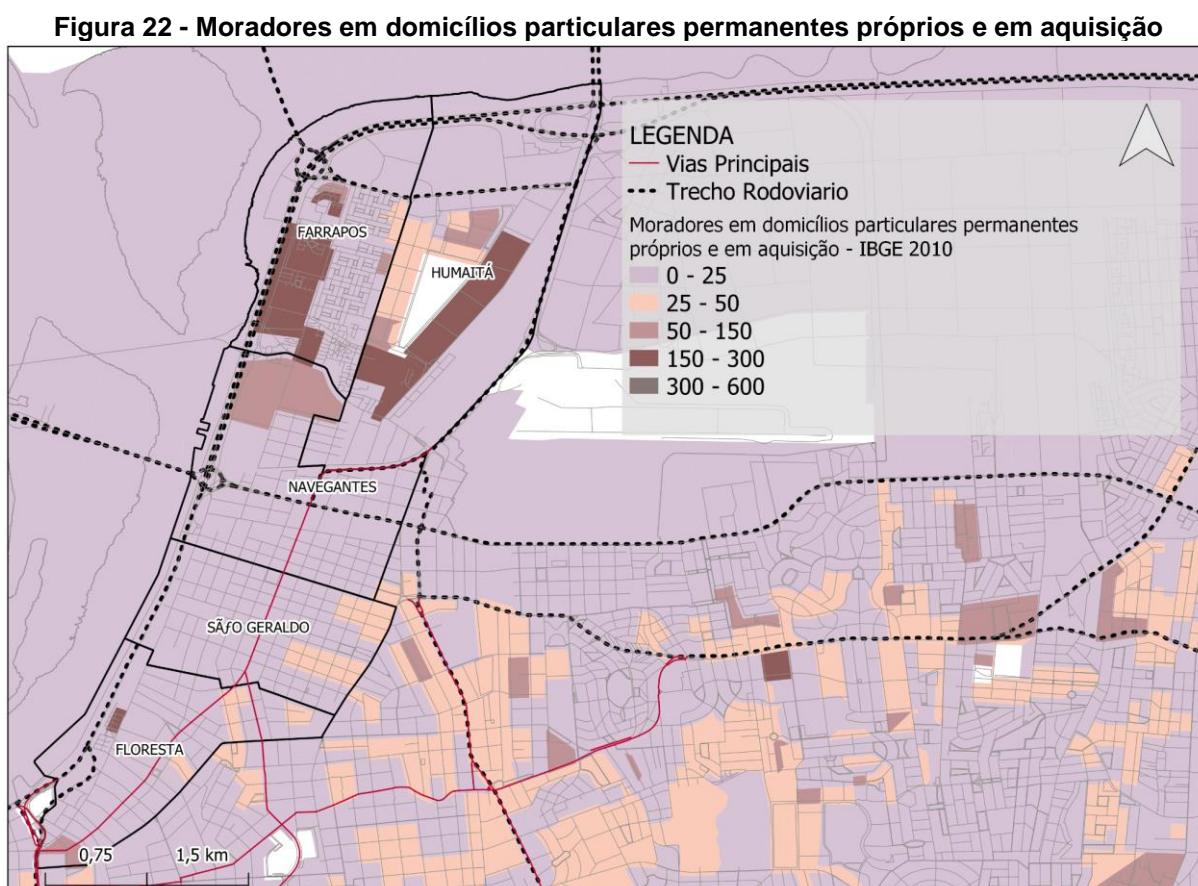
Os produtos imobiliários oferecidos no Bairro Humaitá são predominantemente condomínios residenciais verticalizados que contam com *playground*, piscina, portaria 24 horas, área de lazer e recreação; conforme anunciado no site Rossi Residencial⁵². Os atributos de tais empreendimentos, aliados à descrição das amenidades do entorno e sua localização privilegiada do ponto de vista da acessibilidade, são típicos de novos produtos imobiliários da cidade: grandes terrenos, disponíveis em antigas áreas industriais, consideradas propícias para a construção de novos empreendimentos, pois viabilizam a rápida incorporação e aumentam as possibilidades de valorização do espaço (PÁDUA, 2015). Pádua (2015) ainda destaca que a transformação desses espaços está vinculada ao apagamento da memória das antigas atividades. Entretanto, no território de análise desta pesquisa, a estratégia se dá pela apropriação da memória enquanto patrimônio, que confere ao espaço a valorização a partir do capital simbólico da cultura, conforme argumenta Arantes (2013), especialmente nos bairros São Geraldo e Floresta, conforme veremos a seguir.

Tais produtos imobiliários são construídos alheios aos espaços de moradias já existentes no entorno, enquanto os atributos dos empreendimentos, listados anteriormente, são exaltados pela lógica que reforça o cidadão como consumidor do espaço de moradia. Diminuindo, assim, as possibilidades de se estabelecer relações

⁵² Rossi Residencial. **Imovéis a Venda, Porto Alegre/RS - Rossi Flora**. Disponível em: <<https://www.rossiresidencial.com.br/imoveis/a-venda/rs/porto-alegre/humaita/rossi-flora/201>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

com pessoas de fora do núcleo de convivência e consumo constituído em um condomínio fechado, uma vez que todas as atividades de recreação e lazer são centradas em um único espaço privado, aumentando a autosegregação.

Ao atribuímos ao território dados referentes ao valor do rendimento nominal médio das pessoas responsáveis e aos moradores em domicílios particulares permanentes próprios e em aquisição (IBGE, 2010), percebemos o contraste entre as áreas de ocupação intensiva de incorporadoras em relação aos assentamentos precarizados e os EHIS realizados pelo PIEC. Ao analisar os dados referentes à moradia permanente nos bairros Farrapos e Humaitá, percebe-se a maior incidência de domicílios próprios justamente nos setores correspondentes aos EHIS, à esquerda da Figura 22; e nos empreendimentos da MRV e Rossi, à direita da mesma figura, no entorno do Parque Mascarenhas.



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

Por outro lado, se observados os dados referentes ao rendimento nominal médio, é possível verificar que boa parte da população residente na área

correspondente aos EHIS possui renda média de até dois SM⁵³, enquanto no seu entorno o rendimento chega a cinco SM. Já na gleba que representa a área em que estão localizados os empreendimentos imobiliários do segmento econômico o rendimento médio é a partir de oito SM. Ainda no que se refere aos rendimentos, e tendo como referência outros bairros da cidade de Porto Alegre, o trecho citado é compatível à áreas consideradas nobres pelo mercado imobiliário — Moinhos de Vento, Rio Branco, Petrópolis, Boa Vista, Mont'serrat, Três Figueiras e Chácara das Pedras. Na Figura 23 é possível verificar o contraste entre os setores que correspondem a meio SM até cinco SM (mapa à esquerda) e as áreas com rendimento acima de cinco SM (mapa à direita).

Figura 23 - Rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento)



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

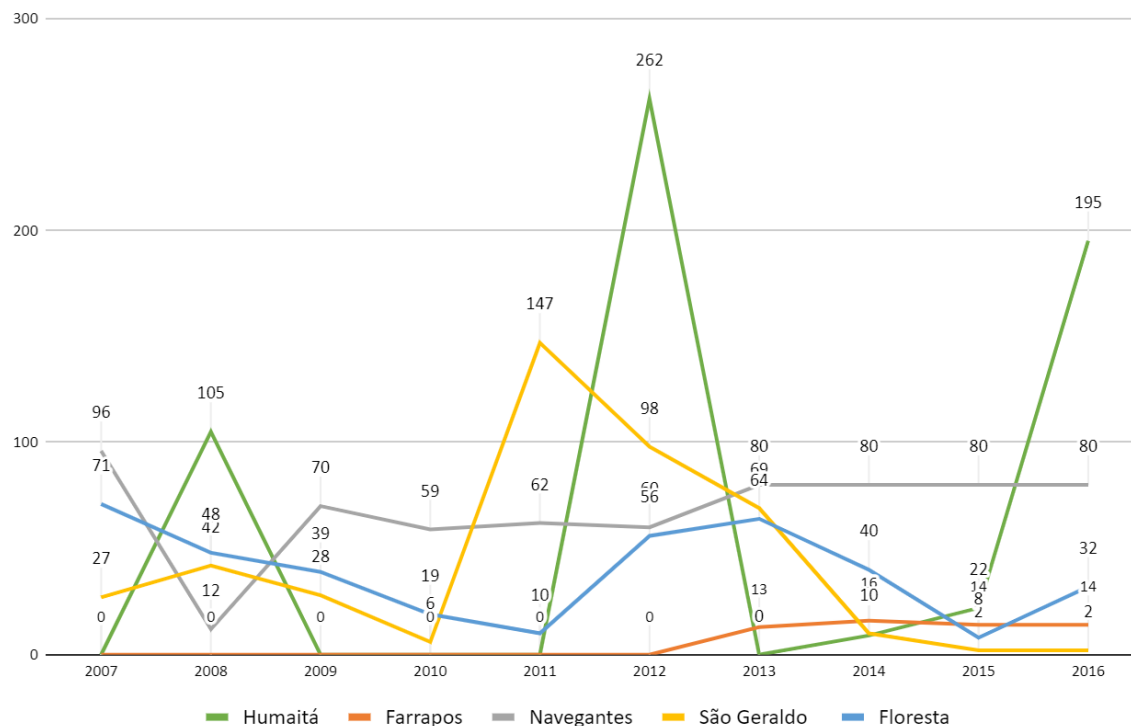
⁵³ Para referência de cálculo foi utilizado o salário mínimo em vigência em 2010, ano em que foi realizado o censo de 2010, utilizado como base de dados.

Apesar dos dados censitários ilustrarem o contraste na área de localização dos empreendimentos habitacionais, a atualização censitária programada para ser realizada em 2022 pode trazer novos contornos. É possível dizer isso, particularmente, pela inserção das unidades habitacionais referentes ao condomínio Liberdade I e II que fazem parte da Arena do Grêmio. Além desses, em 2010 boa parte dos empreendimentos que hoje estão localizados nas proximidades do Parque Mascarenhas de Moraes estavam em fase inicial de execução, conforme observado em imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth. Os imóveis localizados na área em 2010 são condomínios horizontais com casas de 69 a 180m² aproximadamente, destoando dos condomínios verticais predominantes atualmente na região.

De acordo com dados coletados no Censo do Mercado Imobiliário de Porto Alegre de 2007 a 2016⁵⁴, os novos imóveis são compostos por apartamentos, na maior parte de dois ou três dormitórios com área de 45 até 100m². O Gráfico 01, apresentado abaixo, mostra a variação de imóveis habitacionais e comerciais disponíveis para venda por bairro.

⁵⁴ Não foram realizados Censos Imobiliários pelo SINDUSCON-RS desde 2016.

Gráfico 01 - Distribuição do número de novos empreendimentos comerciais e residenciais (tipo apartamento) em oferta por bairro - 2007/2016



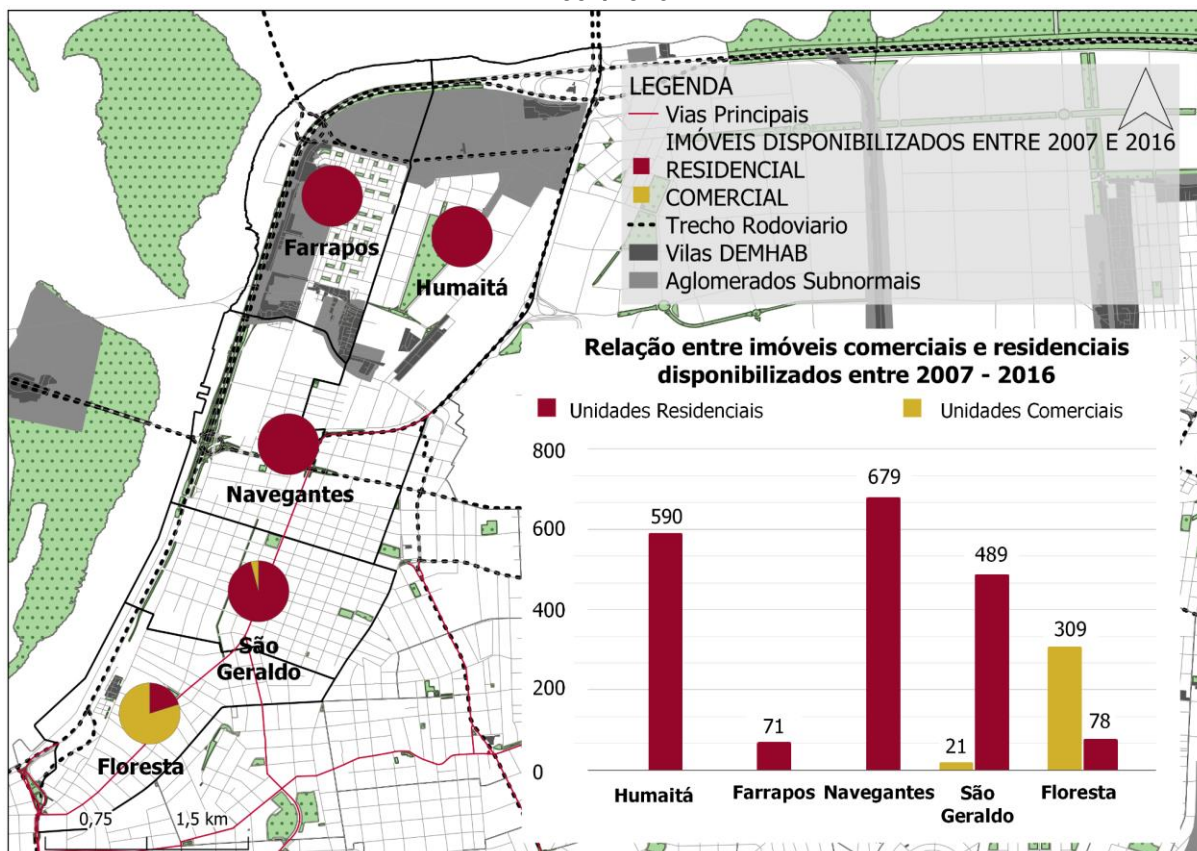
Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

A partir do gráfico 01, pode-se observar que: i) Os bairros Farrapos e Humaitá se mantiveram sem novos produtos disponíveis para compra nos anos de 2007, 2009, 2010 e 2011; ii) Em 2008 o bairro Humaitá apresenta cento e cinco unidades, em 2012 duzentas e sessenta e duas e a partir de 2014 se manteve ofertando unidades até apresentar o pico, em 2016, de cento e noventa e cinco unidades; iii) Enquanto o bairro Farrapos se manteve sem unidades ofertadas até 2013, quando passou a apresentar pouco mais de uma dezena de unidades por ano. No que tange o bairro Farrapos, vale destacar que a maior parte dos EHIS construídos pelo PIEC está localizada nele, além de diversos assentamentos precarizados e em situação indefinida. Com isso podemos pressupor que a baixa incidência de novos produtos pode estar relacionada às áreas HIS que já foram regularizadas, o que dificulta a remoção e diminui a atração do mercado por se tratar de uma área que não pode ser incorporada em grande escala e sim de forma fragmentada. Por outro lado, os assentamentos precarizados ainda existentes na região sofrem com o frequente tensionamento através de medidas judiciais e de reapropriação de posse, despejo e

reassentamento em áreas distantes do local de origem, como será discutido no item 4.2.

Os bairros São Geraldo e Humaitá, de acordo com o Gráfico 01, apresentam os maiores picos de disponibilidade de imóveis; enquanto no bairro Navegantes existe uma estabilidade representada por platôs. O bairro Floresta, por sua vez, apresenta uma peculiaridade em relação aos demais: 79,84% dos imóveis disponibilizados para venda entre 2007 e 2016 são identificados como salas comerciais ou lojas. Na Figura 24 é possível verificar que o bairro é o único que apresenta uma porcentagem alta de unidades comerciais disponíveis, enquanto outros possuem uma variação de 0% (Farrapos) até 4,62% (São Geraldo) em relação ao número total de novos empreendimentos – comerciais e residenciais.

Figura 24 - Relação entre unidades habitacionais e comerciais em oferta por bairros - 2007/2016



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

O contraste existente entre o bairro Floresta e os demais bairros do IV Distrito aqui analisados não se resume à oferta de imóveis. O número maior de empreendimentos comerciais pode estar atrelado a outros quesitos, como a proximidade ao centro histórico e ao bairro residencial de alta renda Moinhos de Vento, segundo Campos, Tavares e Marx (2021). Conforme observado por participantes das oficinas realizadas pelo PPAR (2020a) a proliferação de prédios comerciais na região foi apontada como uma transformação recente. Essa transformação se opõe aos relatos de prédios vazios ou para alugar na região, que verificam uma baixa demanda por imóveis comerciais, e pode estar relacionada a um processo de especulação imobiliária. Outra observação feita pelos moradores participantes das oficinas do PPAR é que a ocupação dos imóveis disponíveis poderia ocasionar um aumento dos aluguéis, acarretando um processo de gentrificação.

Quanto ao receio dos moradores de que o bairro seja alvo de um processo de gentrificação, em uma pesquisa rápida pelos jornais locais identifica-se o discurso que objetiva estimular a possibilidade de reestruturação do IV Distrito e a reconversão econômica através da economia criativa. É destacada como principal empecilho para a potencialização da vocação inovadora e criativa do distrito, a circulação de pessoas em situação de rua, profissionais do sexo e a proximidade de centros de reciclagem. Uma reportagem veiculada em 2017 no jornal GZH acerca da Rua Paraíba, localizada no bairro Floresta e próxima ao Condomínio Santa Terezinha, conhecido também como Vila dos Papeleiros, traz como título a frase: “Esta rua poderia ser a mais bonita da cidade. Saiba porque não é.”.

Segundo moradores entrevistados pelo GZH (2017), os problemas envolvendo usuários de drogas e profissionais do sexo não são recentes, mas a vinda de triagens para a região trouxe um novo tópico para a pauta de discussões. O texto da reportagem em si traz à tona as diferenças entre os centros de reciclagens localizados na rua. Enquanto a Cooperativa Mãos Unidas Santa Terezinha, onde a maior parte dos trabalhadores é residente dos bairros Humaitá e Restinga, possui cadastro na prefeitura e uma série de regras de trabalho, a Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros (AREVIPA) não possui registro formal junto à prefeitura e contabiliza o maior número de reclamações dos moradores. Para a coordenadora executiva do programa Todos Somos Porto Alegre, as diferenças se dão pela falta de

adesão dos trabalhadores da AREVIPA aos programas de qualificação e orientação de trabalho norteados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (GZH, 2017).

Considera-se que os tópicos tratados na reportagem são urgentes e necessitam da devida atenção, contudo, deve-se ressaltar que ações que promovem o deslocamento da população vulnerável para outras áreas da cidade, distantes do centro e dos olhos, bem como a criminalização de atividades relacionadas com a desordem no imaginário social, estão longe de solucionar problemas relacionados à população empobrecida e marginalizada. Além disso, o título de *rua mais bonita da cidade* não contribui para melhorar a qualidade de vida dos moradores locais, sejam eles estabelecidos ou vulneráveis. Trata-se de um slogan que promove a ressignificação do espaço através da atribuição de valores simbólicos, favorecendo a especulação imobiliária e a mercantilização dos espaços urbanos.

Para Souza (2019) o poder sobre o espaço urbano também é exercido por grupos e indivíduos por meio de palavras, portanto, para o autor, faz-se necessário refletir sobre as implicações do uso de cada expressão. Souza (2019) observa ainda que discursos heterônomos geralmente estão atrelados a uma visão de sobrevoo, ou seja, uma análise do alto, à distância, e que não leva em consideração de forma mais contundente as pessoas reais. O uso de palavras, elementos discursivos, comprometidas com relações de poder estruturalmente assimétricas preestabelece necessidades, constrói narrativas e acentua relações de disputa inseridas em um discurso de poder e contrapoder.

A partir das colocações de Souza (2019), pode-se considerar que títulos como o da reportagem realizada pelo GZH (2017) vista anteriormente, conduzem a uma narrativa que ajuda a construir uma necessidade. Assim, a Rua mais bonita da cidade se torna uma necessidade no imaginário coletivo que está de acordo com uma política de *"image-making"*, usando os termos de Arantes (2013). Com isso, o que se apresenta é uma cidade-mercadoria que é apresentada a partir de "vantagens" que se moldam aos indivíduos ou coletivos imaginados. Nessa lógica, ações e práticas espaciais territorializantes são autorizadas e legitimadas ou não, considerando a sua capacidade de se alinhar às práticas heterônomas.

Quando se trata das práticas cotidianas de indivíduos e grupos insurgentes⁵⁵ — que através de percursos diários e relações sociais e espaciais estabelecidas constroem territorialidades — fica evidente a tensão para que seus territórios sejam dominados por práticas hegemônicas. Tomando como exemplo os catadores, e guardadas as diferenças entre o trabalho de galpão, de rua, informal ou formal, Fuão (2015, p. 67) traz à tona a relação entre a desordem, característica do universo do lixo e também representativa do abandono, e o imaginário da sociedade.

O mais curioso, contraditório e paradoxal é que associamos a desordem a quem realmente trata de ordenar o material, atirando fora, inclassificável ecologicamente. Quando, na verdade, quem desordena o mundo é quem produz o lixo. O que os catadores fazem é domesticar a desordem produzida pela devoração da sociedade consumista, pela sociedade do desperdício. No imaginário da sociedade, porém, ao se aproximarem do lixo, ao se estabelecer uma relação simbiótica entre eles, ao se apropriarem do lixo, é como se apropriaram do mal, do execrável, do escatológico, formando um par perfeito. A desordem da desordem, livrando assim, e, de certa forma, escamoteando a culpabilidade de quem a produziu. Ora, no fundo do imaginário da sociedade está sedimentado que: quem produz o lixo é quem mora na periferia, quem esparrama o lixo por todos os lados são os selvagens periféricos.

Corroborando as colocações de Fuão (2015) está em curso na cidade de Porto Alegre uma movimentação que visa, por meio de vias legais, criminalizar as práticas cotidianas vinculadas ao trabalho de catadores, sobretudo dos trabalhadores que não se adaptam aos galpões.

Em observação não participante ao seminário “Moradia e Trabalho Digno no Território do 4D”, realizado no dia 31 de agosto de 2019, os catadores denunciaram as dificuldades de regularizar os galpões de reciclagem. Dificuldades provenientes da falta de recurso financeiro para se adaptarem aos requisitos necessários para a obtenção das licenças. Os moradores presentes no evento ressaltaram também que o número de galpões informais é superior ao número de unidades conveniadas, não sendo possível precisar sua quantidade exata. O número de carrinheiros informais que trabalham nas ruas e não se adaptam aos galpões, tendo vínculo apenas com pontos de entrega, também é difícil de ser apontado. Na lista apresentada pelo DMLU,

⁵⁵ Para James Holston (1996), insurgente se refere a novas ou outras fontes de cidadania que buscam a afirmação de sua legitimidade e que constituem espaços que não são absorvidos pelas metropolitanas autorizadas e nem por elas liquidadas.

das dezesseis Unidades de Triagem cinco estão localizadas no IV Distrito. Sendo uma dessas no bairro Navegantes, a UT Frederico Mentz, Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju – CEAR (PMPA, [s.d.]). Unidade que, segundo relatório desenvolvido pelo CEDH-RS (2019), encontra dificuldades para renovar sua licença junto à prefeitura.

Para os participantes do seminário, as dificuldades de obterem a regularização junto à PMPA não podem estar desatreladas ao preconceito com catadores e ao projeto de criminalização das práticas oriundas da profissão. Em 2013 o então vereador e atual Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), aprovou a Lei nº 10.531, que proíbe a circulação de Veículos de Tração Animal (VTA) na capital, com o argumento inicial de proteger os animais, após uma modificação passou a incluir os Veículos de Tração Humana (VTH). Em 2016 o vereador Marcelo Sgarbossa (PT) conseguiu aprovar um projeto de lei que prorrogou o prazo de circulação de VTH até 2020, atualmente um novo projeto, também de autoria do vereador Marcelo Sgarbossa, está em tramitação na Câmara (Sul21, 2020).

Apesar da Defensoria Pública ter recomendado a prorrogação das atividades à Câmara, a Prefeitura de Porto Alegre vem aplicando multas que variam de R\$ 1.000 a R\$ 7.000, recolhendo o material reciclável e, em alguns casos, os veículos utilizados para transportar os resíduos. As multas e o recolhimento dos veículos estão enquadrados, segundo a prefeitura, no Código Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, instituído em 2014 pela Lei Complementar nº 728. Após a manifestação dos catadores, que aconteceu no dia 31 de maio de 2021, os recicladores foram recebidos no Paço Municipal, ficando acordado que, após serem repassadas informações referentes à quantidade de trabalhadores autônomos, região de atuação e quantidade de resíduos, o DMLU ficará responsável por montar uma proposta para inserir os catadores no sistema regular de coleta (SUL21, 2021). Contudo, a simples autorização de práticas insurgentes, por si só, não é capaz de dissolver os problemas de origem socioeconômica e social: trata-se da urgência de reconhecer e contribuir com cidadanias insurgentes, enquanto formas passíveis de coexistir no espaço urbano.

O que se verifica é que os bairros na extremidade mais próxima ao centro compreendem um padrão de dominação do espaço que se difere da dinâmica

imobiliária identificada, sobretudo, no bairro Humaitá. Próximos ao centro, os bairros Floresta e São Geraldo se alinham à narrativa de reconversão econômica pela indústria criativa, cultural e de atividades de lazer, como bares e casas noturnas voltadas à classe média e média alta. Já na extremidade norte, os conflitos em relação ao uso do solo são explícitos e a transformação no território é marcada pela entrada do PIEC, da Arena e de incorporadoras que visam atender à classe média e média baixa.

Tendo em vista que a lógica de ocupação imobiliária na extremidade norte se deu a partir da implantação da Arena, desencadeando a entrada de novos produtos imobiliários típicos do cenário nacional: condomínios que tem como público alvo a população com rendimentos médios acima de três SM. Nos bairros mais próximos ao centro é possível estabelecer como marco — se não da transformação de forma efetiva, ao menos do discurso que autoriza práticas espaciais heterônomas em detrimento de práticas espaciais insurgentes⁵⁶ — a implantação do edifício residencial Rossi Fiategi. O empreendimento residencial, anunciado em 2009 e inaugurado em 2012, se distingue dos empreendimentos das incorporadoras Rossi e MRV localizados no bairro Humaitá por se tratar de um projeto com propósito, assim como a Arena, de agregar valor e ajudar na ressignificação da imagem do território. Com a promessa de ser um catalisador de revitalização para Porto Alegre e para o bairro São Geraldo, onde está localizado, o empreendimento conta com quatro torres, sendo três residenciais e uma comercial.

As torres residenciais levam nomes que sugerem ao que se propõem. Ao serem chamadas de Soho, TriBeca e Puerto Madero, podemos compreender que o empreendimento está posto como elemento de transição entre o antigo distrito industrial e a área que atualmente visa atrair investimentos para se tornar o “lugar mais inovador da América Latina”. Para além dos nomes alusivos a setores urbanos que passaram por reestruturação urbana (Soho, em Londres; TriBeca, em Nova Iorque e Puerto Madero, em Buenos Aires), o empreendimento localiza-se onde antes

⁵⁶ Entende-se que práticas espaciais heterônomas e aliadas às relações de poder estão sempre em vantagem em relação às práticas espaciais insurgentes. Contudo, como visto no item 3.2, Antecedentes Históricos (1890 - 1970), o período de descentralização industrial e o desinteresse do setor econômico e imobiliário nos anos que seguiram, favoreceram práticas insurgentes de ocupação e uso do solo, bem como a territorialização por suas práticas cotidianas.

ficava uma das mais importantes fábricas da região, a Cia. Fiação de Tecidos Porto Alegre - FIATECI. Sua localização, simbolicamente, remonta à memória dos tempos de ascensão do território: antigos moradores mantêm registros da época em que as fábricas em atividade moldavam a rotina ativa de circulação de pessoas nas ruas e em comércios e serviços auxiliares. Assim, a localização de um empreendimento residencial nas ruínas da antiga fábrica anuncia que a reterritorialização se dará pelas mãos do mercado imobiliário, rompendo com o contexto no qual foi inserido e sugerindo que um novo modo de viver o território surgirá a partir da sua implantação.

Como mencionado, a ressignificação da Imagem do IV Distrito, através da economia criativa, ganha maior projeção nos bairros mais próximos ao centro; nesse sentido, a “vocação” surgiu muito mais da necessidade de a comunidade encontrar alternativas face à negligência do Estado com o território. As práticas comunitárias de apropriação do espaço por meio de ações que promovem a articulação entre artistas, empreendedores e moradores locais se alinham a ações de reestruturação já em curso em diversos lugares do mundo. E com o tempo essas iniciativas comunitárias foram sendo apropriadas pelo discurso de necessidade de revitalização e vocação criativa do distrito. Entretanto, é necessário frisar que nem sempre iniciativas comunitárias possuem intenção de constituir um processo de ressignificação nos moldes do empreendedorismo urbano. Não raro, iniciativas comunitárias que objetivam a construção do comum e a autonomia são dominadas por agentes sociais hegemônicos e, como consequência, acabam sendo prejudicadas com o aumento de aluguéis e outras taxas.

A despeito dos, ainda incertos, resultados do processo em curso de reestruturação do IV Distrito, é necessário mencionar as iniciativas autônomas e comunitárias de outro tipo de morador da área, em especial com viés cultural, utilizadas para atrair investimentos. O que se percebe é a tentativa de homogeneizar o território, invisibilizando agentes sociais vulneráveis, ações e práticas insurgentes através de uma narrativa composta por elementos discursivos. Entre as iniciativas amplamente utilizadas como isca nessa dinâmica, se deu, a partir do reuso do complexo arquitetônico, o hoje chamado de Vila Flores, projetado em 1928 pelo arquiteto José Franz Seraph Lutzenberger, e atualmente administrado pela família

proprietária. A associação cultural aberta a pequenos empreendedores e artistas ligados às atividades da economia criativa está apoiada em quatro pilares: Arte e Cultura, Arquitetura e Urbanismo, Educação e Empreendedorismo Social e Criativo. Além disso, são elaborados trabalhos em colaboração com o Coletivo Ksa Rosa e com o Assentamento 20 de Novembro⁵⁷.

Em 2019, através da Secretaria de Cultura de Porto Alegre, foi inserido no território um novo *ponto* na rede de conexões que visa a estruturação pela interação entre instituições de viés cultural e criativo. O Museu de Arte Contemporânea/RS ganhou uma sede própria em terreno doado pelo Estado, localizado no bairro Floresta, a poucas quadras do Vila Flores. Aqui, quando utilizamos como referência para as relações entre elementos distintos (MAC-RS e Vila Flores) os termos “ponto” e “conexão”, estamos retomando a teoria de Raffestin sobre o conceito de território (1993). Como mencionado no capítulo inicial⁵⁸, o autor utiliza da relação entre pontos no espaço para se referir à constituição de uma malha, onde a distância entre os pontos é formada pela afinidade e interação entre eles.

Com isso, mesmo que não exista uma relação estratégica entre a disposição desses elementos no espaço e que não haja ações em colaboração, apenas a aproximação entre os interesses de tais agentes, dada a natureza de suas atividades e distância geográfica, constrói coletivamente uma territorialidade. Corroborando com a argumentação posta, de acordo com o site Amigos do MACRS a implantação do museu no IV Distrito não é por acaso. A intenção é de que as atividades culturais transcendam a sede e, aos poucos, com a interação da comunidade, transforme o próprio território em um “museu vivo” (AMIGOS DO MACRS, [s.d.]).

Além dos espaços destinados à cultura e à economia criativa, bares e casas noturnas estão se tornando comuns nos bairros Floresta e São Geraldo. Conforme levantamento feito pela Steer Group e já apresentado na Figura 16, a maior parte dos estabelecimentos está concentrada nesses bairros e nas proximidades da Arena. Muitos desses estabelecimentos utilizam as antigas estruturas de galpões industriais e, segundo notícias recentes (WEBER, 2021), mesmo durante a pandemia, os

⁵⁷ As ações consideradas de dinâmica popular, resistência e construção de comuns básicos serão abordadas no item 4.2.

⁵⁸ Item 1.1. Território, Territorialização e Desterritorialização, página 23.

empreendimentos ligados à gastronomia, entretenimento e inovação tecnológica se mantiveram em ritmo crescente. Entre os novos negócios estão uma fábrica-bar de cerveja, e segundo a notícia, o maior Hub privado de inovação do Estado, localizado na antiga fábrica A.J. Renner. O espaço do Hub conta com vinte e dois mil metros quadrados e a escolha do IV Distrito se deu pela localização privilegiada, segundo o CEO do Instituto Caldeira. A reportagem realizada por Weber (2021) também chama atenção para a recorrência com a qual antigos galpões, antigas fábricas e garagens vem sendo ocupados com novas atividades e ainda observa que o público atraído pelos novos empreendimentos comerciais são jovens que costumavam frequentar a Cidade Baixa, mas também a elite que frequenta a Rua Padre Chagas (Bairro Moinhos de Vento) (WEBER, 2021).

Outra característica recorrente entre os novos empreendimentos da área é a forma como os espaços são planejados para instigar o público a publicar fotos em redes sociais, segundo a reportagem de Weber (2021). Esse padrão de comportamento condiciona a maneira como novos espaços, públicos e privados, são construídos dentro de uma lógica de consumo, onde a representação e a autoidentificação de indivíduos e coletividades com espaços e práticas espaciais ajuda a construir uma imagem. Bebendo na fonte de Arantes (2013), torna-se uma imagem que pode fazer parte da construção de uma identidade urbanística. Nos termos utilizados para fundamentar essa pesquisa a construção de uma imagem é fundamental para a afirmação de uma territorialidade.

Entretanto, mesmo com a crescente concentração de negócios nos bairros, os novos empreendedores se deparam com problemas antigos da região: alagamentos, falta de manutenção pública e insegurança. Segundo informações obtidas pela reportagem através da assessoria de imprensa da prefeitura de Porto Alegre, a prefeitura pretende apresentar um – novo – programa de revitalização do Distrito ainda no segundo semestre de 2021. Ainda segundo nota da prefeitura, a gestão de Sebastião Melo tem interesse na revitalização da área e assumiu um compromisso com o distrito (WEBER, 2021). Ademais, a quantidade de projetos e estudos desenvolvidos nos últimos anos, para o mesmo setor da cidade, sem que nenhum tenha sido implantado efetivamente chama atenção.

Maricato (2013) nos lembra da recorrência de “Planos Discursos” no seu artigo “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento Urbano no Brasil”, se referindo aos planos que se transformam apenas em discursos, dada a impossibilidade de ignorar os problemas urbanos e de dedicar orçamento exclusivamente às obras vinculadas à lógica do capital imobiliário. Guardadas as diferenças entre planos urbanísticos para cidades, aos quais a autora se refere, e planos para setores da cidade, como os realizados para o IV Distrito, interessa destacar a colocação da autora:

Não é por falta de planos urbanísticos que as cidades brasileiras apresentaram problemas graves. Não é também, necessariamente, devido a má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. (MARICATO, 2013; P. 124).

Desta forma, parece adequado dizer que assim como apontado por Maricato (2013), não é por falta de planos, projetos e estudos para o IV Distrito que esse setor da cidade não encontra meios para desenvolver a potencialidade dos seus espaços sem promover a segregação. O que se apresenta, no entanto, é justamente o conflito entre o desenvolvimento dos espaços urbanos pautados na reconversão econômica e o Direito à Cidade, onde indivíduos possuem mais do que a propriedade e sim o direito à vida urbana, conforme apontou Lefebvre (2001) em seus estudos.

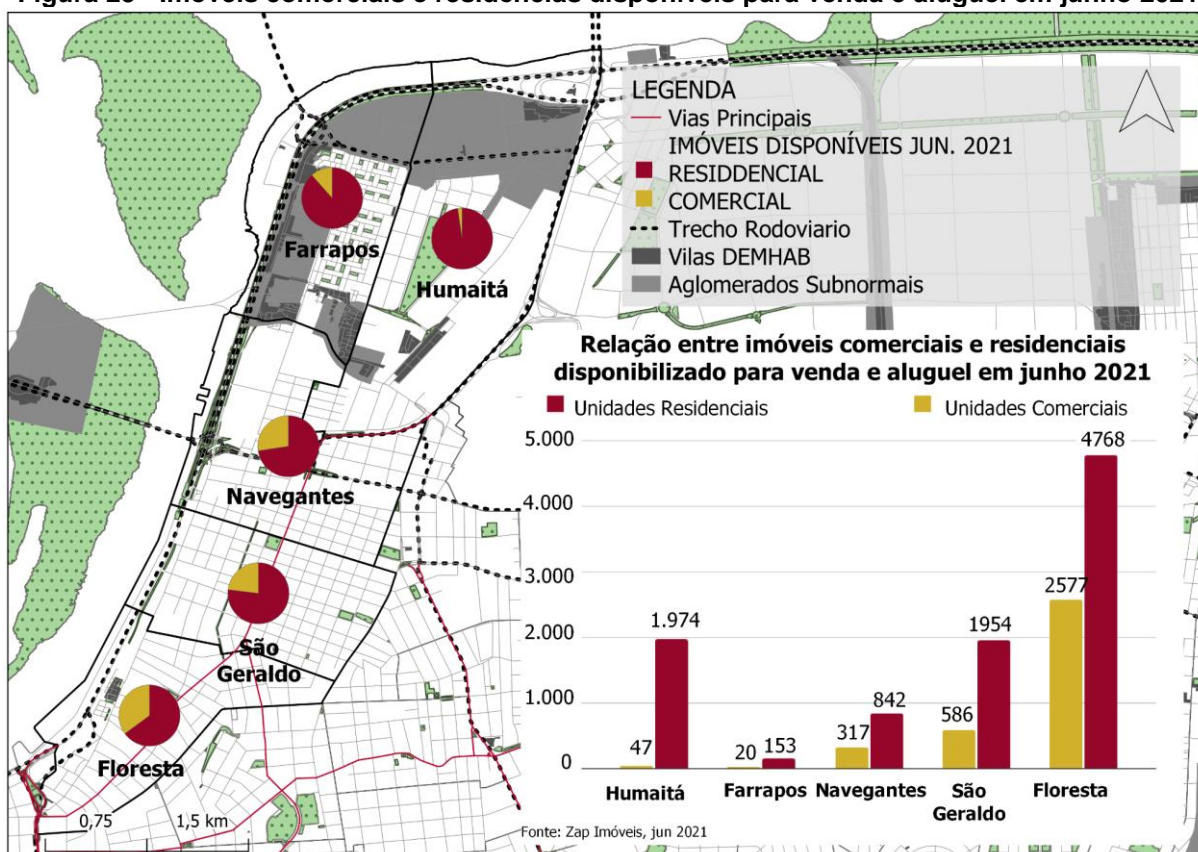
Ainda, considerando a reportagem escrita por Weber (2021), que diz que novos empreendimentos foram abertos nos bairros Floresta e São Geraldo mesmo durante a pandemia, e, com a intenção de confrontar os dados já apresentados, coletados através dos Censos Imobiliários realizados pelo Sinduscon-RS, entre 2007 e 2016, foram coletados dados sobre a produção imobiliária no IV Distrito, através da plataforma Zap Imóveis em junho de 2021, principalmente acerca da disponibilidade de imóveis na área de estudo no período pesquisado. O objetivo da coleta de dados foi verificar quais os desdobramentos da dinâmica entre empreendimentos comerciais e residenciais nos bairros atualmente⁵⁹.

⁵⁹ É importante lembrar que os dados apresentados na Figura 24 são referentes aos imóveis lançados entre os anos de 2007 e 2016, enquanto a coleta realizada através da plataforma Zap Imóveis é referente aos imóveis disponíveis. Sabendo disso, o intuito não é a comparação entre dados de origem

Foi utilizada como base para o cálculo a soma dos imóveis residenciais disponíveis para compra e para aluguel, considerando os seguintes tipos: apartamentos, *studios*, *kitnets*, casas, casas em condomínio, casa de vila, coberturas, flats, terrenos. As fotos de divulgação dos terrenos apresentavam, em alguns casos, edificações industriais remanescentes, galpões degradados que pareciam adequadas ao uso. O mesmo padrão foi identificado nas casas comerciais, nesse caso os galpões apresentaram situação de uso melhor, corroborando o padrão identificado na área de ocupação dessa tipologia para fins comerciais. Além das casas comerciais, foram considerados para compor o indicador residencial, lojas, salões, pontos comerciais, conjuntos comerciais e salas. Com a coleta dos dados apresentados foi possível chegar no Mapa temático apresentado na Figura 25, em que o gráfico pizza representa exclusivamente a relação entre o indicador comercial e residencial em cada bairro. Já o gráfico em colunas, à direita da imagem, apresenta a quantidade de imóveis disponibilizados em cada bairro.

distinta, e sim a verificação da dinâmica atual, visto que o Sinduscon-RS não realiza censos desde 2016, impossibilitando uma comparação entre os períodos.

Figura 25 - Imóveis comerciais e residências disponíveis para venda e aluguel em junho 2021



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

A partir dos dados apresentados na Figura 25, observa-se nos bairros Farrapos e Humaitá há predominância de imóveis residenciais, enquanto os outros bairros possuem uma relação mais equilibrada entre imóveis residenciais e comerciais. Apesar disso, o número de residências disponíveis no bairro Humaitá (1.974) é próximo ao número disponível no bairro São Geraldo (1.954). Já a quantidade de imóveis comerciais mantém o bairro Humaitá com um padrão distinto dos bairros mais próximos ao centro, o que afirma o bairro como uma área predominantemente residencial, configurada a partir do período de ações intensivas das incorporadoras no bairro.

Apesar dos bairros Navegantes e São Geraldo apresentarem números similares de imóveis comerciais — Navegantes, 317 imóveis comerciais; São Geraldo, 586 imóveis comerciais — os dois bairros se distinguem no que se refere aos imóveis residenciais — Navegantes, 842 imóveis residenciais; São Geraldo, 1.954 imóveis residenciais. Lembrando que no bairro São Geraldo está localizado o Residencial

Rossi Fiategi e que outros empreendimentos residenciais podem ter sido lançados na esteira do Fiategi, considerado como um empreendimento de potencial catalisador de revitalização para o IV Distrito.

Quando analisamos os dados referentes ao bairro Floresta verificamos que este apresenta atualmente um número maior de residências disponíveis para venda e aluguel. Contudo, os números dos dois indicadores são significativamente superiores quando comparados aos demais bairros — 4.768 imóveis residenciais; 2.577 imóveis comerciais. O motivo dessa divergência pode estar relacionado à já mencionada proximidade com o centro e com bairros de classe média e alta, absorvendo os excedentes dessas regiões. Enquanto isso, o bairro Farrapos segue tensionado entre os padrões de uso e ocupação do solo apresentados pelos bairros restantes.

Assim, verifica-se a diferença entre os territórios do IV Distrito e também a diferença de abordagem no que tange à dinâmica de dominação e apropriação desse espaço urbano. Nos bairros São Geraldo e Floresta, verifica-se a constituição de uma atividade econômica baseada não apenas na economia criativa, mas também na transformação dos espaços através de um padrão estético, de consumo e comportamento homogêneo. Para Ana Fani Carlos (2015) a construção de um espaço racional-funcional está pautada na valorização de áreas como consequência da substituição do uso e das classes de renda no espaço. Para a autora, esse movimento redefine as relações sociais através das transformações do uso do espaço e da função do bairro na cidade, como consequência a vida cotidiana acaba subordinada à reprodução espacial atrelada a ciclos do capital, o que gera lutas em torno do espaço.

Nessa perspectiva, a des-re-territorialização se constitui, também, através de ações do poder local enquanto agente dominante na organização do espaço. Propostas de Lei que resultam na criminalização de tarefas relacionadas aos catadores e recicladores estão no bojo da desterritorialização higienista. Rolnik (2019) aponta que na experiência concreta das cidades é frequente o uso da violência na “destruição-remoção-erradicação” de espaços em nome da salubridade e da legalidade, associando a esses territórios a falta de segurança e presença de tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. Esse conflito aparece de forma mais sutil nos bairros Floresta e São Geraldo, pois esses apresentam maior capacidade de

adaptação aos ciclos econômicos atuais, diferente dos bairros localizados na entrada da cidade, Humaitá e Farrapos.

Apesar dos bairros Humaitá e Farrapos apresentarem similaridades no que se refere ao seu uso, predominantemente residencial, outros contrastes se manifestam. Enquanto no bairro Humaitá a produção residencial está vinculada ao ciclo de financeirização da habitação, no bairro Farrapos a espacialidade se constitui através da instabilidade contida na categorização de formal/informal, como postula Rolnik (2019). São essas categorizações, segundo a autora, que permitem que bairros inteiros sejam submetidos à subalternização da distribuição de benefícios e infraestruturas urbanas.

No caso do bairro Farrapos, os assentamentos localizados entre os EHIS, realizados através do PIEC e as áreas gravadas como AEIS, suscitam um tensionamento insurgente daqueles que estão excluídos da ordem urbanística dominante, promovendo uma ruptura entre o “autorizado e não-autorizado”. Para Rolnik (2019), foi a demarcação de ZEIS que permitiu que habitantes resistissem às ameaças e remoções em áreas capturadas pela lógica do mercado imobiliário. Diante disso, e de tantos exemplos em que a preparação para receber megaeventos foi utilizada como acelerador de processos de remoções e despejos destacando desigualdades, podemos dizer que os assentamentos localizados no bairro estão apoiados em práticas insurgentes. Rosa (2018, p. 186) acredita que pensar a partir das margens “invisibilizadas, deslegitimadas ou criminalizadas nas narrativas de modernização” é central para compreender o Estado. Para a autora, “as margens” estão permanentemente “disputando a modernidade hegemônica”. A existência e persistências de espaços e cidadanias insurgentes, construídas a partir dessas margens, para Rolnik (2019) desafia os esforços universalistas do planejamento urbano. O próximo item deste capítulo será dedicado a esses espaços e essas ações.

4.2 Práticas insurgentes e dinâmica popular de resistência e construção dos comuns básicos

Considerando as informações apresentadas no item anterior, principalmente no que se refere às diferenças entre os territórios e territorialidades no IV Distrito, este

item tem como objetivo analisar as práticas insurgentes e o tensionamento da “margem ao centro”, nos termos de Rosa (2018). Assim como a autora observa em seu trabalho, este item não tem o objetivo de minimizar ou romantizar lutas e conflitos históricos, enquanto problema urbano e social, e sim apresentar o outro lado do processo de territorialização do espaço: as comunidades não são apenas tensionadas por forças hegemônicas, mas também tensionam através de ações e estratégias de dinâmica popular, comunitária. Como aborda Rolnik (2019), as práticas contestadoras requerem atenção, valorização e a fundamental descolonização do imaginário, para que o ideal de modernização seja superado e novas formas de planejar o espaço urbano possam vir à tona.

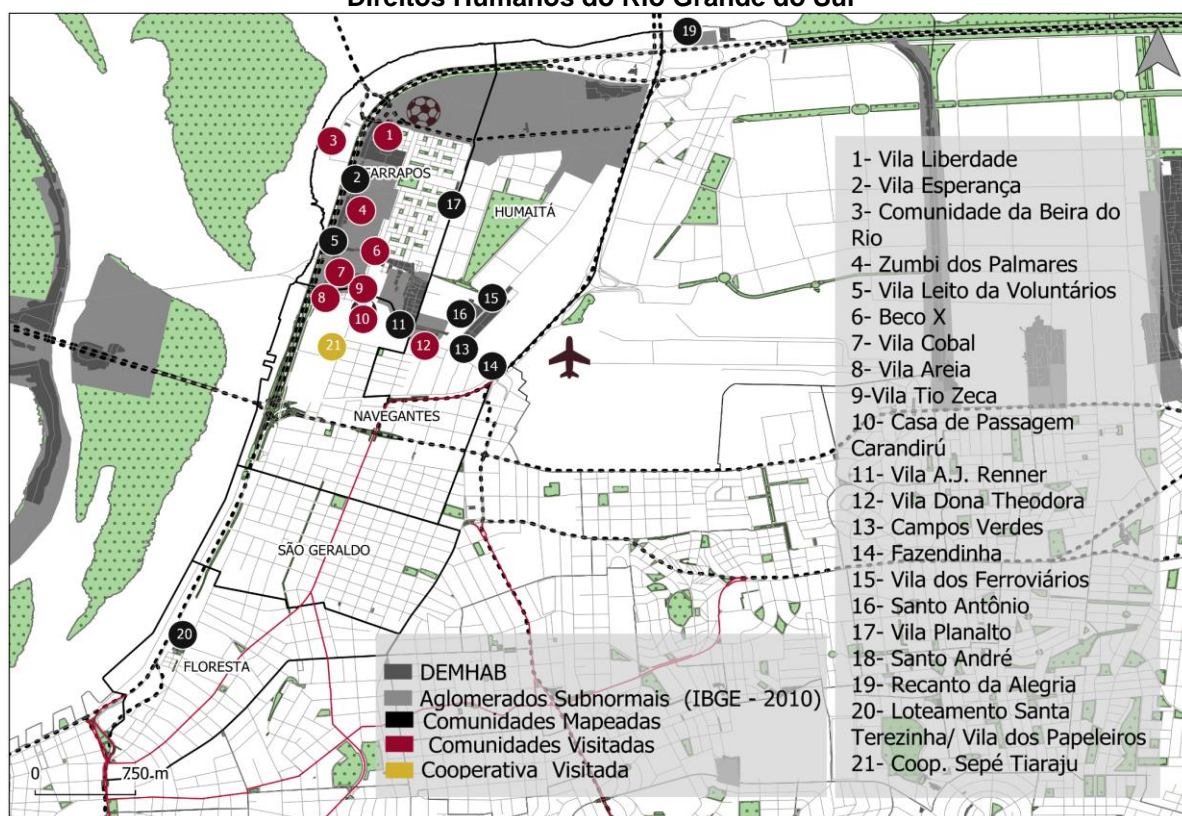
A partir dessa perspectiva se pretende discutir a dinâmica popular de resistência e a construção de comuns básicos. Para tanto, serão consideradas as comunidades, com a Localização apresentada no mapa da Figura 26, mapeadas através do Relatório da “Missão em Defesa Do Direito Humano à Moradia e ao Trabalho Digno nas Ocupações Urbanas na Região do 4º Distrito da Cidade de Porto Alegre/RS”. Segundo o Entrevistado 2, a missão é oriunda de discussões entre o Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES e as comunidades atingidas pelas obras no entorno da Arena, especificamente a obra da Nova Ponte. Através das discussões verificou-se que a demanda não era apenas habitacional, mas relacionada à geração de renda de famílias que ali residem e que majoritariamente estão vinculadas a galpões de reciclagem ou à reciclagem de forma autônoma.

A demanda não era somente a questão habitacional decorrente da obra, mas um legado, digamos assim uma herança histórica de projetos habitacionais ou que não vingaram ou famílias que ainda estavam em casas de passagem há doze anos esperando um projeto habitacional, inúmeras situações além da moradia, incluindo as questões relacionadas ao trabalho. Então foi feita uma missão, uma missão de investigação e denúncia. (E2, em entrevista realizada no dia 06 de agosto de 2021, via Zoom).

O relatório foi realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2019 pelo Conselho Estadual De Direitos Humanos – Comissão De Terra e Território em colaboração com o Centro De Direitos Econômicos e Sociais – CDES; Movimento Nacional De Luta Pela Moradia; Coletivo Cidade Mais Humana; Cooperativa De Educação Ambiental E Reciclagem Sepé Tiaraju – Cear; Comunidade Da Beira Do Rio; Ocupação Zumbi Dos Palmares; Vila Liberdade; Ocupação Cobal; Ocupação Campos Verdes; Arevipa;

Comunidade Do Beco X. O método de abordagem apresentado no relatório consiste em visita, escuta e diálogo com os coletivos, comunidades e pessoas em situação de violação de direitos; visita às autoridades que teriam o dever de garantir os direitos violados; audiência pública.

Figura 26 - Comunidades mapeadas e visitadas conforme relatório elaborado pelo Conselho de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

Anterior à missão de outubro de 2019, foi realizado o Seminário sobre moradia e trabalho digno, no dia 31 de agosto de 2019, na Cooperativa de Reciclagem Sepé Tiaraju. Resultados do seminário foram o mapeamento das comunidades (foram mapeadas 19 comunidades, apresentadas na Figura 26); o levantamento das demandas de moradia e trabalho através da escuta dos moradores das comunidades. E criação de oficinas direcionadas à essas demandas: i) apresentação sobre direitos humanos e moradia, definição de alguns instrumentos urbanísticos importantes para comunidades de baixa renda, tais como: usucapião, concessão de uso e Áreas Especiais de Interesse Social; ii) discussão sobre recentes proibições e ameaças aos carrinheiros, assim como as exigências abusivas nos novos contratos da prefeitura e

do DMLU para as cooperativas. Durante o Seminário, foram ouvidos aproximadamente onze moradores de comunidades distintas, que relataram suas experiências de trabalho e moradia no IV Distrito.

Guardadas as particularidades das experiências pessoais de cada um dos participantes que se dispuseram a expor suas histórias, foi recorrente o relato sobre o sentimento de incerteza acerca da situação em que se encontram, algo possivelmente já vivenciado pelos moradores que ocupam a área há mais de trinta anos. A contínua condição de instabilidade destas comunidades atravessa décadas, entre ordens de despejos, reassentamentos e ocupação de espaços públicos e privados. Outro ponto abordado pelos moradores é a defasagem entre os cadastros realizados pela Prefeitura e o índice de crescimento populacional das comunidades. Com isso, mesmo que algumas famílias recebam uma solução habitacional, a demora com que essas soluções são apresentadas faz com que o número de famílias em situação de vulnerabilidade seja amplamente superior ao número cadastrado pela prefeitura municipal.

No que diz respeito às demandas de trabalho, a maior parte dos moradores presentes no seminário possuíam como única fonte de renda a reciclagem. Nesse sentido, as denúncias dos moradores se direcionaram à perseguição que trabalhadores formais e informais vem sofrendo, especialmente através da Lei nº 10.531, já citada anteriormente.

Os relatos e denúncias apresentados pelos moradores durante o Seminário foram corroborados pela primeira etapa da missão realizada, que consiste na visita a nove comunidades⁶⁰. A primeira comunidade a ser visitada foi a Comunidade Beira do Rio e Galpão de Reciclagem, localizada ao lado do Centro de Treinamento do Grêmio. Segundo o Relatório (CEDH-RS, 2019). Os moradores relataram que a área é ocupada há mais de trinta anos e na data da visita aproximadamente quarenta famílias residiam no local. A consolidação da comunidade se verifica não apenas pelo tempo de ocupação, mas também pela forma como os moradores se articulam e se organizam de forma coletiva. A rede comunitária desenvolveu ao longo dos anos

⁶⁰ Comunidade da Beira do Rio e galpão de reciclagem; Casa de Passagem, também conhecida por Carandiru; Vila Tio Zeca e Areia; Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju Unidade de Triagem; Beco X; Ocupação Cobal e galpão de reciclagem; Ocupação Zumbi dos Palmares e galpão de reciclagem; Vila Liberdade e galpão de reciclagem e Vila Dona Teodora.

espaços de convivência, horta e um açude com criatório de peixes de uso comunitário; o galpão de reciclagem, por sua vez, é a principal fonte de geração de renda de muitas famílias da comunidade.

Segundo dados apresentados pelo Relatório, a área em que as famílias estão assentadas faz parte do PL 512/2019 elaborado pelo governo do estado, que autoriza a doação do imóvel, de propriedade da Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG, ao Município de Porto Alegre. O município, por sua vez, deverá repassar o trecho ao Grêmio, em troca da área de treinamento das categorias infantis, localizada em frente ao Barra Shopping Sul. A possível permuta tem como finalidade viabilizar o Programa de Revitalização da Orla do Guaíba, equacionando o trecho entre o antigo Estaleiro e o Clube de Regatas ao trecho da orla já executado e em execução. Assim, os CT'S infantis passariam a ocupar a área onde hoje estão assentadas as famílias, ao lado do CT profissional. Entre as contrapartidas, segundo o inc I Art. 2º o donatário deverá realocar as famílias, “mediante cadastramento socioeconômico, realocação ou indenização dos ocupantes em até doze meses”.

Portanto, as 40 famílias ali residentes serão despejadas em total desrespeito à função social da propriedade, uma vez que os moradores possuem os requisitos para a obtenção da cessão de uso de bem público, e acontece uma verdadeira operação consorciada entre estado, município e o clube (pela Prefeitura, que optou por doar o terreno a um time de futebol) para beneficiar este último em troca da implementação da qualificação da orla, com atenção ao interesse social garantida por uma lei que ainda não foi aprovada e de execução incerta. Caso a cessão de uso fosse concedida pela Prefeitura, as famílias teriam assegurado o seu direito à moradia e ao trabalho, garantias fundamentais da Constituição Federal. (CEDH-RS, 2019, p. 11).

A transferência de responsabilidade do Estado para o Município e, por fim, aos donatários, revela a forma como famílias em situação vulnerável são tratadas pelos governantes. Desta forma, o Estado age a fim de definir qual parte da população será beneficiada pela lei e qual não será, sobretudo tendo em vista, como informado na citação referida, a possibilidade de regularização das famílias na área.

Na sequência, foi visitada pela missão, a Casa de Passagem que pertence ao DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre, também conhecida como Carandiru. As casas de passagem são construções coletivas temporárias, que visam a acomodação de famílias até que seja finalizado o processo de reassentamento, entretanto, o processo de deslocamento das famílias para as

habitações permanentes é demorando – segundo o CEDH-RS (2019), as aproximadamente oitenta famílias que residem na Casa de Passagem foram deslocadas das Vilas Tio Zeca e Areia em 2004 e aguardam o reassentamento pelo DEMHAB. O relatório também informa que os residentes da Casa de Passagem coincidem com a listagem de moradores que seriam contemplados com obras do PIEC e demandam inclusão no processo de reassentamento pelo DNIT, em função da construção da nova Ponte do Guaíba. O relatório denuncia a degradação das casas que vem sofrendo com a ação do tempo e falta de manutenção por parte da prefeitura. Além disso, há casos de superlotação, ocorrência de incêndios, esgoto a céu aberto e deficiência na coleta de lixo e drenagem urbana (CEDH-RS, 2019).

Figura 27 - Casa de Passagem (Carandiru) e ao fundo as obras da Nova Ponte do Guaíba



Fonte: CEDH- RS (2019).

A missão seguiu para as Vilas Tio Zeca e Areia, onde residem quinhentas famílias cadastradas no DNIT, no DPU e na Lista da Casa de Passagem e aproximadamente duzentas famílias residentes sem cadastro. As famílias cadastradas aguardam definições do reassentamento ou da compra assistida desde o início das obras da Nova Ponte do Guaíba, em 2014. Portanto, os moradores não investem na reforma de suas casas que se encontram em situação degradada, visto que não é viável para a população empenhar melhorias nas casas das quais serão despejados. Entre as informações trazidas pelo relatório (CEDH-RS, 2019) cabe destacar que o local está gravado como AEIS. Contudo, o reassentamento das

famílias previsto nos debates iniciais não é mais incluído, restando apenas a previsão para a possibilidade de um projeto na Avenida Ernesto Neugebauer; a estratégia preferencial para as famílias se tornou a Compra Assistida. Desta forma, apenas os moradores remanescentes não cadastrados e fora do Programa de Regularização Fundiária permanecerão na AEIS, sem projeto de HIS (CEDH-RS, 2019).

O Relatório (CEDH-RS, 2019) apresenta ainda informações sobre a visita à Cooperativa Sepé Tiaraju, que possui convênio com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) desde de 2013, um ano após a criação do Fórum dos Catadores de Porto Alegre (FCPOA). O convênio previa o repasse dos resíduos por parte do DMLU para os galpões, e, com base no tamanho do galpão, seria repassado R\$ 2500,00 para as cooperativas para custear a manutenção do prédio, água, luz e reformas gerais. Contudo, em 2018 a Prefeitura apresentou um novo contrato que, segundo os responsáveis pela cooperativa, possui exigências inadequadas e abusivas. Entre as exigências está a instalação de câmeras de vigilância, com acesso restrito da prefeitura e entrega de licença ambiental e PPCI em 60 dias. Desta forma o galpão reduziu para menos da metade o número de trabalhadores, e em outubro de 2019 contava com 20 pessoas trabalhando no local, que está com duas das suas três prensas estragadas e sem previsão de conserto devido à falta de recursos (CEDH-RS, 2019).

Figura 28 - Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju



Fonte: CEDH- RS (2019).

Segundo informações obtidas através de entrevista realizada no dia 27 de julho de 2021, persiste a dificuldade de regularizar a cooperativa a cada renovação de documentação. O entrevistado disse que questionou, como forma de provocação, o DMLU e demais secretarias em reunião virtual que ocorreu recentemente sobre a dificuldade de aprovação das Licenças Ambientais:

Vocês têm toda resposta pra gente ficar legal, bacana, tudo. Só que vocês não querem, não querem. Porque como é que o cara que tem dinheiro vai ali e consegue tirar uma Licença Ambiental e não demora nem um mês, nem trinta dias. E por que hoje as cooperativas há mais de vinte anos ainda lutam por esse espaço, entendeu?” (E1, em entrevista realizada no dia 27 de julho de 2021, via telefone).

Além disso, o entrevistado relatou que mesmo com o convênio regularizado na prefeitura ainda acontecem ações violentas, como a ocorrida em maio de 2021 e relatada pelo Entrevistado 1 (E1):

Em maio teve uma ação aqui. Brigada Militar, Bombeiros, Polícia Ambiental (...) vieram fortemente armados, como se todo mundo fosse marginal, opressão total. Eu tava em casa, tive que sair correndo pra vir aqui, ver o que tava acontecendo (...) (E1, em entrevista realizada no dia 27 de julho de 2021, via telefone).

Questionado sobre a justificativa para a ação, E1 respondeu:

Dizendo que estavam atrás de clandestinos. E eu dizia: mas isso aqui a gente tem contrato com a prefeitura, meu amigo. ‘Não, mas eu quero emblema da prefeitura’. ‘Mas e essa placa serve pra que?’⁶¹ Foi um estouro. E ele dizia: ‘cadê a tua licença?’. Eu já paguei a licença, mas é que é o seguinte: a secretaria não me entregou impresso o documento, entendeu? Me autuaram, mas depois a promotoria derrubou essa autuação, entendeu? (E1, em entrevista realizada no dia 27 de julho de 2021, via telefone).

A situação da cooperativa foi agravada durante a pandemia de Covid 19 – para E1, o lixo é visto como uma possibilidade de renda cada vez mais presente na vida da população local – o que incorreu na “crise dos resíduos”. Com isso a quantidade de material que chega à cooperativa diminuiu consideravelmente, tendo casos de cooperativas vazias, dado o número de trabalhadores informais sobrevivendo através da reciclagem. Apesar do contexto apresentado por E1, o mesmo ressalta a

⁶¹ O Entrevistado 1 se refere à placa que aparece na Figura 28.

necessidade de não criar rivalidade na categoria de trabalho e não criminalizar os trabalhadores informais:

(...) mas isso não é culpa dos trabalhadores porque têm miséria... tu entendeu!? É o jeito que ele acha para sustentar sua família. Quem tem que melhorar o sistema é a Prefeitura, fazendo política pública de fato que seja construída junto com o trabalhador... entendeu!? Então eles começam a fazer o empurra, empurra. Ah, daí coloca o galpão contra o pessoal que coleta na rua... entendeu? E tá tendo uma crise de resíduos. Tá tendo uma crise de resíduos, não tá legal pra nós, catador, tá bem forte a coisa (...) (E1, em entrevista realizada no dia 27 de julho de 2021, via telefone).

A respeito da crise de resíduos mencionada pelo E1 e trabalhadores formais e informais, o entrevistado considera que a crise existe para todos os trabalhadores. Entretanto, para manter a cooperativa formalizada é necessário arcar com impostos e encargos que sobrecarregam o orçamento do Galpão diferente dos catadores não vinculados à cooperativa, aumentando o número de pessoas que opta por trabalhar de forma autônoma. Em relação a criminalização dos catadores autônomos exercida pelo governo local vigente, o E1 acredita que o auxílio da prefeitura na manutenção e reforma dos galpões existentes poderia fazer com que os trabalhadores informais autônomos fossem agregados às cooperativas conveniadas ao DMLU.

As informações trazidas pelo E1, alinhadas aos apontamentos do Relatório (CEDH-RS, 2019), reforçam o contexto de violação de direitos agravado, segundo o E1, nos últimos anos. A opressão, criminalização e falta de auxílio à principal fonte de renda das famílias revela a luta constante que os moradores da região travam para sobreviver.

No Beco X, localizado a algumas quadras da Cooperativa, cerca de duzentas e oitenta famílias residem há aproximadamente trinta e dois anos em uma área privada. A situação da área é precarizada pelo absoluto abandono, não há iluminação pública adequada, distribuição de água e prestação de serviços básicos de saneamento (CEDH-RS, 2019). Na situação mais alarmante, a tampa de concreto de esgoto cloacal que corre ao longo das casas é utilizada como passeio público, segundo registro do CEDH-RS (2019). Os alagamentos e inundações na região são constantes, potencializando os danos às precárias moradias e à vida dos moradores. As famílias localizadas na região, buscam a regularização de suas moradias através

de medidas de usucapião, contudo, sofrem processo de reintegração de posse sob ameaça de despejo (CEDH-RS 2019).

A ocupação Cobal, onde residem cerca de cem famílias, enfrenta momentos de instabilidade devido às obras da Nova Ponte do Guaíba. Segundo relatos coletados pelo CEDH-RS (2019) os residentes relatam viver sob ameaça e em absoluto abandono por parte do poder público, que justifica o não atendimento da população por se tratar de uma “invasão”. O galpão de reciclagem que atende à comunidade aparenta carências e periculosidade, não havendo materiais necessários à segurança e saúde dos trabalhadores, que se submetem ao serviço precarizado por falta de alternativas. Assim como as demais comunidades apresentadas, a ocupação Cobal sofre com a falta de saneamento básico e com os recorrentes alagamentos. Segundo o E1 o momento é de instabilidade e pouco diálogo. O entrevistado relata que as informações que chegam até os moradores são incertas. Atualmente não se sabe se as ordens de despejo serão cumpridas, pois, segundo informações repassadas aos moradores, não há verba para a finalização da nova Ponte do Guaíba, que apesar de já ter sido inaugurada, ainda não foi concluída.

Figura 29 - Ocupação Cobal e ao fundo a alça de acesso da nova Ponte do Guaíba



Fonte: CEDH-RS (2019).

A respeito da Nova Ponte, em outubro de 2020 a Justiça Federal Seção Judiciária do Rio Grande do Sul emitiu uma nota oficial a respeito dos protestos realizados por famílias das Vilas Tio Zeca e Areia, que solicitaram uma audiência de conciliação, almejando a definição da situação em que se encontram. A nota informa

que, por resolução do próprio DNIT, o trecho que compreende a área onde estão localizadas as comunidades não está incluído nas ações:

Vale lembrar que, no início do projeto foram incluídas todas essas famílias, tanto as da Ilha Grande dos Marinheiros, como das Vilas Tio Zeca e Areia. Em um determinado momento, por resolução do próprio DNIT, que não nos convém avaliar, por se tratar de ato administrativo, foi decidido pela autarquia de que não seriam ajuizadas as ações deste segundo trecho, concomitantemente com as da Ilha Grande dos Marinheiros. Assim, a Justiça Federal não pode obrigar o DNIT a ajuizar as ações. Uma vez ajuizadas, somente então a 26ª Vara Federal poderá realizar as audiências de conciliação. Ou seja, não há como realizar audiências, se não há processos. (JFRS, 2020).

Em nota do dia 28 de junho de 2021, a Justiça Federal informa que a 26ª Vara Federal de Porto Alegre homologou a desistência por parte do DNIT em cinquenta e nove ações referente às desapropriações na Vila Tio Zeca e Areia. Ao analisar o pedido o magistrado Hermes Siedler da Conceição Júnior pontuou:

Apesar do êxito narrado, é com preocupação que se verifica o descaso com o prosseguimento da obra, onde aproximadamente 500 famílias estão desde o ano de 2014 cadastradas para realocação, sem efetiva atuação prática estatal para que o destino desses cidadãos seja ao menos definido. Como último desenlace de sequência de fatos contrários à solução, anunciou-se nova licitação para concessão do trecho rodoviário e conclusão da obra, a ser realizada em futuro incerto, e que culmina na desistência do feito que ora se aprecia (JFRS, 2021).

A nova licitação a qual o magistrado se refere trata da continuação das obras pela iniciativa privada mediante leilão. Estipula-se que sejam necessários oito meses de trabalho para a conclusão da obra, quando retomada, enquanto a situação das famílias segue sem qualquer definição.

Apesar de estar localizada a algumas quadras de distância da obra da nova Ponte, as trezentas famílias que vivem na ocupação Zumbi dos Palmares há cerca de cinco anos, também vivem em situação de vulnerabilidade e de instabilidade. As famílias desenvolveram no local pequenos comércios, moradias e o galpão de reciclagem que se tornou a principal fonte de geração de renda das famílias que sofrem com a ausência de serviços públicos, expondo a população a situações insalubres. As famílias estão ameaçadas de despejo via ação de reintegração de posse, que busca evitar via articulação comunitária para busca de soluções (CEDH-RS, 2019).

Na Vila Liberdade, comunidade mais próxima à Arena do Grêmio, ocorreu um incêndio em janeiro de 2013 que destruiu 90 casas e deixou 194 famílias desabrigadas na região, sendo encaminhadas às casas de passagem. As casas de passagem, conforme já mencionado aqui, são de carácter temporário e construídas nos moldes de “casas ecológicas”, com durabilidade máxima de cinco anos. Com o passar do tempo e com a falta de manutenção diversos problemas foram se apresentando, inclusive a sobrecarga elétrica que pode ter sido a origem de um novo incêndio que aconteceu há pouco e destruiu muitas dessas casas. Outras famílias passaram a receber o aluguel social no valor de R\$ 500,00 que foi cessado fazendo com que as famílias voltassem ao local de origem. Atualmente 200 famílias residem na Vila Liberdade, contudo, muitas não possuem cadastro e, portanto, não possuem a garantia de solução habitacional (CEDH-RS, 2019).

A última comunidade a ser visitada pela Missão, segundo o relatório (CEDH-RS, 2019), foi a Vila Dona Teodora, onde residem duzentas famílias em uma AEIS; portanto, integra o programa de Regularização Fundiária do Município. Em 2002 a área recebeu investimento via PIEC, quando foram construídas 12 habitações na própria vila. A Vila recebeu em 2005 o último investimento público com a construção da Escola Municipal de Educação Infantil local. O DEMHAB possui um projeto de construção de 161 unidades habitacionais, no entanto, o cadastro possui mais de 20 anos e apresenta disparidades com as demandas atuais.

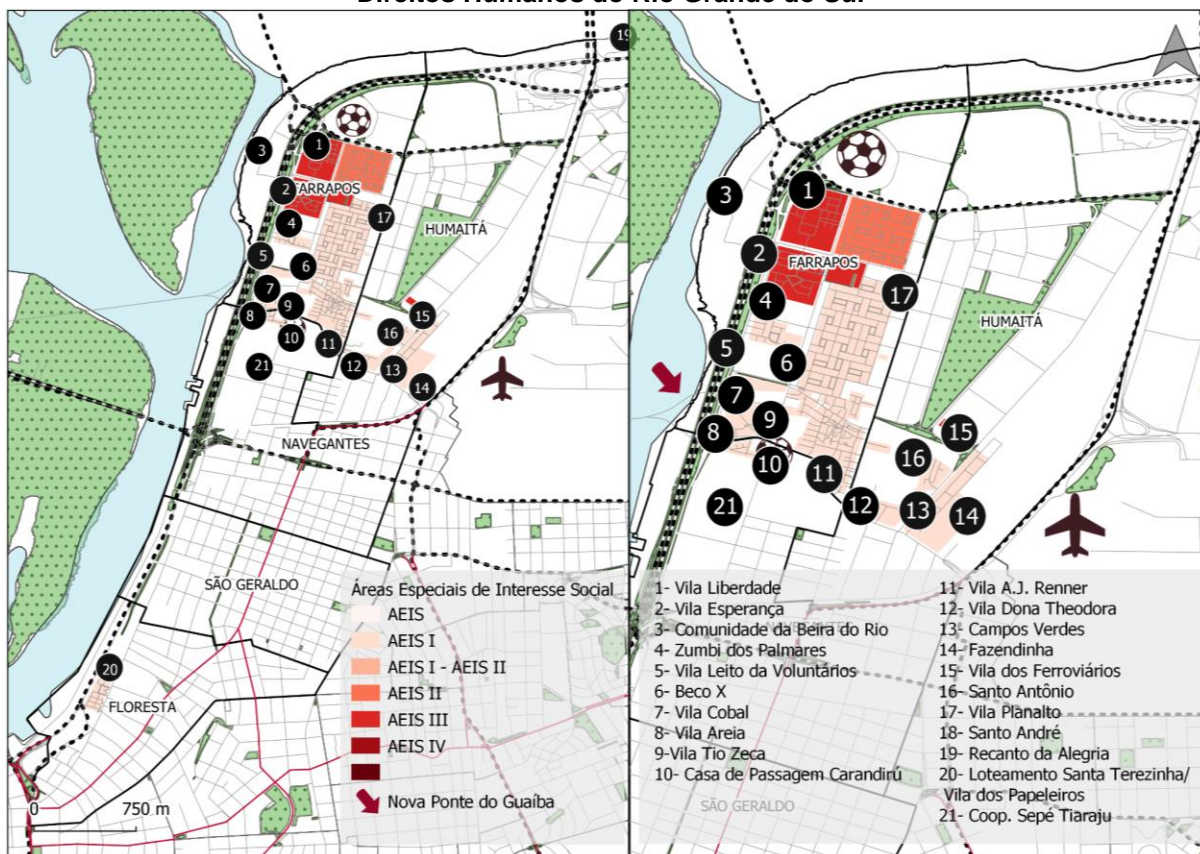
Após visitar as comunidades, a missão visitou algumas instituições com o objetivo de buscar respostas e expor “as violações detectadas e chamar a atenção para a carência de serviços públicos nas ocupações do Quarto Distrito.” (CEDH-RS, 2019, p. 32). Foram visitados o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias (CAO Urbanístico), solicitando a intervenção do CAO na garantia das condições básicas de habitabilidade. O CAO se solidarizou com a situação das famílias e informou que tem um expediente aberto para tratar dessas questões. Na visita ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), a missão foi recebida pelo diretor do departamento, René José Machado de Souza, que após ouvir o relato da situação de precarização das Unidades de Triagem respondeu que o órgão não é assistência social e que sua função se concentra na gestão de negócios. Durante reunião entre representantes do CDES Direitos Humanos, moradores da Vila

Tio Zeca e Areia, Beco X, Coletivo Cidade Mais Humana, Ocupação Campos Verdes e Vila Voluntários da Pátria e a Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), os moradores questionaram a indeterminação e falta de transparência a acerca dos reassentamentos. O DNIT, por sua vez, orientou que os moradores conversassem com a assistente social localizada na região para sanar dúvidas e informou que a partir de 2020 o processo de reassentamento seria iniciado. Como visto nos parágrafos anteriores, a situação segue sem previsão de resolução, conformando a total negligência para com as famílias nas áreas que coincidem com as obras da Nova Ponte do Guaíba (CEDH-RS, 2019).

Por fim, a Missão se reuniu com a Defensoria Pública da União (DPU), representada pelo defensor Atanasio Darcy Lucero Junior, responsável pela tutela dos direitos dos moradores frente à obra da Nova Ponte do Guaíba. A respeito dos moradores das Vilas Tio Zeca e Areia, a DPU informou que os moradores cadastrados pelo DNIT receberão uma resposta habitacional, seja o reassentamento por compra assistida ou para um empreendimento habitacional. Já acerca das famílias que moram na Casa de Passagem e aguardam há quatorze anos uma resposta, a DPU informou que não conta com detalhes sobre essa situação. Nesse sentido, a Missão realizou uma visita à Defensoria Pública do Estado do RS (DPE), onde foi obtida a lista de pessoas que foram deslocadas para a Casa de Passagem devido aos impactos da obra da ponte. Da lista de vinte e quatro nomes, apenas quatro não foram localizados (CEDH-RS, 2019).

O relatório conclui que está em curso um forte processo de desqualificação territorial no IV Distrito, que afeta prioritariamente as dezenove comunidades identificadas. Famílias que convivem com grandes investimentos em infraestrutura viária e empreendimentos de grande porte, como é o caso da Arena do Grêmio, enquanto suas demandas são negligenciadas. Ponto importante trazido pelo relatório é a concentração dessas comunidades em Áreas Especiais de Interesse Social, conforme exposto na Figura 30. As áreas gravadas deveriam assegurar a produção e a manutenção de Habitação de Interesse Social, contudo, as demandas atendidas como prioridade no território estão distantes de assegurar a função social da propriedade.

Figura 30 - Comunidades mapeadas e visitadas conforme relatório elaborado pelo Conselho de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

Além disso, o Relatório confronta a violação de direitos e a precarização da vida e dignidade humana, expondo os registros da omissão na prestação de serviços públicos básicos, a insegurança jurídica e a priorização do interesse privado e dos agentes econômicos envolvidos na especulação imobiliária. Como forma de recomendação, o documento sugere medidas específicas para cada comunidade, dada a circunstância na qual se encontram; quanto às recomendações gerais sugere ao Município de Porto Alegre que:

- i. Sejam realizadas atividades de controle e vigilância através do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), com a finalidade de garantir o direito à saúde;
- ii. Sejam prestados serviços básicos de saneamento;
- iii. Sejam prestados serviços de limpeza e coleta de lixo, iluminação pública e distribuição de água;
- iv. Seja promovida a adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- v. Sejam gravadas Áreas Especiais de Geração de Renda articuladas às moradias dos catadores;

Já, ao Ministério Público Estadual e à Defensoria Pública Estadual, é sugerido que:

- vi. “Sejam tomadas providências urgentes pela Defensoria Pública Estadual – NUDEAM e pelo Ministério Público Estadual – CAO Urbanístico no sentido de acompanhamento e de efetividade da presente recomendação.” (CEDH-RS, 2019, p. 63).

Para o Entrevistado 2, a intenção inicial com a Missão era desenvolver um trabalho continuado com as comunidades, mas no decorrer do processo alguns limites foram impostos. Acerca das relações estabelecidas entre as comunidades, o entrevistado identifica uma fragmentação que tem origem na natureza do trabalho:

mas existe também ali uma questão, que existe os galpões de reciclagem oficializados; os galpões de reciclagem não oficializados; os carrinheiros, que não necessariamente trabalham para os galpões, nem pra um, nem pra outro. Então existe toda uma fragmentação. Tá todo mundo na mesma luta, mas não significa que estejam todos querendo a mesma coisa, daí isso não teve muita continuidade. Mas a consequência daquele seminário foi a missão de investigação, que foi a visita nas áreas e que terminou em uma audiência pública e nessa audiência pública que se instituiu o Fórum do 4º Distrito. (E2, em entrevista realizada no dia 06 de agosto de 2021, via Zoom).

A questão apresentada pelo entrevistado E2 vai ao encontro do relato do E1, que considera a situação atual uma “crise de resíduos” que foi maximizada com a pandemia e com o crescente interesse de startups na reciclagem e na coleta de resíduos. Além disso, o Relatório demonstra a absoluta falta de comprometimento das instituições com demandas que são direito fundamental das famílias das comunidades, incorrendo na produção e reprodução de desigualdades. Essas, definidas a partir de um modelo de sociedade neoliberal, onde o progresso e a modernidade passam à frente da dignidade da vida humana. Quando analisamos em digressão o processo de negligência em relação às famílias das comunidades do IV Distrito, verificamos que são solicitadas respostas, sem sucesso efetivo, às suas demandas há mais de uma década.

Ao analisarmos os Relatórios do Plano de Investimentos de 2010 a 2016 disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a região

Humaitá/Navegantes⁶², apresentou como prioridade em todos os anos a resposta para demandas habitacionais. Ao longo do período analisado, as prioridades mais votadas pelos moradores foram habitação, saneamento básico, assistência social e educação. Através dos documentos analisados é possível observar que as demandas habitacionais foram abertas pelos seguintes agentes sociais: Associações de Moradores do bairro Farrapos: Vila Tio Zeca, Beco X, Barcelona e Vila Liberdade; e Associação de Moradores da Vila Santo André, localizada no bairro Humaitá. As reivindicações voltavam-se à construção de novas moradias, compra de áreas para reassentamento e complementos de verba para a construção de habitações e outros equipamentos.

No Apêndice B está disponibilizado o resumo dos dados coletados, onde foram especificados o conteúdo de cada demanda por ano de abertura, o valor aproximado que deveria ser destinado à resposta da demanda, qual o demandante e se a demanda foi respondida. A respeito da última questão, a Tabela 1⁶³, apresentada abaixo, sintetiza o número de demandas habitacionais abertas por ano entre 2010 e 2016 e quantas dessas demandas foram respondidas. Desta forma é possível verificar que 80,6% das demandas habitacionais abertas em seis anos não foram solucionadas.

⁶² Região que compreende os bairros Anchieta, Farrapos, Humaitá, Navegantes e São Geraldo.

⁶³ Importa ressaltar que em 2018/2019 houve uma mudança na metodologia do relatório, assim, não foram abertas novas demandas, mas somadas as demandas de anos anteriores que ficaram sem atendimento

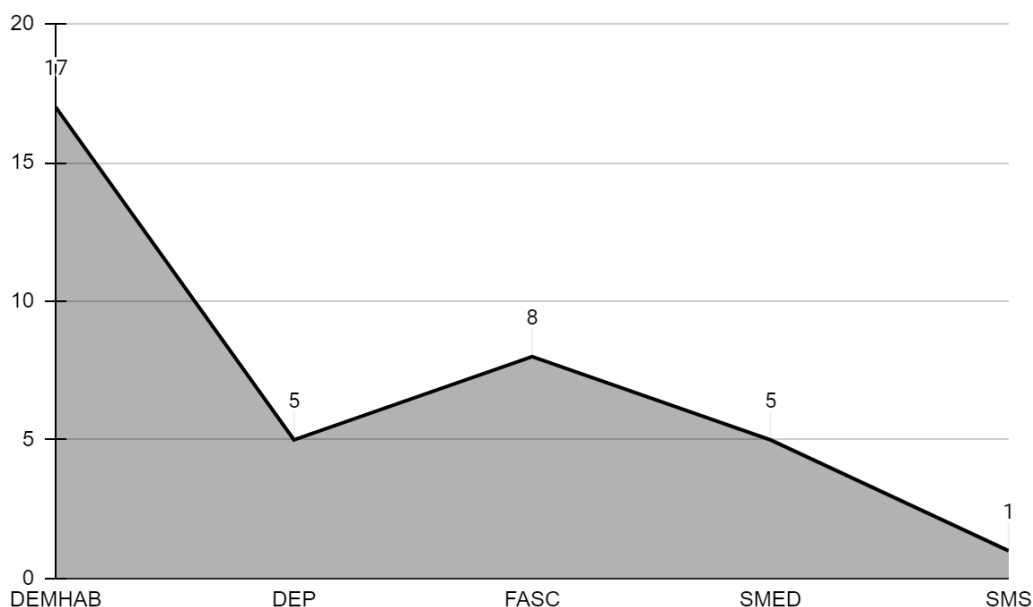
Tabela 1 - Quantidade de demandas habitacionais encaminhadas e atendidas através do Orçamento Participativo

Períodos	Qtde total de Demandas	Demandas Atendidas
2010	3	0
2011	2	0
2012/2013	4	1
2013/2014	8	1
2014/2015	3	2
2015/2016	3	0
2016/2017	2	2

Fonte: Relatório do Plano de Investimentos e Serviços (PMPA, 2010-2018).

A verificação das demandas em aberto, feita através da consulta aos relatórios disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, foi possível através de uma mudança na metodologia do Relatório em 2018, último ano em que ele foi disponibilizado. As demandas habitacionais em aberto são aquelas não atendidas pelo DEMHAB e vão ao encontro dos relatos e das denúncias apresentadas pelo Relatório “Missão em Defesa Do Direito Humano à Moradia e ao Trabalho Digno nas Ocupações Urbanas na Região do 4º Distrito da Cidade de Porto Alegre/RS” (CEDH-RS, 2019). No Relatório do Plano de Investimentos (PMPA, 2018) não foram abertas novas demandas e sim apresentadas as demandas que não obtiveram resposta. No Gráfico 1, verificamos a quantidade de demandas em aberto por departamento, pela região Humaitá/Navegantes.

Gráfico 1 - Gráfico referente às demandas em aberto



Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) com base em dados coletados no Relatório do Plano de Investimentos e Serviços (PMPA, 2018).

As demandas não atendidas são referentes à compra de área para famílias não cadastradas no PIEC, das áreas que sofrem com ações judiciais. Como é o caso da demanda (DEMHAB nº 20120041) aberta pelo Beco X em 2012 solicitando a compra de uma área para as famílias que não foram cadastradas no PIEC e que residem em área privada, já na época com risco de despejo. Durante o intervalo de sete anos em que os relatórios foram analisados o Beco X solicitou quatro vezes atendimento para as famílias que vivem em área privada com risco constante de serem despejadas. Moradores da Vila Liberdade, por sua vez, tiveram uma de suas cinco demandas atendidas; as solicitações não atendidas dizem respeito à compra de área e construção de habitação para as famílias não cadastradas no PIEC. Já a solicitação atendida se refere à construção de sede para a Associação de Moradores da Vila Liberdade, que, segundo observação da demanda, aguarda a elaboração dos projetos e cedência, pelo DEMHAB, da área institucional reservada para equipamentos públicos.

Como verificamos até aqui, é evidente a exclusão de agentes sociais pobres e vulneráveis dos holofotes do processo de revitalização do território. Sobretudo, quando conferimos os esforços para incluir o IV Distrito em uma rede de influência

global-local, através de parcerias público-privadas e do fomento a investidores nacionais e internacionais, como observado por Marx, Araújo e Souza (2019). Entretanto, como abordado por Jacques (2010), a resistência pode ser dada não apenas pela luta constante para garantir direitos básicos, mas também pela existência em desacordo com o projeto vigente de “pacificação e espetacularização urbana”, utilizando os termos de Jacques (2010). Para a autora, assim como para Rolnik (2019) e Rosa (2018) é necessário nos atermos às práticas insurgentes:

Seria importante compreendermos também que existe sempre uma “outra cidade” escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca – por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais – que resiste (e, assim, coexiste) por trás dos cartões postais globalizados das cidades espetaculares contemporâneas. As imagens consensuais não conseguem apagar essa “outra cidade” opaca, intensa e viva que se insinua nas brechas, margens e desvios da cidade espetacularizada. (JACQUES, 2010, p.109).

Jacques (2010) apresenta o argumento da corporalidade como possibilidade de micro-resistência à espetacularização, assim o uso dos espaços por vendedores ambulantes, moradores de rua, catadores e prostitutas é considerado pela autora como uma forma de subverter espaços “sacralizados”. Não se trata, entretanto, da naturalização da vulnerabilidade e da miséria; a resistência não se dá a partir da autorização da prática espacial por si só, mas da incorporação de micro-resistências e práticas espaciais insurgentes na construção cooperativa de territorialidades. A resistência pensada a partir da colaboração e da construção do comum, e não do conflito, traz à tona o tensionamento exercido da “margem ao centro”.

Como resultado da missão desenvolvida pelo CDES (2019), foi instaurada a partir de uma assembleia entre as comunidades o Fórum do Quarto Distrito, com o intuito de visibilizar e apresentar a história das famílias, que apesar da negligência do Estado, resistem no território. O Fórum 4D foi lançado em uma rede social no dia 14 de abril de 2020, em um momento de ascensão da Pandemia de Covid 19. Através do coletivo, iniciaram-se campanhas de doação de alimentos, máscaras e cartilhas com informações sobre o auxílio moradia e como realizar o cadastramento para recebê-lo e outra cartilha com informações sobre como se proteger do Coronavírus. Em 18 de maio de 2020, o projeto “RE-Existência popular: o Fórum do Quarto Distrito em defesa de suas comunidades em tempos de pandemia”, elaborado pelo coletivo,

foi selecionado pelo edital de apoio emergencial ofertado pela Fundação Oswaldo Cruz.

O projeto é estruturado em três eixos: segurança alimentar, sustentabilidade e comunicação. Com isso, o objetivo era garantir condições mínimas de existência, especialmente no contexto de crise sanitária, através da doação de cestas básicas, produção de sabão e máscaras para serem doadas, camisetas, copos, canecas e máscaras para serem vendidas, que foram produzidas pelas famílias contempladas com o projeto. Além disso, a comunicação objetivava a divulgação e venda dos produtos e o compartilhamento de informações voltadas às comunidades. (CDES, 2020).

O Projeto foi desenvolvido através de duas estruturas: a Cooperativa Ambiental e Reciclagem Sepé Tiarajú, já citada anteriormente, e a Cooperativa de Trabalho e Habitação Vinte de Novembro, sobre a qual falaremos em breve. Dentro dessas duas estruturas foram desenvolvidas as ações que serviram às famílias diretamente relacionadas a elas e à população em geral. Com isso o Território de incidência direta foram as comunidades visitadas através da Missão realizada pelo CEDH-RS: Beira do Rio, Casa de Passagem Carandirú, Tio Zeca, Areia, Beco X, Cobal, Zumbi dos Palmares, Vila Liberdade, Dona Teodora, Vila Voluntários e Campos Verdes e pessoas em situação de rua (CDES, 2020). O público específico do projeto Re-Existência Popular no 4^o Distrito foram quatrocentas famílias, considerando quatro pessoas por família.

O Entrevistado 2 (E2) que informa que a participação das comunidades no Fórum de dá de forma voluntária, já a cooperativa Sepé Tiarajú e Vinte de Novembro, apesar de distintas, exercem função estruturadora do trabalho desenvolvido:

A gente precisava ter pontos de apoio mais estruturados e dentro das comunidades que fazem parte do Fórum do 4^o Distrito. A Cooperativa Vinte de Novembro e a Sepé Tiarajú eram as mais estruturadas. Uma pra trabalhar a questão da segurança alimentar, porque a Sepé Tiarajú já estava fazendo campanha de arrecadação de alimentos e já estava fazendo isso para as famílias vinculadas aos galpões de reciclagem do bairro. E a 20 de novembro, porque a gente trabalhou a questão da geração de renda através de equipamentos. Então as gurias começaram a produzir máscaras e a produzir sabão, pra poder ir pro kit que nós mandava para as famílias. Então nesse momento elas [as cooperativas] ganham um destaque assim, pela estrutura que elas já tinham. (E2, em entrevista realizada no dia 06 de agosto de 2021, via Zoom).

A Cooperativa de Trabalho e Habitação Vinte de Novembro, uma das estruturas do Fórum 4D, está localizada no Bairro Floresta, configurando um importante ponto de articulação de forças e encontro entre agentes distintos deste território. A Cooperativa ocupa um edifício não concluído da União, construído para ser um hospital da extinta Rede Ferroviária Federal. O prédio, que estava abandonado há mais de cinquenta anos, é ocupado atualmente por quarenta famílias que transformaram a edificação abandonada em habitação de interesse social, cumprindo a função social da propriedade. Em meio a um cenário de cerceamento de antigas e abandonadas edificações em prol da especulação imobiliária, a “revitalização de baixo para cima”, como citado por Souza (2018), representa um tensionamento em relação ao planejamento urbano convencional. O Vinte de Novembro representa exemplarmente as ocupações que atravessaram anos de luta e garantiram o direito à propriedade.

A posse da edificação foi reconhecida através da lei de Concessão de direito real de uso (CDRU), não havendo, com isso, risco de despejo. Contudo, apesar da posse garantida e de contrato firmado em 2016 com o Governo Federal, através do programa MCMV Entidades, a obra que está licenciada desde 2018 no município e foi aprovada pela Caixa Econômica Federal, aguarda a liberação dos recursos. A justificativa recebida pela Cooperativa é de que, com a mudança na estrutura do MCMV (substituído pelo programa Casa Verde e Amarela em 2020), estão suspensos os contratos (FERREIRA, 2020).

Figura 31 - Cooperativa de Trabalho e Habitação Vinte de Novembro



Fonte: Guilherme Santos/Sul21 (2017).

O que se verifica a partir da experiência da Cooperativa Vinte de Novembro é um exemplo bem sucedido de prática insurgente, não sem esforço e resistência das famílias que afirmaram o seu direito de existir e ocupar um espaço na cidade após anos de perseguição, protestos, ordens de despejo, ações violentas e tentativas de criminalização, até que fosse garantida a posse (PINTO, 2010). Apesar da pressão do Estado e das dificuldades diárias de garantir a integridade das famílias e de sua habitação, a Cooperativa ajuda a construir uma territorialidade para além do nanoterritório que ocupa. Nesse sentido, o Vinte de Novembro combina a refuncionalização e reestruturação do espaço material com a ressignificação do lugar, e constrói com outros agentes um circuito econômico alternativo.

A Associação Vila Flores, já mencionada nesta pesquisa, constitui um dos agentes que trabalha de forma colaborativa com a Cooperativa Vinte de Novembro. Para o E2 essa relação se deu de forma natural, muito por conta do escritório de arquitetura responsável pelo projeto que aguarda liberação pelo MCMV-E ocupar uma das salas comerciais do Vila Flores. Além disso, o E2 destaca:

Outro fator, é que a cooperativa 20 de Novembro ela é uma cooperativa vinculada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia, que é um movimento que existe há mais de 20 anos, que trabalha com a pauta da moradia e que é articulado nacionalmente. Então eles [20 de Novembro] sabem que existem um processo, de novas economias, que acontece e tal, sabe que o Vila Flores tá ali, sabe a galera que circula. Eles dizem assim: Bom, a gente quer (...) a gente sabe quem vocês são, vocês sabem quem a gente é, e a gente quer construir junto. Eles conseguem se colocar desta forma, né, isso ajuda no diálogo. (E2, em entrevista realizada no dia 06 de agosto de 2021, via Zoom).

Entretanto, para o E2 a relação entre o Vila Flores e a comunidades localizadas na extremidade norte do IV Distrito precisa transpor algumas barreiras, questionado sobre a relação da Associação Cultural com o Fórum do 4º Distrito o entrevistado responde:

Então, o que acontece: não houve uma aproximação, assim, natural, direta. [ahm]. Em função de que... digamos, são polos opostos, né. A gente tem ali um processo de economias criativas, uma lógica que muito embora o Vila Flores não puxe, ele é um vetor, né. Diante dessa leitura que os galpões de reciclagem têm, que as comunidades de lá têm, a aproximação não é natural. Então ela é feita em dose homeopática (...) E isso faz com que eles tenham um pé atrás com a galera do Vila Flores. Porque na realidade é o perfil, e às vezes as pessoas nem se dão conta disso. E a própria galera do Vila sabe disso, então eles tentam remar contra isso, né. Eles tentam fazer as aproximações, tentam fazer os diálogos, mas esse diálogo tem que ser construído gradativamente, não é uma aproximação natural. (E2, em entrevista realizada no dia 06 de agosto de 2021, via Zoom).

Acerca das observações do E2 é importante lembrar que a Associação Cultural, como visto no item anterior, é utilizada como isca para potencializar a narrativa de Distrito Criativo, Cultural e Inovador, que por ser utilizado por agentes hegemônicos em disputa pelo espaço com agentes de práticas insurgentes. Entretanto, Rolnik (2019, p. 38) observa que tem crescido o contingente de coletivos no campo da arte que “questiona os limites da submissão da arte ao circuito dos negócios da cultura e conforma uma estratégia micropolítica de combate à hegemonia cultural e subjetiva neoliberal”.

Para o Entrevistado 3, a complexidade e a dimensão do IV Distrito (considerando os cinco bairros) exigem tempo para que relações de confiança se estabeleçam. Nesse sentido, E3 aponta que em um primeiro momento a relação do Vila Flores se deu com a população local estabelecida nas ruas São Carlos e Hoffmann, para depois ampliar no sentido da Av. Farrapos e Rua Voluntários., iniciando uma relação com a comunidade mais próxima, a Vila Santa Terezinha —

conhecida também como Vila dos Papeleiros — e começar a entender as relações do bairro Flores e quais os outros agentes que atuam no espaço e se conectar com o IV Distrito. E3 ainda relata que alguns moradores estabelecidos nas proximidades do Vila Flores, entenderam que a ativação da Associação Cultural afastaria a prostituição da Rua São Carlos. Essa foi a primeira divergência com parte da vizinhança e o início da relação com o entorno e com os agentes que atuavam no território antes da chegada da Vila Flores. E3 entende que atuam no território agentes distintos: os estabelecidos, moradores e comerciantes antigos e com certo grau de ajuste ao território e os cíclicos, com os quais precisa existir uma relação de constante reconexão e atenção em relação ao posicionamento do Vila Flores no território.

Conforme o projeto do Vila Flores foi ganhando estabilidade e consistência, outros agentes da sociedade começaram a se aproximar, tais como universidades (UFRGS, Uniritter, PUCRS) e agentes públicos através da Secretaria de Desenvolvimento Social, que passou a se chamar Secretaria de Relações Institucionais. Foi nesse momento que o Vila Flores passou a participar da Rede de Sustentabilidade e Cidadania da Vila Santa Teresinha e entorno, da qual faziam parte representantes da prefeitura, programas de assistência e técnicos dos programas de assistência e instituições não governamentais. Para E3, foi nesse momento que o Vila Flores passou a compreender mais profundamente relações já existentes e avançar na aproximação com o território, moradores e profissionais atuantes em projetos locais. E3 acredita que a aproximação com as universidades fez com que os responsáveis pelo Masterplan considerassem o Vila Flores um possível articulador entre a relação da população e a coordenação do projeto.

Nesse contexto, E3 compreende que existe uma desconexão do projeto de investimentos da Prefeitura para o IV Distrito, naquele momento apresentado enquanto Masterplan, com a realidade hoje existente. Além disso, o entrevistado comenta que, apesar de parte do IV Distrito hoje estar associado à economia criativa, não houve uma preparação para receber empreendedores, especialmente no que se refere à compreensão da complexidade do território e suas relações existentes.

Se criaram alguns incentivos para esses empreendedores virem e se fez uma grande publicidade de que o IV Distrito era o novo território da economia criativa e que era o novo lugar super legal para se passear, sabe!? E na verdade o IV Distrito é um território super amplo com muitas complexidades, socioeconômicas e com comunidades que vivem em situação de alta vulnerabilidade. (E3, em entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2021, via Zoom).

Nesse ponto, a partir da perspectiva apontada por E3, podemos verificar a tentativa de invisibilização da população vulnerável e pobre do território como parte de um projeto que considera a economia criativa um alavancador de desenvolvimento econômico para fins lucrativos, e não uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico da população que vive naquele território.

A respeito da aproximação da Associação Cultural Vila Flores com as comunidades do IV Distrito, a comunidade que mais está conectada ao Vila Flores, segundo o E3, é a Vila Santa Terezinha. A aproximação se deu através da identificação com o trabalho já desenvolvido pelo Centro Social Marista com os moradores da comunidade, que é direcionado para a cultura e educação, através de atividades relacionadas à música e ao teatro. Com a identificação de propostas e após alguns encontros — tanto para discutir as possibilidades de colaboração, quanto para discutir as apresentações do Masterplan (nas ocasiões em que essa apresentação foi pública e realizada no Vila Flores) — foi lançado, em conjunto entre a Vila Flores e a Vila Santa Terezinha, o projeto De Vila a Vila (E3, em entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2021, via Zoom). O projeto tinha como intenção inicial criar um percurso da Vila Santa Terezinha ao Vila Flores e do Vila Flores à Vila Santa Terezinha de forma fluída. Pretendia ainda que esse percurso fosse marcado pela inserção dos agentes que estivessem no caminho. Desta forma, a ideia seria a inclusão dos galpões das proximidades nesse trajeto, “convidando todas as pessoas desse caminho pra estarem e frequentarem um centro cultural que tá no bairro delas” (E3, em entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2021, via Zoom). O primeiro projeto implementado pelo Vila Vila foi a pista de Skate, executada em uma antiga cancha de bocha:

(...) os skatistas, eles têm uma relação muito massa com a cidade, com um skate no pé uma criança, um jovem se sente pertencente à cidade, se sente um cidadão que pode andar por aí com suas rodinhas. E isso acaba fazendo ele interagir com a cultura urbana, com a moda, com a música, com toda uma cultura que faz ele se sentir pertencente, né. (E3, em entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2021, via Zoom).

Junto com a pista de skate, foi desenvolvido um projeto educativo, que promove aulas de skate para as crianças e junto às aulas a cultura urbana e novas possibilidades de geração de renda através da conexão com a cidade. Além disso, os editais e oficinas desenvolvidos pelo Vila Flores também foram, ao longo dos anos, sendo direcionados para a população local. O projeto De Vila a Vila acontece, atualmente, com muitas atividades; com recurso recebido pela lei Aldir Blanc foram desenvolvidas oficinas direcionadas às mulheres com perspectiva de geração de renda: oficinas de costura, cerâmica e o projeto Canteiro Vivo em conjunto com a ONG Mulher em Construção. (E3, em entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2021, via Zoom).

E3 considera que, além do desenvolvimento de atividades sociais e econômicas, é essencial que se desenvolva a sustentabilidade e continuidade de atividades que colaborem para a geração de renda das famílias; as oficinas e projetos citados seguem ativos. Recentemente, após a obtenção de recursos, será possível levar máquinas de beneficiamento de plástico para dentro da Vila Santa Terezinha, com programa de formação previsto para ser desenvolvido em agosto de 2021, possibilitando o desenvolvimento de produtos e a criação de negócios dentro da comunidade. Esse passo está inserido em um projeto maior, ainda em desenvolvimento, que tem a intenção de colocar outros equipamentos dentro do loteamento que possam apoiar esses projetos de geração de renda. “Criando esse lugar de pertencimento e autonomia, de uma geração de renda própria, que fortaleça a comunidade através dos seus próprios recursos, né e talentos.” (E3, em entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2021, via Zoom).

Outro ponto trazido pelo entrevistado é a relação entre o Vila Flores e a Cooperativa Vinte de Novembro, que serve de inspiração para o desenvolvimento de projetos. Considerando essa aproximação, a intenção é construir uma rede de conhecimento acerca do funcionamento e construção de uma cooperativa que permita que a Vila Santa Terezinha forme a sua cooperativa. (E3, em entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2021, via Zoom).

Em ação recente, o Vila Flores realizou o projeto “ME CONTA: Soluções Comunitárias”, em parceria com o coletivo holandês “WetheCity” e o Consulado Holandês em São Paulo, que viabilizou a execução de cinco projetos comunitários no IV Distrito. A partir da apresentação dos projetos, foi aberta uma votação virtual que selecionou dois projetos para receberem R\$ 2.000 conforme previsto em edital. As doações recebidas ao longo do evento foram divididas entre os cinco projetos, que receberam aproximadamente R\$ 800 (VILA FLORES, 2020).

Os cinco projetos participantes foram: a Associação da Integração Social (AINTESCO) que apresentou proposta de construção de uma biblioteca comunitária, com livros em diferentes idiomas, buscando promover a integração e o intercâmbio de cultura entre imigrantes e brasileiros; o Assentamento e Cooperativa Vinte de Novembro, que buscava a captação de recursos para a criação de um núcleo de sublimação e design, com o objetivo de incluir a juventude marginalizada da região através da geração de renda; a Casa de Referência Mulheres Mirabal, que apresentou a ideia de construção de uma oficina de marcenaria para que as mulheres acolhidas pela organização obtivessem uma educação profissionalizante e pudessem realizar reparos no espaço de acolhimento; a Ksa Rosa Centro Cultural de Catadores apresentou o projeto de adaptação de carrinhos de coleta dos catadores vinculados ao coletivo, buscando atender às necessidades dos catadores e catadoras; e #ISSOÉFEMINICÍDIO do Minha Porto Alegre buscava recursos para promover um treinamento de prevenção à violência doméstica na região e distribuição de cartilha informativa.

Os projetos selecionados foram a biblioteca comunitária da Associação da Integração Social (AINTESCO) e o projeto de adaptação de carrinhos da Ksa Rosa Centro Cultural de Catadores. A Ksa Rosa elabora um trabalho de redução de danos do ser humano e do meio ambiente através do acolhimento a catadores e pessoas em

situação de rua, a partir da compreensão da reciclagem como uma possibilidade de aproximação entre pessoas em situação de rua e o Centro Cultural (VILA FLORES, 2020).

A Ksa Rosa tem como foco a proposta de práticas de responsabilidade social e ambiental, o acesso à cultura e a transformação através da consciência e do trabalho em rede (AESCOA, 2021). Nesse sentido, além do acolhimento e do trabalho vinculado à reciclagem, são desenvolvidas diversas atividades recreativas e de geração de renda que viabilizam a continuidade do trabalho. Maristone Moura, idealizadora do projeto e coordenadora da Ksa Rosa, acredita que o processo de acolhimento é, para além da possibilidade de abrigar, um trabalho de conscientização crítica e socialização responsável, que demanda tempo e paciência (DURLO, 2017).

Figura 32 - Ksa Rosa Centro Cultural de Catadores



Fonte: Jornal do Comércio (2020).

Maristone ainda comenta que o principal fator de exclusão de uma pessoa do Centro Cultural é a não participação em um processo produtivo desenvolvido na Ksa: reciclagem, produção de sabão, herbário e trabalhos de infraestrutura. Considerando que toda renda da Ksa advém dos trabalhos realizados por eles é necessária a colaboração de todos. Além disso, a Ksa Rosa passa por manutenção constante, sendo apropriada e construída diariamente e em colaboração. Sobre as atividades culturais desenvolvidas e incentivadas, Maristone acredita que a cultura e a educação

além de criarem possibilidades para a reinserção na sociedade, condicionam o entendimento das relações sociais:

As pessoas que estão aqui e acabam junto com nós, algumas querem se organizar de novo, mas a gente vê pelo lado de fora muitas que não querem mais. Elas completamente não querem mais estar inseridas na sociedade, que é uma sociedade falsa, uma sociedade hipócrita, uma sociedade que discrimina, que te recorta pelo que tu não sabe falar ou pelo que tu veste, pelo que tu consome ou pelo que tu não pode consumir. Se tu não consome tu não é cidadão, mas a gente tem a Constituição que garante muitos direitos abstratos, que na nossa vida e na nossa panela não chega. São direitos mas que tu tem que fazer reivindicação, tem que ir pra rua, tem que questionar, tu tem que fazer greve, pra que as coisas aconteçam o está lá previsto. Me preocupa muito isso, e a consciência crítica das pessoas, eu acho que é a maior ferramenta que elas podem ter, elas conseguem analisar e elas fazer suas próprias escolhas. (Maristone Moura em entrevista para Letícia Durlo (2017).

A construção de um espaço concentrada na conscientização e na emancipação dos indivíduos, verificada através da fala de Maristone, vai além do nanoterritório que a Ksa Rosa ocupa.

A constituição de uma rede espacial de agentes em colaboração se forma na medida em que a Ksa desenvolve parcerias com o Vila Flores, a partir da coleta de resíduos produzidos na Associação Cultural, e com a UFRGS. A colaboração com a UFRGS acontece desde 2017 através da disciplina de Projeto II do curso de Arquitetura e Urbanismo, ministrada por José Carlos Freitas, Fernando Freitas Fuão, Ana Paula Kirchheim; e do projeto de extensão, desde 2019, ao qual integra também a professora Cláudia Zanatta do Instituto de Artes. Na ação vinculada à UFRGS, a Ksa Rosa se torna elemento de intervenção e estudo através de aulas práticas e teóricas de técnicas construtivas e de construção a partir do sensível, que levam em conta a necessidade funcional e também o significado de cada elemento já construído. Para Fuão, um dos arquitetos, professor da disciplina e coordenador do projeto de extensão, o objetivo da disciplina é relacionar teoria, prática e execução, culminando em processo que envolve a aprendizagem do projeto, a construção do objeto, a execução e toda a prática de relacionamento com o coletivo Ksa Rosa (AESCOA, 2021).

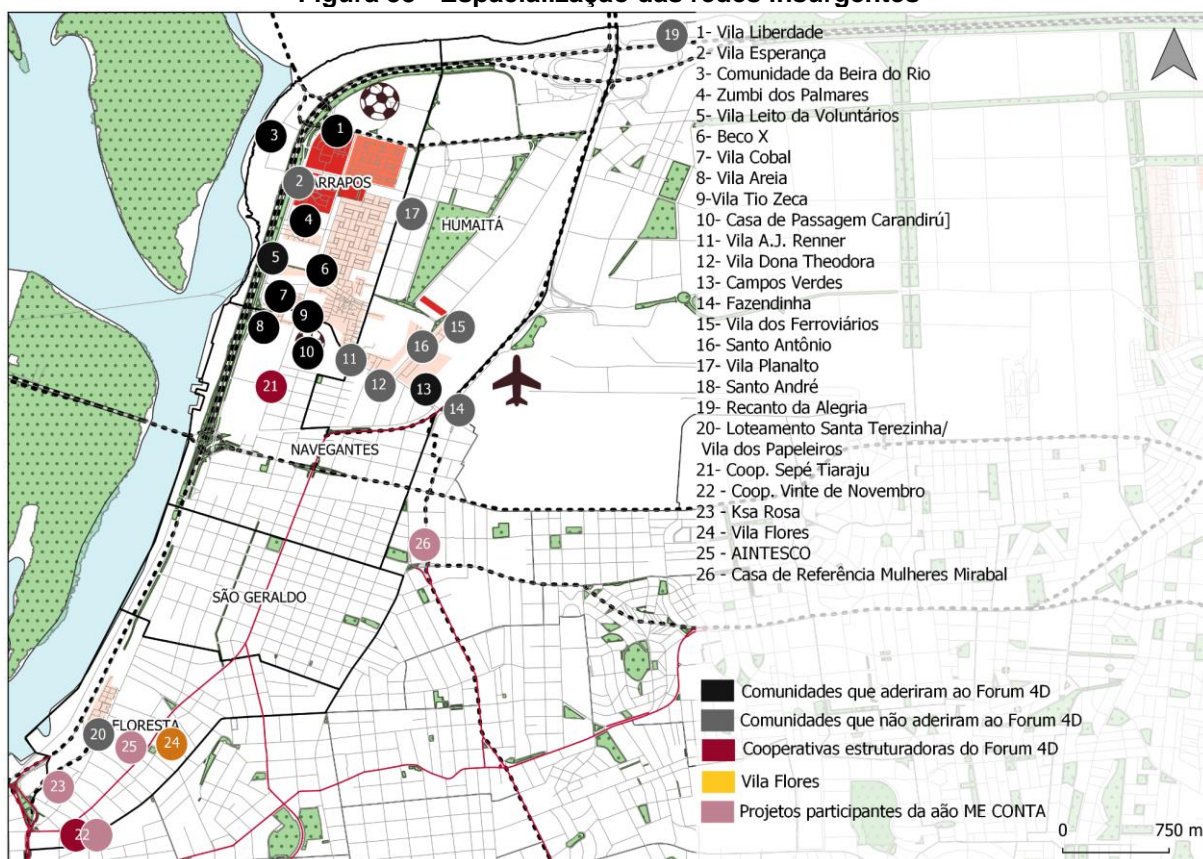
Retomando o arcabouço teórico construído na primeira parte desta pesquisa, a partir das ações apresentadas neste item verifica-se a construção de práticas que objetivam a transformação da realidade através de ações políticas. É importante

destacar que o objetivo ao retomar a teoria de Souza (2018) não é o enquadramento das práticas insurgentes com a finalidade de esgotar as possibilidades. O que se pretende é a compreensão das ações de agentes sociais contra-hegemônicos, identificadas no território enquanto formas de tensionamento das práticas de dominação e apropriação de agentes hegemônicos. Desta forma, o Fórum do 4º Distrito, instaurado a partir de assembleia pública realizada como finalização da missão organizada pelo CDES, organização não governamental, configura uma construção de circuito econômico alternativo e a construção de uma rede espacial.

Ambas as práticas espaciais insurgentes identificadas, segundo a classificação de Souza (2018), referem-se a trabalhos coletivos que podem ser identificados em diversos momentos aqui apresentados. Sendo os mais emblemáticos a rede construída através do Fórum. A rede que vêm à tona através do projeto “ME CONTA”, e a colaboração entre o Vila Flores e a Vila Santa Terezinha, representam ações de agentes em relação. É importante destacar que o Vila Flores não representa um agente insurgente, sobretudo por flutuar entre as relações estabelecidas no território. Assim como apresentado no capítulo anterior, a Associação Cultural é associada a uma valorização desejada por parte dos agentes dominantes, considerando a cultura como um elemento não neutro. Desta forma, apesar de viver em relação com práticas insurgentes não é possível equivaler as ações executadas pela Associação, mesmo que em relação com agentes contra-hegemônicos, com ações e estratégias de resistência.

Contudo, as falas dos entrevistados revelam um movimento constante, para além de uma ação isolada; as ações permitem a espacialização dos elementos articuladores, revelando a Cooperativa Vinte de Novembro um importante conector entre os pontos espacializados. Ocupações de longa duração e consolidadas, como o caso da Vinte de Novembro, para Rolnik (2019, p. 39) “prefiguram alternativas possíveis de organização da vida coletiva e agenciamentos espaciais” e representam uma tática empoderadora de reivindicações, além de serem configuradas através da hibridização de táticas e práticas coletivas (ROLNIK, 2019). Na Figura 33, podemos observar a conformação das duas redes, bem como os elementos que permanecem em desarticulação, considerando os eventos analisados nesta pesquisa.

Figura 33 - Especialização das redes insurgentes



Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).

Quando nos referimos à rede estamos retomando a ideia de “territórios redes” apresentada por Souza (1995), o autor apresenta a ideia de que os nós de uma rede podem se intercalar com “nós” de outras redes. Assim, como acontece na análise realizada até aqui, onde a Cooperativa Vinte de Novembro e o Vila Flores aparecem na mesma rede, quando verificamos a ação ME CONTA, mas também em redes distintas, como é o caso das relações criadas através do Fórum 4D e do Projeto De Vila a Vila. Estes “territórios redes”, são chamados por Souza (1995) de territórios descontínuos, onde sob outra escala é possível aproximar o olhar para cada ponto, configurando, ele mesmo, em um território – ou nanoterritório. Para o autor, a complexidade dos territórios redes exige que se deixe de lado a ideia de um único poder territorializador sob o território. Especialmente quando se verifica, como é o caso do IV Distrito, a sobreposição de diversos territórios, de limites variados e não coincidentes e com possíveis contradições entre as diversas territorialidades.

Os territórios redes apresentados na Figura 33, apesar de distintos, e de terem a sua distinção também percebida pelos entrevistados, constroem territorialidades tensionadoras da “margem ao centro”, inclusive pela sua localização nos lindes do recorte espacial analisado. O pensar a partir das margens inaugura, conforme Rosa (2018), uma categoria analítica que permite compreender as práticas insurgentes enquanto processos de produção de territorialidades. E, portanto, processos de territorialização que disputam o espaço, sobretudo em momentos de reestruturação, quando ações dentro da lógica de des-re-territorializar se manifestam de forma mais incisiva. Para Rolnik (2019) a ascensão de movimentos, práticas insurgentes e contra-hegemônicas ocorre no mundo todo, fluindo através das brechas do capitalismo neoliberal e espaços institucionais, adotando seus próprios termos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade dos processos de territorialização, em especial em um território em processo de reestruturação como o analisado nesta pesquisa, apresentaram-se como um desafio, vistos os desdobramentos particulares vinculados aos mais diversos agentes ativos no IV Distrito. A pesquisa acerca da des-re-territorialização, enquanto resultado de práticas espaciais e sociais, não se esgota, ao contrário, o que se observou foi uma infinidade de possibilidades em cada dobra do território. Os objetivos que pautaram o desenho desta pesquisa exigiram vigilância para que no decorrer do processo não se perdesse da pergunta inicial. Tratava-se de procurar analisar os processos de territorialização do IV Distrito, especialmente sob as lentes do mercado imobiliário e das comunidades de baixa renda, através de suas práticas espaciais, tendo em vista a compreensão acerca do resultado das articulações, enquanto estratégias para a reestruturação do território, buscando responder como as relações entre agentes se revelam em formas de territorialização no espaço.

Ao longo desta pesquisa foi possível verificar que, assim como pressuposto na introdução, conflitos entre agentes sociais hegemônicos e contra hegemônicos não são solucionados por implicarem na diminuição de distâncias sociais e serem colocadas a todo momento como prioridade demandas que pautam o desenvolvimento e a modernização do território em detrimento do desenvolvimento socioeconômico da população pobre. Essas distâncias são o motor da lógica que estrutura a sociedade capitalista e neoliberal, produzindo relações sociais pautadas no consumo. Com isso, instaura-se uma corrida entre indivíduos que buscam se posicionar através da sua capacidade de consumir que culmina na diminuição do acesso por pessoas pobres às infraestruturas básicas e expondo-as a condições de precariedade. Por outro lado, foram identificadas diversas ações e agentes insurgentes trabalhando em colaboração para a construção da autonomia e do comum.

Para que os trabalhos de campo e levantamento de dados acontecessem de forma consistente, foi necessária a construção de um quadro teórico. Desta forma, o arcabouço teórico apresentado no Capítulo 1 tem como principal função contextualizar o leitor e guiar a pesquisa a partir dos conceitos e termos utilizados como

instrumentos. O principal resultado do Capítulo 1 é a elaboração de conceitos que permitiram compreender, caracterizar e relacionar as ações dos agentes analisados, seja através de documentos ou de trabalho de campo, dentro de estudos teóricos já existentes. Desta forma, construindo as condições necessárias para que a pesquisa se desenvolvesse dentro de um quadro teórico, auxiliando a construção da metodologia adequada para atingir os resultados apresentados no Capítulo 2.

A revisão histórica do IV Distrito, construída através da pesquisa bibliográfica e documental, contextualiza os principais acontecimentos que marcaram as transformações do local, sob as lentes dos conceitos apresentados no Capítulo 1. O cruzamento entre a coleta de dados e o quadro teórico permitiu a identificação de padrões de territorialização e práticas espaciais. Durante a revisão dos estudos, planos e projetos desenvolvidos para o território, divididos em duas partes — antecedentes (1914 -2010); recentes (2011-2020) — foi possível identificar mudanças importantes na maneira de tratar a área. Sobretudo a partir de 2010, quando começou a ganhar corpo o discurso de revitalização vinculado à ressignificação da área. Na sequência observou-se uma tentativa evidente, e ainda em curso, de utilização de elementos discursivos e conceitos flutuantes tais como cultura, sustentabilidade, economia criativa, tecnologia e inovação, para criar uma nova imagem ao território.

Após a identificação das transformações da área, tanto estratégicas, como discursivas, foram apresentados os resultados do levantamento sobre a produção imobiliária no setor, contextualizado através do panorama nacional, político e econômico, no capítulo 4. Assim, foi possível verificar a diferença de abordagem entre os bairros que compõem o IV Distrito, levando em consideração amenidades existentes e criadas e localização em relação ao centro histórico e bairros nobres da cidade. Observou-se que as ações para que o processo de des-re-territorialização aconteça promovem a legitimação de práticas hegemônicas atreladas ao capital simbólico almejado para a área e a criminalização e precarização de práticas insurgentes. O que se percebe de maneira geral é a irrisória, quando não nula, participação e inclusão da população pobre e vulnerável nos projetos desenvolvidos. Esses projetos, assim como as ações desenvolvidas por agentes hegemônicos tem caráter capitalizador, ou seja, que tem como objetivo atrair ao território investimentos privados; sejam estes através de iniciativas autônomas como de pequenos

empreendedores, ou de grandes organizações e incorporadoras. Essa articulação fica evidente na narrativa que visa impulsionar o IV Distrito para um tendencioso processo de gentrificação, onde movimentações espontâneas da população são utilizadas para alavancar a imagem de distrito criativo e inovador, capaz de atrair o mercado imobiliário e prestadores de serviço, como na tentativa de instalar na região um Health Hub e classificar o território como o lócus da tecnologia e da saúde. É persistente a tentativa de instaurar sob o território um rótulo, uma classificação capaz de atrair novos moradores e novos investidores e destacando as investidas de construir um território para os que virão, não para os que estão.

Contudo, foram identificados movimentos das “margens ao centro” que não só resistem às investidas de agentes hegemônicos como também constroem territorialidades e tensionamentos. A construção de redes de apoio e colaboração entre as comunidades de forma organizada e ativa com as quais os moradores buscam se estabelecer e permanecer no território. Indo de encontro à narrativa de revitalização ou ressignificação que tem como objetivo a desterritorialização de agentes contra-hegemônicos. O que se observa é a aproximação voluntária e construída no cotidiano de agentes sociais, em grande parte, precarizados que se identificam através do comum e que criam redes alternativas à movimentação hegemônica.

As práticas insurgentes dos agentes contra-hegemônicos se opõem ao discurso vigente na medida em que estes organizam suas próprias formas de resistir e existir através da articulação entre comuns, tensionando a subordinação. Não cabe aqui a romantização da luta pelo direito de existir e ocupar o espaço, mas apontar a necessidade de se construir uma cultura que compreenda as práticas insurgentes para além da resistência. Para tanto, é necessária a descolonização de determinados padrões que enquadram o desenvolvimento urbano e social através do consumo e atrelados ao “imaginário ocidental, branco e patriarcal”, promovido como ideal (ROLNIK, 2019, p. 40).

Com isso, compreendemos que os achados dessa pesquisa contribuem para a elucidação das ações utilizadas por agentes dominantes e identificação das estratégias utilizadas. Construindo uma atualização das práticas espaciais vigentes que dialogam com o contexto atual, mas que também carregam as camadas de

práticas anteriores. Além disso, a pesquisa visa apresentar uma contribuição através da legitimação das práticas insurgentes, como ações de resistência e luta por direitos, mas também como formas possíveis de construir comuns básicos em coparticipação; se trata de caracterizar as ações insurgentes não apenas como uma ação proveniente de um processo de tensionamento das forças hegemônicas, mas enquanto ações proativas e com capacidade de se organizar e organizar o espaço onde vivem. No campo das dinâmicas imobiliárias, a pesquisa contribui com identificação das lógicas distintas que se apresentam e constroem territorialidades diferentes a partir da maneira como o solo é ocupado. Refletindo na maneira com a qual os agentes se relacionam com o território e no território.

Nesse sentido, observamos que mesmo agentes de uma mesma categoria podem diferir na maneira como territorializam o espaço, seja através de práticas distintas ou buscando colaboração com outros agentes. Assim como agentes hegemônicos, sobretudo vinculados ao mercado imobiliário, se apropriam do espaço de maneira distinta: seja utilizando um contexto econômico e normativo facilitador, como no caso das grandes incorporadoras e dos projetos especiais executados no bairro Farrapos e Humaitá; ou fazendo uso de elementos discursivos e ações comunitárias como no bairro Floresta. Agentes sociais contra-hegemônicos também se articulam e se aproximam a partir de suas demandas, revelando a pluralidade das dinâmicas insurgentes no território.

No que se refere às comunidades, em um olhar de sobrevoo, pode se pressupor a homogeneização das dezenove comunidades mapeadas pelo CDES-RS. Contudo, aproximando o olhar foi possível verificar a especificidade de cada uma, guardadas aqui as limitações da pesquisa, às quais nos ateremos em breve. Algumas dessas comunidades se articulam em rede e possuem como elemento estruturador a Cooperativa Sepé Tiaraju, e a Cooperativa Vinte de Novembro que se revela enquanto polo de articulação de ações insurgentes ao longo de todo recorte espacial analisado. As outras comunidades, apesar de não estarem articuladas através de uma rede concreta, se alinham às demais nas práticas cotidianas. As demandas distintas, especialmente vinculadas à geração de renda (formalidade e informalidade do trabalho – catação e reciclagem de resíduos) e a situação jurídica específica de cada comunidade faz com que, em alguns momentos, não seja possível conformar uma

unidade. Apesar disso, verificou-se uma grande rede construída entre as comunidades localizadas no extremo norte do território, articuladas através da Cooperativa Vinte de Novembro nos bairros mais próximos ao centro.

No bairro Floresta, por sua vez, redes menores e ações individuais são identificadas. Nesse ponto foi possível verificar a ação em cooperação da Associação Cultural Vila Flores com três elementos importantes das ações insurgentes no território: Ksa Rosa, Vila Santa Terezinha e, novamente, Cooperativa Vinte de Novembro. Como visto, o Vila Flores, por se tratar de uma associação cultural estruturada através da economia criativa, foi visto desde sua implantação enquanto possível catalisador e alavancador da ressignificação pautada na construção de uma nova imagem. As ações em coparticipação entre o Vila Flores e agentes insurgentes potencializam a capacidade de legitimar práticas contestadoras, muito embora a ação em conjunto entre esses agentes seja camuflada por um discurso que desvincula comunidades pobres de ações culturais. Ademais, a inflexão ultraliberal⁶⁴ e conservadora vigente dificulta o acesso a agentes públicos capazes de considerar o diálogo entre frentes distintas como uma possibilidade de construção da cidade.

Os resultados obtidos através da pesquisa podem ser utilizados em análises de comportamento territorial no decorrer do contínuo processo de transformação do espaço urbano. Muitos dos aspectos analisados estão em pleno curso, como é o caso da ocupação das torres habitacionais da Arena do Grêmio e os desdobramentos do reassentamento das famílias no entorno das obras da Nova Ponte. Conforme o desenvolvimento das operações em curso, as relações até aqui analisadas podem ser transformadas, o que mantém em aberto o contínuo e necessário acompanhamento das dinâmicas de territorialização da área. A revisão do PDDUA também se apresenta como importante ponto para o desenrolar das relações no território. Além disso, a identificação de redes de colaboração insurgentes pode ser utilizada como instrumento para ampliação e aprimoramento de práticas contestadoras no território analisado e em outros territórios em conflito.

⁶⁴ O termo ultraliberal é mobilizado por Ribeiro (2020) como forma de traduzir a dinâmica das reformas promovidas a partir de 2016, que para o autor apresentam uma ruptura com o modelo social desenvolvimentista vigente até então, e a ascensão de propostas neoliberais ultraconservadoras.

Contudo, no decorrer da pesquisa, foram encontradas algumas limitações que impossibilitam maior aprofundamento em alguns aspectos da pesquisa. Em especial a pandemia de Covid-19 que, dadas as restrições e recomendações de distanciamento social, inviabilizou parte do trabalho de campo. O trabalho de campo previsto inicialmente contava com a observação não participante em eventos de discussão e assembleias públicas que vinham sendo realizadas entre as comunidades. Esperava-se que, com a coleta de dados durante o trabalho de campo, fosse possível espacializar de forma mais profunda as ações insurgentes e as relações entre os próprios agentes insurgentes. A falta de continuidade de alguns documentos, como é o caso do Censo Imobiliário do SINDUSCON-RS realizado pela última vez em 2016, impossibilitaram uma análise que fosse compatível com o recorte temporal analisado, 2010-2021. Assim, entende-se que para uma análise mais complexa seriam necessárias mais horas de trabalho de campo, além de dados atualizados.

Desta forma, compreende-se que a atualização de alguns dados, como o Censo Demográfico, as discussões no âmbito do PDDUA e o registro das ações insurgentes se apresentam como uma oportunidade de continuidade à pesquisa. O acompanhamento das dinâmicas insurgentes deve ser observado enquanto valorização das relações construídas e validação desta possibilidade de territorialização. Além disso, a pesquisa pode ampliar os limites espaciais relacionando as diferenças e convergências entre as distintas regiões da cidade, verificando de forma ampla as dinâmicas desenvolvidas no âmbito da metrópole. Nesse sentido, o estudo concretizado nesta dissertação, traz elementos para contribuir e dar continuidade ao estudo dos processos atuais de transformação do território e da sociedade.

REFERÊNCIAS

4D: Distrito de Inovação de Porto Alegre. **4distrito**. Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/>> Acesso em: 03 de maio de 2021.

AALBERS, M. Corporate Financializations. (In) NOEL, C. et al (orgs.). **The International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology**. Oxford Wiley. 2015.

A Experiência da Ksa Rosa. **Aula Aberta Coletivos e Ocupações**. Publicado em 2021. 1 vídeo (89min e 11seg) Publicado pelo Canal: Escola Aberta (AESCOA). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kS0zLoL07p4&t=47s>> Acesso em: 03 de ago. de 2021.

AMIGOS DO MACRS. **Nova sede do MACRS passará por obras de readequação do espaço**. Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: <<https://amigosdomacrs.com.br/sede-iv-distrito/>>. Acesso em: 20 de ago. 21.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis. Vozes, 2013.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus. 1996.

BRENNER, N. Reestruturação, Reescalamento e a Questão urbana. Tradução: Daniel Sanfelici; Karen Herle In: **GEOUSP Espaço e Tempo**. nº. 33, pp. 198–200. 2013. Publicado originalmente In: *Critical Planning*, nº 16 (2009).

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2018.

CAMPOS, H. Á. **Centralidades Lineares em centros metropolitanos: a terceira perimetral de Porto Alegre (RS)**. Santa Cruz: EDUNISC, 2012.

CAMPOS, H. Á.; TAVARES, S.; MARX, V. O Mercado de habitação em Porto Alegre/RS: tensões e disputas no 4º Distrito In: CARDOSO, L. A.; D'OTTAVIANO. C. (Orgs) **Habitação e Direito à Cidade [recurso eletrônico]: desafios para as metrópoles em tempos de crise**. Rio de Janeiro. Letra Capital. Observatório das Metrópoles, 2021

CÂNDIDO, J. **Planta da Cidade de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul, compreendendo seus Arraiais**. Porto Alegre:1888. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande Do Sul. Disponível em:

<https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_7/309-65.htm>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

CARLOS. A.D.A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS. A.D.A. (org). **Crise Urbana**. São Paulo, Contexto. 2015

CEDH -RS (Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul). **Missão em Defesa Do Direito Humano à Moradia e ao Trabalho Digno nas Ocupações Urbanas na Região do 4º Distrito da Cidade de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <<http://www.cdes.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Relat%C3%B3rio-Miss%C3%A3o-4D-2.pdf>>. Acesso em: 04 ago 2021

CONSTRUÇÃO de aterro adjacente à Rua Voluntários da Pátria, 1955. **Acervo do Museu Joaquim José Felizardo**. In: Fototeca Sioma Breitman. PMPA/Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 2020.

CONTASSOT. P.T.P.; STROHAECKER. T.M. Transformações no padrão de habitação do 4º distrito de Porto Alegre. In: BASSO. L.A.; MOURA. N.S.V.; STROHAECKER. T.M (orgs). **Geografia: Dinâmica, Conflitos e Proposições**. Porto Alegre. wwlivros, 2017.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 54, n. 3, pp. 35–41. 1992.

_____. Espaço: Um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

_____. Diferenciação Sócio-Espacial, Escala e Práticas Espaciais. **Cidades**. v. 4, n. 6, pp. 62–72. 2007.

_____. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, pp. 127–134. 2016.

CRUZ, M. A. **Representação de cidade e de planejamento urbano em Porto Alegre: Estado, mercado e sociedade civil em disputa pela representação legítima**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo. Boitempo. 2016.

_____. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo. Boitempo. 2017.

DATAPOA. **Dados Abertos Poa**. Disponível em <<http://datapoa.com.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petropolis: Editora Vozes. 1998.

Descentralização da saúde é nova tendência. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 26 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/08/especiais/construcao_civil_2016/517043-descentralizacao-da-saude-e-nova-tendencia.html>. Acesso em: 04 mai. 2021.

ESCOREL, E. **Era O Hotel Cambridge – Um Filme Extraordinário**. Piauí. 30 mar de 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/era-o-hotel-cambridge-um-filme-extraordinario/>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

DNIT. Sistema Nacional de Viação. Disponível em <<http://servicos.dnit.gov.br/vgeo/>>. Acesso em: 26 de maio de 2021

'**Essa lei é a lei da fome**': catadores se mobilizam contra proibição de carrinhos na Capital. Sul 21. Porto Alegre, 15 de ago. de 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2020/08/essa-lei-e-a-lei-da-fome-catadores-se-mobilizam-contra-proibicao-de-carrinhos-na-capital/>. Acesso em: 21 jun. 2021

Esta rua poderia ser a mais bonita da cidade. Saiba por que não é. **Gaúcha ZH**. 01 mar. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/03/esta-rua-poderia-ser-a-mais-bonita-da-cidade-saiba-por-que-nao-e-9732018.html>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

FARINA, J. Interessados em adquirir novos apartamentos ao lado da Arena do Grêmio aguardarão mais para conseguir o habite-se. **Gaúcha ZH**. Porto Alegre 11 de jun de 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/jocimar-farina/noticia/2019/06/interessados-em-adquirir-novos-apartamentos-ao-lado-da-arena-do-gremio-aguardarao-mais-para-conseguir-habite-se-cjwru43qx006g01me6q9dmszw.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FEDERICI, S. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLLANDA. H.B. DE. (org). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo. 2019.

FERNANDES, A. C. **Cemitérios industriais: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre - RS/ Brasil**. Tese de doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

FERREIRA, M. Assentamento 20 de Novembro, uma conquista que corre risco sob Bolsonaro. **Brasil de Fato**. Porto Alegre, 18 de fev. de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/18/assentamento-20-de-novembro-uma-conquista-que-corre-risco-sob-bolsonaro>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

FIX, M.A.D. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 2011.

FMP. **O Financiamento de Operações Urbanas e o Desafio Metropolitano**. Vídeo do Evento realizado pelo PPGD/FMP com apoio do Ministério Público do RS, Procuradoria-Geral do Estado, PROPUR/UFRGS e FAUMRS. 2021. 1 vídeo (174min e 52seg) Publicado pelo Canal: FMP. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=9hIHXLijGk>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FORTES, A. **“Nós do Quarto Distrito...”**: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2001.

FUÃO, F.F. **Lixivia (i) Mundi**. Porto Alegre. UFRGS. 2015. (Inscritos no Lixo, 3)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas. 2012.

GRUPO BANCO MUNDIAL; STEER. **Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito, Porto Alegre**. Plano de Investimento de Capital, Junho, 2019a. Disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

GRUPO BANCO MUNDIAL; STEER. **Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito, Porto Alegre**. Plano de Investimento de Capital, Agosto, 2019b. Disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

_____. **O mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

_____. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: **Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos**. Rio de Janeiro: ACCESS Editora. 2007.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo. Hucitec. 1973.

_____. **Seventeen Contradictions and the End of Capitalism**. Oxford, Oxford University Press. 2014a.

_____. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes. 2014b.

_____ . **Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Edições Loyola. 2017.

Health Hub Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iuY5O7t_vro>. Acesso em: 03 mai. 2021

Health Hub: plano de revitalização do 4º Distrito é apresentado. **Setor Saúde**. Porto Alegre, 7 de julho de 2016. Disponível em: <<https://setorsaude.com.br/health-hub-plano-de-revitalizacao-do-4o-distrito-e-apresentado/>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

HOLSTON, J. Espaço da Cidadania Insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio Grande do Sul. n. 24, pp.243-254. 1996.

IBGE. Atlas. Cartas e mapas. 2010. Disponível em: <<https://geoftp.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

Incêndio na Vila Liberdade, próximo à Arena do Grêmio. Porto Alegre 27 de jan. de 2013. **Agência RBS**. Diário Gaúcho. Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2013/01/incendio-atinge-vila-liberdade-proximo-a-arena-do-gremio-4024806.html>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

ISAÍAS. C. “Este é o segundo incêndio em que perco tudo”, diz moradora da Vila Liberdade. **Correio do Povo**. Porto Alegre 17 de ago de 2019. Disponível em <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/este-%C3%A9-o-segundo-inc%C3%AAndio-em-que-perco-tudo-diz-moradora-da-vila-liberdade-1.359440>> Acesso em: 20 jun. 2021.

JACQUES.P. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: BRITTO, D. F.; JACQUES, P. B.(orgs) **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador, 2010. pp. 24- 41

JFRS. JFRS homologa desistência do Dnit em 59 ações referentes às desapropriações na Vila Tio Zeca e Areia. **Justiça Federal Seção Judiciária Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, junho de 2021. Disponível em: <<https://www2.jfrs.jus.br/noticias/jfrs-homologa-desistencia-do-dnit-em-59-aco-es-referentes-as-desapropriacoes-na-vila-tio-zeca-e-areia/>>. Acesso em 25 jul. 2021.

JFRS. Nota Oficial - Nova Ponte do Guaíba. **Justiça Federal Seção Judiciária Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, outubro de 2020. Disponível em: <<https://www2.jfrs.jus.br/noticias/nota-oficial-nova-ponte-do-guaiba/>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

JOSEP Piqué diz que Pacto Alegre já criou um projeto de futuro para a capital gaúcha. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 16 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2019/12/717077-pique-diz-que-o-pacto-alegre-ja-criou-um-projeto-de-futuro.html>. Acesso em: 03 mai. 2021.

'Ksa Rosa luta pela sobrevivência de catadores'. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, setembro de 2020. Disponível em <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/empresas_e_negocios/2020/08/754731-ksa-rosa-luta-pela-sobrevivencia-de-catadores.html>. Acesso em: 03 ago. 2021.

Ksa Rosa - Reciclagem em Porto Alegre(curta). Vídeo elaborado com o intuito de explicar mais a respeito do trabalho feito na KSAROSA em Porto Alegre/RS. Publicado em 2017. 1 vídeo (13min e 44seg) Publicado pelo Canal: Letícia Durlo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fZKL8BPI618&t=641s>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

KRAEMER, D. **Enchente de 1941, Av. Farrapos, 1941**. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo. 1941. In: Fototeca Sioma Breitman. PMPA/Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo. Centauro. 2001.

_____. **The Production of Space**. Ôxonía.: Backwell's. 1992.

LERSCH, I. M. **A busca de um ideário urbanístico do século XX: Der Städtebau e a escola de engenharia de Porto Alegre**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

MICHAEL, H; NEGRI, A. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MATTAR, N. L. **A modernidade de Porto Alegre: Arquitetura e Espaços Urbanos Plurifuncionais em área do 4º. Distrito**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010

MARCUSE, P. Os direitos nas cidades e o direito à cidade. In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C. **Cidades para Todos: propostas e experiências pelo direito à cidade**. Santiago, Chile. pp. 89–103. 2010.

MARICATO. E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs). **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis. Vozes, 2013.

MARX, V.; ARAÚJO, G.; SOUZA, V.G. Estratégia Global- Local e Reflexos no 4º Distrito de Porto Alegre. In: **XVIII ENANPUR (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional)**. Natal, 2019.

Masterplan. **4Distrito**. Porto Alegre [s.d]. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/?q=projeto/masterplan>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

ME CONTA: Soluções Comunitárias. **Vídeo case do projeto ME CONTA**, realizado como forma de prestação de contas pública. Publicado em junho de 2021. 1 vídeo (6 min e 38 seg). Publicado pelo Canal: Vila Flores. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=vila+flores+me+conta>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MIRON, G. I. L. **Gerenciamento dos requisitos dos clientes de empreendimentos habitacionais de interesse social: proposta para o programa integrado entrada da cidade em Porto Alegre/RS**. Tese de doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.

MOLOTCH, H. The City as a Growth Machine: Toward a Political Economy of Place. **American Journal of Sociology**. Published by The University of Chicago Press. Vol. 82, No. 2. pp. 309-332. Sep. 1976.

MPRS. **Firmando acordo preliminar para execução das obras no entorno da Arena**. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 17 de dez. 2020. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/52319/>>. Acesso em: 20 de ago. 2021.

NÚÑEZ, T. A polêmica sobre a revitalização do 4º Distrito. **Sul 21**. Porto Alegre, dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2017/12/polemica-sobre-revitalizacao-do-4-distrito-por-tarson-nunez/>> Acesso em: 25 de maio de 2021.

NYGAARD, P.D. **Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

OBSERVAPOA. **Observatório da Cidade de Porto Alegre**. Equipamentos e Serviços. Disponível em: <http://observapoa.com.br/default.php?reg=278&p_secao=46>. Acesso em: 26 mai. 2021.

O futuro de Porto Alegre. Jornal do Comércio. 02 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/colunas/observador/2021/04/790430-o-futuro-de-porto-alegre.html>. Acesso em: 04 mai. 2021.

OLIVEIRA, C.M. Cidades Artificiais: Um estudo exploratório do projeto urbano Porto Alegre 4D. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**. v.3. nº.1, pp.77-99, junho, 2016.

Pacto Alegre. Porto Alegre, [s.d]. Disponível em:< <https://pactoalegre.poa.br>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

PÁDUA, R. F. de. A produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários”. In: CARLOS, A.F.A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. (orgs) **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

Para Turkienicz, 4º Distrito pode atrair grandes investimentos a Porto Alegre.

Jornal do Comércio. Porto Alegre, 29 mar 2021. Disponível em:

<https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2021/03/785075-4-distrito-pode-atrair-grandes-investimentos-a-porto-alegre.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PINTO. R.P. **Estratégia e Luta: A Ocupação 20 de Novembro.** Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28947/000774559.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Plano de Investimentos e Serviços - 2015/2016. 2015c. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/pi_2015-2016.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Porto do Futuro.** [s.d]. Disponível em <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=357>. Acesso em 26 abr. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Unidades de Triagem.** Departamento Municipal de Limpeza Urbana. [s.d]. Disponível em: <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=113 > Acesso em: 20 jun.2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Projetos e Ações. GT 4º Distrito.**

Secretaria Municipal de Urbanismo. 2009a. Disponível em: <

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150 > Acesso em: 25 mai. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). Departamento Municipal De Habitação. PMHIS - **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Porto Alegre: DEMHAB,** 2009b. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/diagnstico_porto_alegre.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano de Investimentos e Serviços - 2010.** 2010. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/pi_2010_novo.pdf > Acesso em: 04 ago. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano de Investimentos e Serviços - 2011.** 2011. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/pi_2011.pdf > Acesso em: 04 ago. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano de Investimentos e Serviços - 2012.** 2012. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/pi_2012-2013_final_af.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Detalhamento do PDDUA. Ação: Revitalização do 4º Distrito.** Secretaria Municipal de Urbanismo, Supervisão de Desenvolvimento Urbano. 2013a. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/inovapoa/usu_doc/s10.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano de Investimentos e Serviços - 2013/2014.** 2013b. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/pi_2014-2015.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano de Investimentos e Serviços - 2014/2015.** 2014. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/pi_2013-2014_af_17.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito.** GT Executivo do 4º Distrito. 2015a. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/4d1.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito.** GT Executivo do 4º Distrito. 2015b. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/4d2.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Hub da saúde projeta Porto Alegre como referência no país.** Porto Alegre, 16 de dezembro de 2015d Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_noticia=183353&HUB+DA+SAUDE+PROJETA+PORTO+ALEGRE+COMO+REFERENCIA+NO+PAIS>. Acesso em: 03 mai. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Relatório GT Estratégico 4D.** Secretaria Municipal da Fazenda. Porto Alegre, 2016a. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/?q=projeto/relatorio-gt>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Termo Aditivo de Contrato.** Porto Alegre, 16 de Setembro de 2016b. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/servlet/cnc.procempa.com.br.wp_contratos?12123>. Acesso em: 24 mai. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano de Investimentos e Serviços - 2016/2017**. 2016c. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/pi_2016_2017_ok_final_af.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano de Investimentos e Serviços - 2018/2019**. 2018. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/compacto_do_plano_de_investimentos_e_servicos_2018.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Relatório de Visita**. Secretaria de Relações Institucionais, Coordenação de Resiliência e Redes. Porto Alegre, março, 2019a. Disponibilizado pela PMPA.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Relatório de Visita**. Secretaria de Relações Institucionais, Coordenação de Resiliência e Redes. Porto Alegre, abril, 2019b. Disponibilizado pela PMPA.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Relatório de Visita**. Secretaria de Relações Institucionais, Coordenação de Resiliência e Redes. Porto Alegre, agosto, 2019c. Disponibilizado pela PMPA.

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Mapas Digitais Oficiais - Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**. Disponível em <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=310>. Acesso em: 26 mai. 2021.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Lei Complementar nº 434, de 1º /12/ 1999, atualizada até a Lei Complementar nº 667, de 3/01/2011, incluindo a Lei Complementar nº 646, de 22/07/2010. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental: PDDUA**. Porto Alegre - RS, 2010. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

PPAR. **Planos Populares de Ação. Porto Alegre Região de Planejamento 1**. 2020a. Disponível em: <https://03ce295a-83c2-48db-a2ec-b41d83b0319d.filesusr.com/ugd/911b07_6d53de326141499196fec29501e1ad2a.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

PPAR. **Planos Populares de Ação. Porto Alegre Região de Planejamento 2**. 2020b. Disponível em: <https://03ce295a-83c2-48db-a2ec-b41d83b0319d.filesusr.com/ugd/911b07_86dba7851a1f45a591c34014d85df5fd.pdf> Acesso em: 25 mai. 2021.

Prédios mais altos não significam adensamento. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 21 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/colunas/pensar_a_cidade/2021/01/77>

4019-revisao-do-plano-diretor-pode-aumentar-altura-maxima-dos-predios-de-porto-alegre.html>. Acesso em: 26 abr. 2021.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia Do Poder**. São Paulo: Editora Ática. 1993.

REIS, L. F. DOS. **Obsolescência e renovação do uso do solo nos centros das grandes cidades e o processo de acumulação capitalista: economia e sociedade no espaço urbano**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2015.

RIBEIRO, L. C. Q. Inflexão Ultraliberal e a Financeirização da ordem urbana brasileira: explorando algumas hipóteses. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org). **As Metrôpoles e o Capitalismo Financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2020.

RODÓ, M. T. Poblenou (re)inventado: Paisajes creativos, regeneración urbana y el Plan 22@ Barcelona. **Identidades: territorio, cultura, patrimonio**. Núm. 2, p. 86-109, dezembro, 2010.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, Boitempo. 2015.

_____. Paisagens para Renda, Paisagens para a Vida: Disputas Contemporâneas pelo Território Urbano. In: **Revista Indisciplinar**. Belo Horizonte. V.5, n.1, jun 2019, p. 18-43.

ROSA, T.T. Pensar Por Margens. In: Pereira, M.P.; JACQUES, P.B. (orgs) **Nebulosas do Pensamento Urbanístico**. Salvador: Edufba, 2018 (no prelo).

Rossi Residencial. **História, Linha do Tempo Rossi**. Disponível em: <<https://www.rossiresidencial.com.br/historia-linha-do-tempo-rossi.php>>. Acesso em: 22 de jun.de 2021.

Rossi Residencial. **Imovéis a Venda, Porto Alegre/RS - Rossi Flora**. Disponível em: <<https://www.rossiresidencial.com.br/imoveis/a-venda/rs/porto-alegre/humaita/rossi-flora/201>>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

Rua Voluntários Da Pátria - Caminho Novo, 4º quartel do século XIX. Década de 1880/1890. **Acervo do Museu Joaquim José Felizardo**. In: Fototeca Sioma Breitman. PMPA/Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre (2020).

SACK, R.D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

SANTOS, B. S. **Se Deus Fosse um Ativista dos Direitos Humanos**. Cortez Editora, 2018.

SHIMBO, L.Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado: A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** Tese de Doutorado. São Carlos, Universidade de São Paulo. 2010.

SILVA, D. B. DA. **A convicção política e a responsabilidade técnica no governo da administração popular: um estudo sobre as divergências e desafios no planejamento urbano de Porto Alegre.** Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **X Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2007.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **XI Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2008.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **XII Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2009.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **XIII Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2010.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **14o Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2011.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **15o Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2012.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **15o Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2012.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **16o Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2013.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **17o Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2014.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **18o Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos.** Porto Alegre, 2015.

SINDUSCONRS (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul CII – Comissão da Indústria Imobiliária). **19o Censo do mercado imobiliário de porto alegre: Imóveis novos**. Porto Alegre, 2016.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977.

_____. **Urbanização e desenvolvimento**. In: JUSTO, M.G. (org). Belo Horizonte: Autêntica. 2017.

SOUZA, C. F. DE; MÜLLER, D. M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS Editora. 1997.

SOUZA, C. F. DE. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. Porto Alegre: Armazém Digital. 2010.

SOUZA, M. L. DE. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

_____. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2018.

_____. A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginárias e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A.F. A., SOUZA, L.M., SPOSITO, M.E.B. (orgs.) **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto. 2019.

SPESSOTO, M. M. R. L.; LIMA, S. E. DE. Gramsci: Conceitos Básicos. **Perspectivas Em Diálogo Revista de Educação e Sociedade**, v. 3, n. 6, p. 104–120, 2016.

STROHAECKER, T. Atuação do Público e do Privado na Estruturação do Mercado de Terras de Porto Alegre. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. IX, n. 194 (13). 2005.

SUL21. **Multas por coleta de lixo aumentam 7 vezes e catadores se dizem perseguidos por Melo**. Porto Alegre, 6 de jun. de 2021. Disponível em <<https://sul21.com.br/noticias/2021/06/multas-por-coleta-de-lixo-aumentam-7-vezes-e-catadores-se-dizem-perseguidos-por-melo/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

TITTON, P. C. **Reestruturação Produtiva e Regeneração Urbana: O caso do IV Distrito de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs). **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013

WAGNER, C. B. **A Questão da Sustentabilidade nas Políticas de Desenvolvimento Urbano: A reestruturação Urbana do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre (1995- 2016)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

WEBER, J.R. De startup village a fábrica-bar de cerveja: os negócios que abriram no 4º Distrito mesmo durante a pandemia. **Gaúcha ZH**. Porto Alegre 04 de jun. de 2021. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/06/de-startup-village-a-fabrica-bar-de-cerveja-os-negocios-que-abriram-no-4o-distrito-mesmo-durante-a-pandemia-ckphe7m7v00an018mp9cad4fc.html>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

WEIMER, R. DE. **Do centro à periferia: “malocas” e remoções na constituição do espaço urbano de Porto Alegre (1951-1973)**. In: Regimes Urbanísticos e governança metropolitana (Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles). Natal/RN, 2017.

APÊNDICES

Apêndice A - Quadro dos Produtos apresentados na Cláusula de Execução da Consultoria para o desenvolvimento do Masterplan de Revitalização.

Apêndice B - Relatório de Investimentos e Serviços Região Humaitá/Navegantes 2010 - 2018

Apêndice A - Quadro dos Produtos apresentados na Cláusula de Execução da Consultoria para o desenvolvimento do Masterplan de Revitalização.

Objetos da contratação	Especificações do objeto
Masterplan	<ul style="list-style-type: none"> I. Estrutura Conceitual de Articulação das Áreas e de Uso do Solo; II. Espacialização dos Clusters de Negócios / Caracterização do Mix de Uso do Solo; III. Desenho Urbano e Simulação de Paisagem Urbana.
Simulação do Potencial Construtivo	<ul style="list-style-type: none"> I. Caracterização e consolidação das aptidões e restrições ambientais legais e administrativas; II. Caracterização e consolidação das aptidões e restrições originadas relacionadas à infraestrutura local; III. Modelagem do Potencial Construtivo baseado em parâmetros de desempenho associados à definição de Edifício Protótipo; IV. Simulação do Potencial Construtivo baseado em parâmetros de desempenho associados à definição de Edifício Protótipo; V. Análise de impacto ambiental, cultural e social envolvendo simulações do impacto visual de ambientes urbanos, suas quadras e Edifício Protótipo; VI. Modelo de Conversão do Potencial Construtivo baseado em parâmetros de desempenho para as regras utilizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre; VII. Exemplos de Conversão e Validação do Modelo de Conversão.
Estrutura de Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> I. Caracterização e Configuração da Estrutura Viária: Consolidação e Adaptação; II. Compatibilização da Estrutura Física Viária com os diferentes modais de transporte; III. Caracterização da lógica de articulação dos diferentes modais de transporte entre si e com os Clusters de Negócios; IV. Caracterização da estrutura de articulação dos diferentes modais de transporte com os usos residenciais existentes e futuros; V. Caracterização da articulação entre a estrutura de transportes metropolitana, municipal e local; VI. Caracterização da estrutura de mobilidade voltada para o pedestre e meios de transporte de curto alcance.
Caracterização, adaptação e complementação de redes de infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> I. Descrição e Hierarquização das prioridades de intervenção nas Redes de Infraestrutura (Águas Urbanas, Energia e Comunicações); II. Caracterização e Descrição dos projetos de infraestrutura necessários para a consolidação da

	<p>III. AITEC (Área de Interesse Tecnológico)248; Descrição da Estrutura de Gestão das Redes de Infraestrutura da AITEC;</p> <p>IV. Compatibilização das Redes de Infraestrutura com os Projetos Estruturantes da AITEC.</p>
Redação da Minuta de Lei Complementar Municipal	<p>I. Embasamento Jurídico;</p> <p>II. Definição de instrumentos urbanísticos a serem utilizados na operação urbana;</p> <p>III. Conversão do Master Plan em Lei;</p> <p>IV. Elaboração, discussão e consolidação do Projeto de Lei;</p> <p>V. Ajustes na Minuta da Lei.</p>
Transferência de Tecnologia/ Capacitação	<p>I. Capacitação presencial para uso do Software CityZoom (30 horas), incluindo apostila;</p> <p>II. Capacitação EAD (Ensino a Distância) em Modelagem Urbana com ênfase em ambientes de simulação de potencial construtivo (40 horas) incluindo apostila.</p>

Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) com base em PMPA (2016).

Apêndice B - Relatório de Investimentos e Serviços Região Humaitá/Navegantes 2010 - 2018

Relatório de Investimentos e Serviços 2010

DEM HAB 20100302 Complementação para a compra de área que beneficiará 200 famílias de moradores da Associação Comunitária Barcelona - Porto de Inclusão, que moram de favor e aluguel. R\$ 182.482, 73

Demandante: Associação Comunitária Barcelona. Terreno já adquirido. Em fase de estudo e sondagem.

DEM HAB 20100303 Compra de área para os não cadastrados do PIEC. Até o limite do Valor Proposto. R\$ 182.482, 73

Demandante: Comissão Representativa dos Moradores da Vila Liberdade. Em 2011 será identificada área para aquisição.

DEM HAB 20100304 Compra de área para os não cadastrados do PIEC e Minha Casa Minha Vida, aos Moradores das Vilas Beco X, Santo Antônio, Nossa Senhora Paz, Tio Zeca. Até o limite do Valor Proposto. R\$ 182.482, 73

Demandante: Comissão Representativa dos Moradores da Vila Liberdade. Em 2011 será identificada área para aquisição.

Relatório de Investimentos e Serviços 2011

DEM HAB 20100302 Complementação para a compra de área que beneficiará 200 famílias de moradores da Associação Comunitária Barcelona - Porto de Inclusão, que moram de favor e aluguel. R\$ 43.370,00

Demandante: Associação Comunitária Barcelona. Terreno já adquirido. Em fase de estudo e sondagem.

DEM HAB 20100303 Compra de área para os não cadastrados do PIEC. Até o limite do Valor Proposto.

Demandante: Comissão Representativa dos Moradores da Vila Liberdade. Em 2011 será identificada área para aquisição.

Relatório de Investimentos e Serviços 2012/2013

DEM HAB 2012 0039 Complementação para compra de área para os não cadastrados da Vila Liberdade.

Observação Demanda: O atendimento será dado através do Programa Minha Casa, Minha Vida. Proposta de reassentamento no empreendimento a ser implementado na

Edgar Pires de Castro, nº 5060, com Edital de Chamamento já realizado pela Caixa. Projeto a ser contratado pela Caixa.

Demandante: Associação dos Moradores da Vila Liberdade

DEM HAB 2012 0040 Complementação da demanda 20100302 para a Associação Barcelona. R\$ 200.000,00

Observação Demanda: Complementa demanda 2010/302.

Demandante: Associação Barcelona (**Demanda Atendida**)

DEM HAB 20120041 Compra de área para as famílias do Beco X não cadastradas no PIEC e já com ordem de despejo cadastradas no MCMV. R\$ 1.500.000,00

Demandante: Beco X

DEM HAB 20120042 Compra de área para famílias da Vila Santo André não cadastradas no PIEC

Demandante: Associação dos Moradores da Vila Santo André. R\$ 2.000.000,00

Relatório de Investimentos e Serviços 2013/2014

DEM HAB 20130340 Complementação de moradias para 200 famílias cadastradas pelo PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida. R\$ 1.265.000,00

Observação Demanda: Compra de área para famílias cadastradas no MCMV. A execução das unidades habitacionais será pelo PMCMV.

Demandante: Instituto de Educação Infantil Vitória da Vila Operária A.J. Renner

DEM HAB 20130345 Construção de moradias para 430 famílias. R\$ 5.500.000,00 (podendo ser pelo PMCMV).

Observação Demanda: Valor referente à compra de área.

Demandante: Beco X e Santo André

DEM HAB 20130347 Compra de área para 280 famílias. R\$ 3.500.000,00

Demandante: Associação de Moradores da Vila Tio Zeca

DEM HAB 20130349 Moradia para 300 famílias (podendo ser pelo PMCMV). 2.376.000,00 Demandante: Cooperativa Vitória Vila Liberdade

DEM HAB 20130350 Compra de área para 200 famílias, complementação da demanda 2010/0302 para associação Barcelona. R\$ 2.500.000,00

Demandante: Movimento Barcelona

DEM HAB 20130353 Complementação para compra de área para os não cadastrados da Vila Liberdade. R\$ 2.376.000,00

Observação Demanda: As famílias serão atendidas na própria área, através do PMCMV em conjunto com a demanda 2013347. Construção de 300 moradias.

Demandante: Associação dos Moradores da Vila Liberdade

DEM HAB 20130358 Reassentamento das famílias que ocupam a área em frente à creche Brincando e Aprendendo. R\$ 1.265.000,00

Observação Demanda: Será atendida em conjunto com a demanda 2013340

Demandante: Loteamento Progresso

DEM HAB 20131166 Construção de sede para a Associação de Moradores da Vila Liberdade para, no mínimo, 200 pessoas. R\$ 250.000,00

Observação Demanda: Aguarda a elaboração dos projetos e cedência, pelo DEMHAB, da área institucional reservada para equipamentos públicos.

Demandante: Associação dos Moradores da Vila Liberdade **(Demanda Atendida)**

Relatório de Investimentos e Serviços 2014/2015

DEM HAB 20140590 Compra de área para moradores de aluguel e favor para 360 famílias da Associação Barcelona (II). R\$ 525.966,59 **(Demanda Atendida)**

Demanda atendida na área do Barcelona. (Endereço Av. José Aloísio Filho, 55/ Av. Ernesto Neugebauer, 720 - Humaita). Será atendida em conjunto com demandas 20100302 e 20120040.

Demandante: Associação Barcelona

DEM HAB 20140591 Complementação de recursos para atender cadastrados do PIEC, A.J Renner, Santo André e Casa de Passagem.

Demandante: IEDUVIT (Vitória A.J.Renner) R\$350.777,60 **(Demanda Atendida)**

DEM HAB 20140595 Construção de 15 moradias para as famílias cadastradas pelo Minha Casa Minha Vida, para moradores da Associação dos Moradores da Vila dos Ferroviários.

Demandante: Associação dos Moradores da Vila dos Ferroviários

Relatório de Investimentos e Serviços 2015/2016

DEM HAB 20150024 Complementação de verba para compra de área para famílias não cadastradas no Beco Xis podendo ser pelo MCMV. Atendida com a demanda 2012/0014. R\$ 700.000,00

Demandante: Associação Beco Xis

DEMHAB 20150025 Construção de 50 Unidades Habitacionais para famílias da Vila Liberdade. R\$ 350.000,00

Demandante: Associação de Moradores da Vila Liberdade - AMOVIL

DEMHAB 20150026 Construção de 37 Unidades Habitacionais. R\$ 260.000,00

Demandante: Associação da Casa de Passagem.

Relatório de Investimentos e Serviços 2016/2017

DEMHAB 20160113 Complementação de recursos para compra de áreas destinadas ao assentamento de 200 famílias do movimento Barcelona. R\$ 500.000,00

Demandante: Associação Barcelona. **(Demanda Atendida)**

DEMHAB 20160114 Verba para complementação da demanda 2014/0591. Habitação para famílias da Vila Santo André que estão cadastradas no PIEC, MCMV adensados e habitação social. R\$ 266.863,00

Demandante: Vila Santo André. **(Demanda Atendida)**

Relatório de Investimentos e Serviços 2017/2018

Não há relatório de Investimentos e Serviços disponibilizado pela prefeitura referente a esse período.

Relatório de Investimentos e Serviços 2018/2019

O relatório de 2018/2019 não abriu novas demandas de habitação, por outro lado, foram apresentadas as demandas em aberto, o que possibilitou a verificação das demandas atendidas e não atendidas durante o período analisado.